ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO

Grupo Águas de Portugal

Relatório & Contas 2015

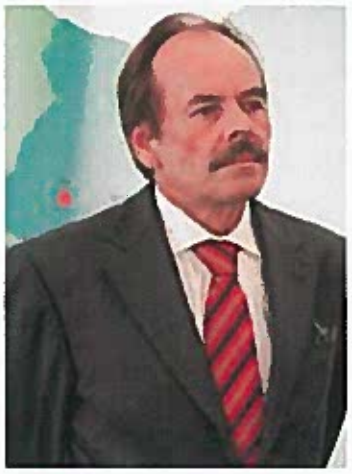
INDICE

A – A EMPRESA 4
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE 4
2. QUEM SOMOS 6
2.1 Missão, Objetivos e Politicas 6
2.2 A Empresa 8
2.3 Estrutura Acionista, Órgãos Sociais e Estrutura Organizacional 9
2.4 Síntese de Indicadores 14
2.5 Carteira de Participações e Sucursais 16
3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS 16
B – RELATÓRIO DE GESTÃO 18
1. LINHAS ESTRATÉGICAS 18
2. ENQUADRAMENTO 19
2.1 A Envolvente 19
2.2 O Setor 21
2.3 A Regulação 26
3. O NEGÓCIO 30
3.1. Introdução 30
3.2. Sistema de Abastecimento de Água 31
3.3. Sistema de Saneamento de Águas Residuais 32
3.4. Planeamento, Projeto e Construção de novas infraestruturas 33
3.5. Manutenção e Renovação de infraestruturas existentes 33
4. SUSTENTABILIDADE 34
4.1. Enquadramento 34
4.2. Stakeholders / Partes Interessadas 34
4.3. Gestão do Risco 38
4.4. Atividade Operacional 40
4.5. Gestão do Capital Humano 85
4.6. Financeira 89
4.7. Eventos Posteriores ao Fecho 91
4.8. Objetivos de Gestão 92
4.9. Cumprimento das Orientações Legais 93
5. PERSPECTIVAS FUTURAS 99
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 101
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 101
8. ANEXO AO RELATÓRIO 102
9. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO 103
C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCICIO 2015 106
1. CONTAS INDIVIDUAIS 106
2. NOTAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS 109
3. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 162
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 166

A – A EMPRESA

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas



A atividade da Águas Públicas do Alentejo, SA no ano de 2015 foi determinada por um conjunto de fatores internos e externos que implicaram um assinalável esforço de gestão e de empenho não só por parte da Administração da Empresa mas também dos seus Dirigentes e Colaboradores.

Com efeito um dos fatores relevantes decorreu de se ter assistido a um ano particularmente seco, o que numa Região com as caraterísticas do Alentejo, e não tendo ainda sido executadas a maioria das infraestruturas de tratamento e adução de água programadas, implicou uma gestão operacional extraordinariamente exigente para que não ocorressem situações de colapso de fornecimento de água com a qualidade legalmente exigida aos Municípios que integram a Parceria.

Por outro lado o facto de o ano de 2015 coincidir com o términus do 1º Quinquénio de vigência da tarifa, e, como tal, ter sido necessário rever o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Parceria bem como os Contratos de Parceria e de Gestão, de forma a que todo o quadro contratual e tarifário, a vigorar em 2016, estivesse atempadamente concluído, o que exigiu todo um vasto trabalho de revisão do modelo técnico, de compilação e sistematização de informação, de programação de investimentos e muito especialmente de interação com os Parceiros Estado e Municípios que entendemos dever enfatizar.

Em paralelo 2015 coincidiu igualmente com o ano de conclusão dos investimentos da AgdA financiados pelo POVT com a consequente necessidade imperiosa de concluir as empreitadas candidatas àquele Programa com todas as atividades que o encerramento das candidaturas implica em temos de processo administrativo, financeiro, legal e de controlo de execução física das empreitadas.

No entanto 2015 foi também o ano em que entraram em funcionamento pleno as ETAR de Alcácer do Sal, do Cercal, de Alvalade, de Castro Verde, de Ourique, de Aljustrel e de Almodôvar o que contribuiu para a redução dos processos de Contencioso Comunitário relacionados com Diretiva das Águas Residuais Urbanas. Também a conclusão da ETA do Monte da Rocha com o início do abastecimento a Ourique e a Almodôvar a partir desta nova origem, permitiu ultrapassar em definitivo as crónicas dificuldades de abastecimento de água com qualidade garantida a estes dois Municípios do Baixo Alentejo.

No plano do funcionamento da AgdA entendemos dever sublinhar a recuperação verificada dos créditos municipais, não apenas pela via da celebração de acordos de pagamento mas também pelo recebimento efetivo dos serviços de abastecimento e de tratamento de efluentes prestados aos Municípios o que se traduziu numa redução significativa dos montantes em divida e consequentemente na redução do recurso ao financiamento bancário das atividades operacionais da Empresa.

No ano de 2015 e pese embora as opções de contratualizar em regime de outsourcing de algumas atividades operacionais, a AgdA continuou a debater-se com escassez de recursos humanos necessários para garantir de forma consistente a execução do exigente plano de investimentos programados e também para garantir a operação do vasto conjunto de sistemas de abastecimento e de tratamento de águas residuais dispersos por mais de 15.350Km2 correspondente a 17% do Território Nacional bem como para assegurar todas as atividades de reporte e de suporte da atividade da Empresa. Contudo, é de salientar que no final do ano foram superiormente autorizadas admissões de efetivos o que permitiu à Empresa reduzir muito significativamente o recurso à contratação na modalidade de trabalho temporário.

Na vertente económica e financeira entendemos dever salientar aos Acionistas, que apesar de terem entrado em funcionamento um significativo número de infraestruturas de abastecimento e de tratamento de águas residuais os custos operacionais mantiveram-se ao mesmo nível do ano de 2014, sendo ainda de sublinhar que a Empresa continuou a apresentar um EBITDA positivo e desvios tarifários igualmente positivos (superavit) o que evidencia a sustentabilidade das atividades operacionais desenvolvidas pela AgdA.

Para 2016 importa ter presente que se inicia um novo ciclo de investimentos nas componentes abastecimento de água e tratamento de águas residuais em paralelo com a entrada em pleno funcionamento de mais infraestruturas executadas no âmbito do anterior ciclo de investimentos o que conjugado com a necessidade de manter a qualidade de serviço já alcançada vai obrigar toda a estrutura da AgdA a um elevado e adicional esforço de planeamento, de gestão, de coordenação e de operação das atividades que estão sob sua responsabilidade.

Por fim, o Conselho de Administração entende que o ano de 2015, apesar dos constrangimentos externos e internos, foi globalmente positivo nos diversos domínios em que a Empresa exerceu a sua atividade, o que só foi possível graças ao empenho dedicado dos seus colaboradores e à excelente colaboração das Câmaras Municipais e ao apoio dos Acionistas AdP, SGPS e AMGAP, da Comissão de Parceria e do Fiscal Único e ainda das diversas Instituições da Administração Pública, nomeadamente a ARH Alentejo, ERSAR, CCDR Alentejo, e POVT que no âmbito das suas competências igualmente contribuíram para os resultados alcançados.

O Presidente do Conselho de Administração

(Joaquim Marques Ferreira)

2. QUEM SOMOS

2.1 Missão, Objetivos e Politicas

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A é uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos criada na sequência do Contrato de Parceria celebrado em 13 de Agosto de 2009 entre o Estado Português e 21 Municípios, tendo-lhe sido cometida a "...exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública..."

20 municípios

244 500 habitantes
(residentes – censos 2011)

15 350 km2 abrangidos
(17% do território de Portugal continental)

Com a assinatura das Aditamentos aos contratos de Parceria e de Gestão, em 22 de dezembro de 2015, passaram a ser abrangidos apenas 20 Concelhos, nomeadamente Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Missão

No âmbito da sua Missão, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAALENTEJO), em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

Visão

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

Valores

A AgdA assume como valores:

i. Espírito de Servir;
ii. Excelência;
iii. Integridade;
iv. Responsabilidade;
v. Rigor.

Princípios

A AgdA rege-se ainda pelos seguintes princípios:

i. Respeito e proteção dos direitos humanos;
ii. Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
iii. Luta contra a corrupção;
iv. Erradicação de todas as formas de exploração;
v. Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
vi. Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
vii. Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Políticas

A AgdA - Águas Públicas do Alentejo S.A. (AgdA), consciente da importância do seu papel em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como a recolha e tratamento de águas residuais da população, considera prioritário garantir a máxima qualidade dos serviços prestados aos 20 municípios da sua área de parceria. Para tal compromete-se a respeitar integralmente a legislação aplicável e as normas nacionais mais exigentes do sector, adotando uma postura de transparência sobre as atividades que desenvolve, de modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Deste modo, num quadro de sustentabilidade económica e social, a Política da Qualidade e Responsabilidade Empresarial da AgdA determina como suas prioridades:

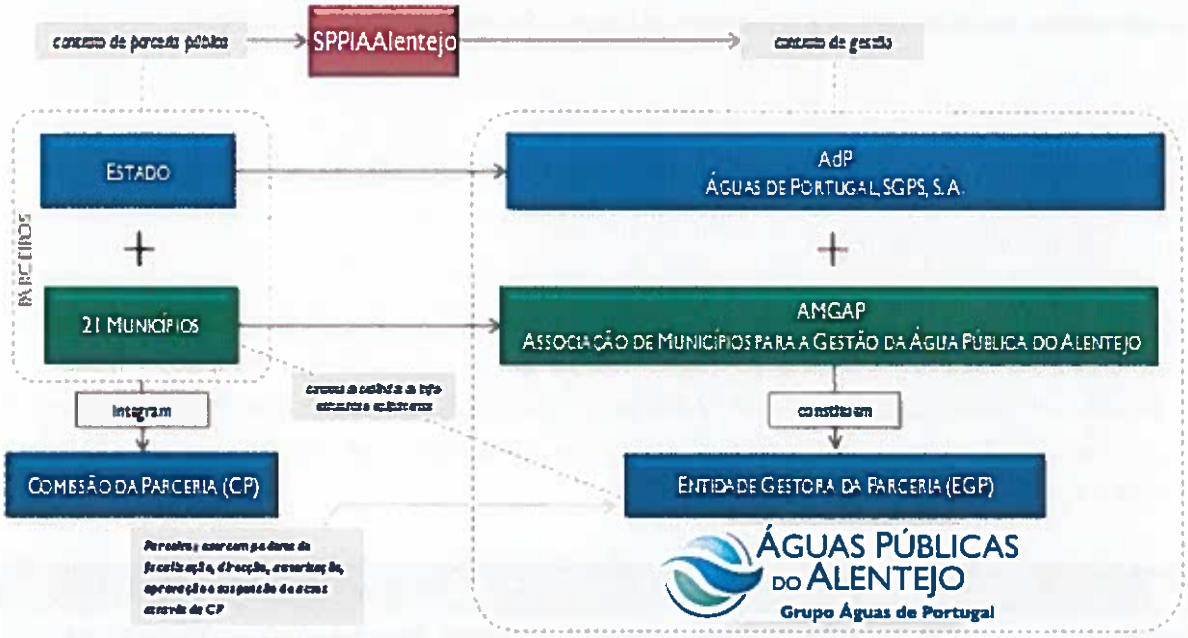
i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, comunidade e restantes partes interessadas;
ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização, promovendo a divulgação oportuna e adequada de informação junto da comunidade envolvente, sempre que assim se justifique;
iii. Avaliar as implicações ambientais da atividade, promovendo a eco-eficiência da mesma de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, energia e matérias-primas, valorizando a sua reutilização/ reciclagem;
iv. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, avaliação e controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e segurança dos trabalhadores ou instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, através da implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
v. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
vi. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com o SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial;
vii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação pela formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais;
viii. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP;
ix. Divulgar e comunicar a sua Política a todos os seus colaboradores, parceiros, prestadores de serviços e ao público em geral.

Assim, a Administração da AgdA propõe-se cumprir os requisitos das normas de NP EN ISO 9001:2008, bem como todas as exigências legais relativas a Qualidade, Ambiente, Segurança e outros regulamentos aplicáveis, revendo periodicamente a sua Política da Qualidade e Responsabilidade Empresarial, analisando a experiência conseguida, avaliando e atualizando os seus objetivos numa perspetiva de melhoria contínua da eficácia do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial.

2.2 A Empresa

A AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo por acionistas a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a AMGAP- Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo.

Modelo de Gestão Adotado



A AgdA surge na sequência do Contrato de Parceria Pública, para a gestão de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em "alta", numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e dispersão populacional.

Benefícios do Contrato de Parceria Pública celebrado:

i. Garantir de forma regular, continua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;

ii. Através de um investimento total de 256 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 80 milhões de euros já foram realizados , já comparticipados pelo POVT em 39,960 milhões de euros de 70 milhões

candidatados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;

iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, 245.000 Habitantes, em 17,5% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira dos setor;

iv. Contribuir para o desenvolvimento regional e para o ordenamento do território.

Com este contrato de parceria é criado o SPPIAAlentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais.

2.3 Estrutura Acionista, Órgãos Sociais e Estrutura Organizacional

2.3.1 Estrutura Acionista da AgdA

De acordo com o modelo de gestão adotado para a gestão da Parceria, a AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A., a quem foi atribuída a função de Entidade Gestora da Parceria, é constituída por dois acionistas, a Águas de Portugal, SGPS, S.A em representação do Estado Português e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Publicas do Alentejo em representação dos 21 municípios do SPPIAAlentejo, repartindo-se o seu capital social em 51% para o primeiro, e 49% para o segundo conforme quadro seguinte:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACCIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	306.000	1.530.000	1.530.000
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	294.000	1.470.000	1.470.000
TOTAL	100%	600.000	3.000.000	3.000.000

2.3.2 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral:

Presidente: Câmara Municipal de Castro Verde, representada pelo Arqt.º Francisco José Caldeira Duarte

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária: Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

Na Assembleia Geral da AgdA, que teve lugar no dia 21 de março de 2014, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2014/2016, tendo a seguinte composição:

Presidente: Dr. Joaquim Marques Ferreira
Vogal Executivo: Eng.º João Manuel da Silva Costa
Vogal: Dr. Álvaro dos Santos Beijinha
Vogal: Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa
Vogal: Eng.º Paulo Jorge Lusitano de França Andrade

Fiscal Único

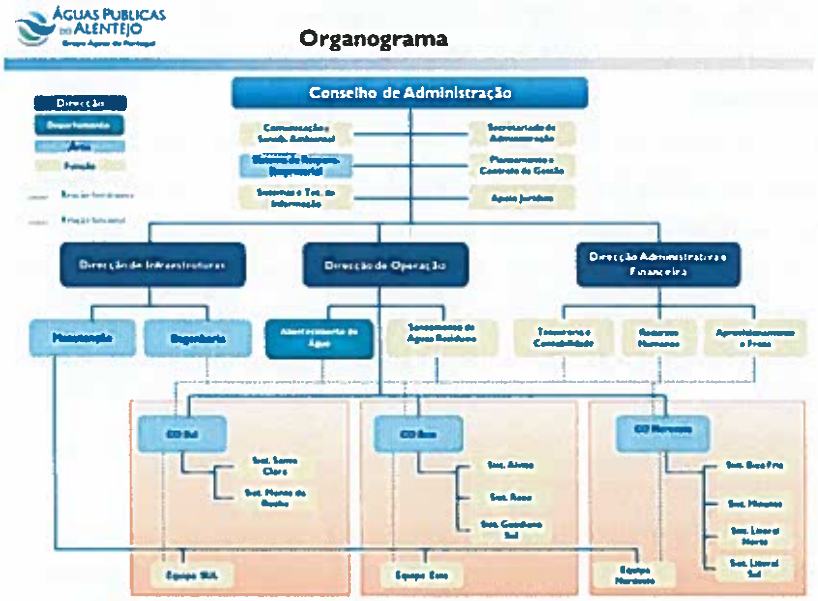
Nos termos do n.º 1 do artigo 24º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Para o mandato de 2014/2016, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral de dia 21 de março de 2014, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

Efetivo: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernest & Young, SROC, representada pelo Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)
Suplente: Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

2.3.3 Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a AgdA dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da empresa. Estes órgãos operacionais e de suporte, apresentam a seguinte estrutura:



Comunicação e Sensibilização Ambiental

i. Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa;
ii. Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social;
iii. Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos standards de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações;
iv. Implementação de atividades de comunicação de âmbito escolar e de sensibilização ambiental de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da empresa;

Apoio Jurídico

i. Elaborar pareceres / interpretações sobre a aplicação do contrato de gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos;
ii. Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação;
iii. Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada;

Sistema de Responsabilidade Empresarial

Órgão a quem cabe promover e coordenar as atividades relativas às obrigações do sistema de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa, nomeadamente:

i. Conceção, implementação e gestão do Programa de Controlo de Qualidade da Água e Autocontrolo das ETAR;
ii. Conceção, implementação e gestão do Programa de Monitorização de Massas de Água que constituem origens para abastecimento público;
iii. Articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente no licenciamento de pesquisa e captações de águas para abastecimento público, rejeição de águas residuais e ocupação de domínio público hídrico;
iv. Recolha, Análise e Reporte de indicadores de qualidade do serviço e de sustentabilidade;
v. Análise e Reporte do cumprimento dos Contratos de Gestão e de Fornecimento e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Código de conduta e Ética;
vi. Análise e Reporte da gestão do risco empresarial;
vii. Ligação aos Clientes no que respeita à qualidade do produto e do serviço prestado;
viii. Garantir as condições de higiene e segurança dos colaboradores da empresa;
ix. Garantir a implementação da Norma NP ISO 9001:2008.

Secretariado de Administração

i. Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos;
ii. Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações;
iii. Apoiar a Administração na sua atividade regular, na gestão das agendas dos administradores e da correspondência recebida e expedida;

Planeamento e Controlo de Gestão

i. Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão;
ii. Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos;
iii. Consolidação dos inputs das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração;
iv. Controlo da execução do orçamento de gestão, identificação e investigação de desvios.

Sistemas de Tecnologia de Informação

i. Órgão com a responsabilidade de assegurar a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas de empresa;
ii. Assegurar a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados;
iii. Assegurar o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

Direção de Infraestruturas

i. Propor a política de manutenção da empresa e executar os programas de manutenção preventiva e curativa de todo o sistema;
ii. Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética;
iii. Acompanhar o Plano de Investimentos de novas obras, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade;
iv. Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso;
v. Elaborar, acompanhar e desenvolver projetos de engenharia nas várias especialidades da empresa;
vi. Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso, assim como as demais prestações de serviços necessárias.

Direção de Operação

i. Coordenação das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação, servindo clientes municipais;
ii. Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação nas ETAR, servindo clientes municipais;
iii. Coordenação da gestão de resíduos;
iv. Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
v. Telegestão;
vi. Gestão do parque de equipamentos de medição caudal;

Direção Administrativa e Financeira

i. Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos;
ii. Assegurar a gestão financeira da empresa;
iii. Assegurar a contabilidade geral e analítica;
iv. Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização;
v. Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais;
vi. Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho;
vii. Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa.

2.3.4 Posicionamento

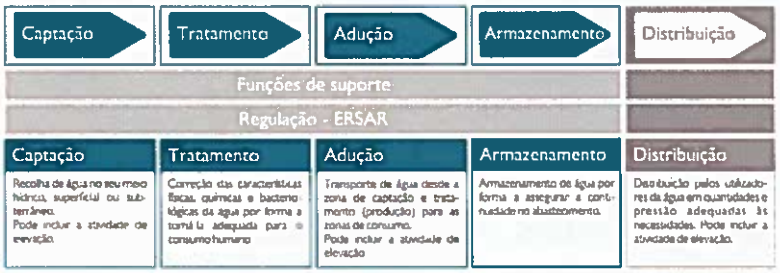
Através de um investimento total de 256 milhões de euros, que inclui reinvestimento, a AgdA pretende:

i. Promover a conceção, reparação, renovação, construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários, assegurando o abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, 250.000 habitantes, em 17,% do território nacional;
ii. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para o consumo público;
iii. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, a recolha e o tratamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
iv. Melhorar a saúde pública e o bem-estar das populações;
v. Aumentar o emprego local;
vi. Proteger o ambiente;
vii. Promover e assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa;
viii. Contribuir para o desenvolvimento da região e o ordenamento do território;
ix. Dotar os colaboradores de competências que contribuam para a excelência dos serviços prestados;
x. Obter a certificação nas áreas da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social.

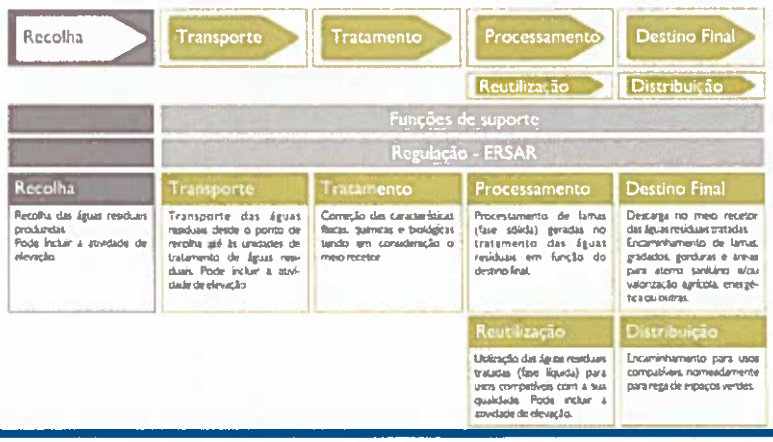
A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



2.4 Síntese de Indicadores

Os indicadores são instrumentos de gestão fundamentais para monitorizar e avaliar a atividade da empresa, permitindo analisar a sua evolução e o seu estado de performance.

Neste contexto, os quadros que se seguem procuram avaliar ao nível da atividade operacional e financeira, a evolução da AgdA nos anos de 2013 a 2015:

INDICADORES ACTIVIDADE			
	2015	2014	2013
1. Investimento total (Milhares de Euros) (*)	18.676	22.753	13.108
2. Nº Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais)	111	109	122
3. Nº de Trabalhadores em 31 de Dez. (sem órgãos sociais)	121	108	119
4. Nº de Órgãos Sociais	9	9	9
5. Volume de Água Captada (10^3 m3/ano)	22.205	20.917	20.312
6. Volume de Água Produzida (10^3 m3/ano)	21.586	20.320	19.720
7. Volume de Água Fornecida (10^3 m3/ano)	20.109	18.922	19.200
8. Volume de Água Faturada (10^3 m3/ano)	19.972	18.844	18.591
9. Volume de Efluente Recolhido (10^3 m3/ano)	9.824	9.115	9.092
10. Volume de Efluente Tratado (10^3 m3/ano)	9.100	8.476	7.685
11. Volume de Efluente Faturado (10^3 m3/ano)	0	0	0
12. Energia Consumida (Milhares de Euros)	2.537	2.342	2.429
13. Número de Captações de Água em funcionamento	372	367	356
14. Extensão da Rede em funcionamento (Km)			
- Abastecimento	1.008	864	859
- Saneamento	127	116	109
15. Número de ETA's em funcionamento	65	62	62
16. Número de ETAR's em funcionamento	96	96	95
17. Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
- Abastecimento	65	66	65
- Saneamento	26	25	25
18. Número de Reservatórios em funcionamento	264	250	240
19. Municípios Abrangidos			
- Abastecimento	20	21	21
- Saneamento	20	21	21
20. Municípios Servidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
21. População Abrangida			
- Abastecimento	200.230	218.569	219.051
- Saneamento	174.916	181.185	181.959
22. População Servida			
- Abastecimento	199.076	199.663	200.145
- Saneamento	174.557	176.148	176.912

INDICADORES FINANCEIROS

	2015	2014	2013
Capital Social	3.000.000	1.520.500	500.000
Capital Próprio	3.158.071	1.563.056	558.164
Ativo Liquido Total	98.453.999	88.319.524	61.256.189
Investimento	18.676.038	22.752.509	13.107.911
Apoios Comunitários	9.834.091	16.884.361	12.620.915
Passivo Total	95.295.928	86.756.468	60.698.025
Divida de clientes total	13.592.323	19.459.510	17.010.194
Divida de clientes vencida	3.496.156	3.716.930	7.875.419
Endividamento	46.717.382	36.326.350	28.711.139
Volume de Negócios	10.359.356	9.446.711	10.337.650
Vendas	11.305.680	10.722.751	10.919.460
Prestação de Serviços	0	0	0
Desvios Tarifários	(946.324)	(1.276.039)	(581.810)
EBIT	(565.822)	448.321	708.918
EBITDA	1.933.813	1.605.116	2.011.828
EBIT s/ Desvios Tarifários	380.502	1.724.360	1.290.728
EBITDA s/ Desvios Tarifários	2.880.137	2.881.156	2.593.638
Resultados Financeiros	765.835	(327.654)	(596.558)
Resultados Antes de Impostos	200.013	120.666	112.360
Resultado Liquido do Exercício	146.355	32.463	50.603
CashCost Abastecimento de Água	0,44	0,44	0,48
CashCost Águas Residuais	nd	nd	nd
Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	157	241	265
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	46	75	78

INDICADORES GESTÃO

	2015	2014	2013
Solvabilidade (CP/P)	3,31%	1,80%	0,92%
Autonomia Financeira (CP/ATL)	3,21%	1,77%	0,91%
Endividamento (P/ATL)	96,79%	98,23%	99,09%
Liquidez Geral (AC/PC)	70,42%	27,08%	43,58%
Estrutura do Endividamento (P.c/P)	20,66%	57,36%	62,86%

2.5 Carteira de Participações e Sucursais

No exercício de 2015, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. não participou ou realizou operações de alienação de participações sociais.

Em 2015, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo S.A pagou quotizações nas seguintes entidades:

i. NERBE / AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral;
ii. CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro - Alimentar do Alentejo;
iii. APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. não dispõe de sucursais.

3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Execução do Plano de Investimentos

O ano de 2015 coincidiu com o final do 1º ciclo de investimentos, correspondente ao período 2010-2015, sendo igualmente coincidente com a conclusão das candidaturas apresentadas ao POVT para financiamento pelo Fundo de Coesão das componentes abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais.

O investimento total ascendeu a 18,676 Milhões de Euros, dos quais 10,628 Milhões relativos à componente Abastecimento de Água e 8,048 Milhões de Euros relativos à componente Tratamento de Águas Residuais, valor que comparado com o total do ano anterior evidencia uma redução de 5,654 Milhões de Euros, sendo de salientar que tal facto decorre de o ano de 2015 ser o ano terminal de execução das candidaturas com a consequente concentração de esforços na conclusão de empreitadas financiadas em detrimento do lançamento de novas sem garantia de financiamento comunitário.

No contexto dos investimentos executados sublinha-se a entrada em funcionamento da nova ETA do Monte da Rocha que conjugada com a execução da adução a Ourique e a Almodôvar permite garantir o abastecimento em quantidade e qualidade a estes dois Municípios tradicionalmente problemáticos em termos de qualidade da água fornecida e simultaneamente aumentar a garantia de qualidade da água fornecida ao Município de Castro Verde.

Em paralelo no ano de 2015 verificou-se a entrada em pleno funcionamento das ETAR de Alcácer do Sal, de Alvalade, do Cercal, de Ourique, de Aljustrel, de Castro Verde e de Almodôvar o que permitiu reduzir o nº de processos em fase de Contencioso Comunitário por incumprimento da Diretiva das Águas Residuais Urbanas.

Qualidade da Água Fornecida

O ano transato caracterizou-se por ser muito seco, em particular na Região Alentejo, o que provocou uma grande pressão sobre os consumos e sobre as origens com reduções de produtividade nas subterrâneas e descidas de níveis nas superficiais o que conjugado com temperaturas elevadas e permanente aos longo de muito tempo, teve consequência na qualidade da água bruta o que obrigou a redobrados esforços da Empresa para garantir o abastecimento em quantidade e qualidade aos Municípios que integram a Parceria. A situação descrita teve particular relevância na qualidade da água proveniente do Sistema do Roxo nalguns meses de Verão e nas disponibilidades para abastecer alguns dos pequenos sistemas autónomos com qualidade de água garantida.

No entanto e de acordo com o indicador da ERSAR de qualidade da água o SPPIAA manteve a classificação de água segura ultrapassando a barreira dos 99% na linha do que vinha acontecendo em anos anteriores, sendo contudo de sublinhar que ainda assim o valor do indicador para o SPPIAA está abaixo da média nacional para os Sistemas "em alta", o que reforça a necessidade de promover os investimentos necessários para ultrapassar a situação descrita.

Conta corrente com clientes

Em 2015 verificou-se uma significativa redução dos créditos municipais resultante do esforço de regularização dos créditos por parte dos Municípios tanto pela via de celebração de acordos de pagamento plurianuais como pela via do pagamento efetivo dos serviços de abastecimento e tratamento de águas residuais prestado pela AgdA.

Efetivamente o montante recebido em 2015 ascende a 17,35 Milhões de Euros que compara com 13,1 Milhões de Euros recebidos em 2014, o que se atender-mos a que a faturação ascendeu 11,3 Milhões de Euros permite concluir que houve uma efetiva redução do valor dos créditos municipais o que muito contribuiu para que a AgdA financiasse as suas atividades operacionais sem recurso financiamentos bancários.

Revisão do EVEF e dos Contratos de Parceria e de Gestão

O primeiro período tarifário terminou em 2015, pelo que em obediência ao estipulado nos Contratos de Parceria e de Gestão foi necessário rever o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da Parceria visando o estabelecimento das tarifas para o quinquénio 2016-2020. Face à experiência recolhida durante o primeiro quinquénio os Parceiros decidiram ainda aproveitar a oportunidade para promover o ajustamento do clausulado dos Contratos de Parceria e de Gestão.

O processo foi iniciado em 2014 mas foi em 2015 que se procedeu à revisão da configuração da solução técnica do Sistema, com exclusão do Município de Ferreira do Alentejo, bem como à elaboração do EVEF revisto e às propostas de Adendas aos Contratos de Parceria e de Gestão que após profunda e profícua iteração viria a culminar com a assinatura das Adendas aos Contratos pelos Parceiros Estado e Municípios em Dezembro de 2015.

As tarifas, os objetivos, a remuneração pelo património municipal afeto à Parceria e o programa de investimentos ficaram, pois, estabelecidos para o período 2016-2020 pelo que a AgdA passou a dispor a partir de Janeiro de 2016 dum quadro contratual atualizado no contexto do qual exercerá a sua atividade nesse período relativamente à execução dos investimentos e à operação de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais dos Municípios aderentes.

B – RELATÓRIO DE GESTÃO

1. LINHAS ESTRATÉGICAS

Decorrente da Missão definida para a AgdA e da Visão Estratégica da Administração, esta estabeleceu a seguinte Política de Gestão Integrada, como um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

A AgdA, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 20 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre, clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. pretende:

i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
iii. Promover a ecoeficiência das suas catividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
iv. Avaliar as implicações ambientais da atividade;
v. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
vi. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
vii. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com o SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial;
viii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
ix. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

i. Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos

colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;

ii. Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 A Envolvente

Global

Apesar de todas as medidas de estímulo adotadas, sobretudo ao nível das políticas monetárias nos países mais desenvolvidos, o crescimento económico global desiludiu em 2015 comparativamente ao que era esperado há um ano atrás, mantendo-se anémico. O segundo semestre de 2015 evidenciou uma atividade económica global ténue, também como resultado dos problemas e desequilíbrios nas várias economias emergentes impulsionadoras da atividade económica global no passado. A título de referência, o Banco Mundial (BM) reviu recentemente para 3,1%, as suas previsões para o PIB global em 2015, refletindo, sobretudo, a fraca performance das maiores economias emergentes bem como o fraco crescimento registado nas principais economias desenvolvidas. A combinação da dimensão e a atual integração económica das maiores economias emergentes, como o Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul – com a a desaceleração simultânea destas economias teve efeitos colaterais significativos para o resto do mundo. Esta constatação assenta, fundamentalmente em três grande fatores:: (i) o arrefecimento da economia chinesa, (ii) os baixos preços da energia e de outras comodities e (iii) um maior aperto das políticas monetárias dos Estados Unidos da América.

União Europeia

Em 2015, a economia europeia manteve-se suportada por um conjunto de fatores positivos, destacando-se, entre outros, o preço do petróleo, a taxa de câmbio do Euro e baixos custos financeiros. É com base no referido que se assistiu ao estímulo das exportações e do consumo privado. O investimento, contudo, manteve-se em níveis baixos, como consequência de políticas económicas incertas e em alguns países, da dívida excessiva. Estes fatores impossibilitaram uma inversão nos níveis de desemprego, fator crucial para a sustentabilidade da recuperação económica que se deseja. O PIB da Euroárea deverá fechar nos 1,6% em 2015 (1,9% na União Europeia), abaixo das previsões de há um ano atrás. A taxa de inflação deverá ser nula em 2015 e a taxa de desemprego deverá rondar os 10%. Está-se perante um conjunto de indicadores económicos desanimadores que refletem uma economia globalmente pouco sustentada na União Europeia. Este desempenho resulta quer dos fatores acima referidos, quer da indefinição de políticas económicas na União Europeia com impactos negativos na confiança, e consequentemente na procura e no investimento.

Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 1,5% (face aos 0.9% verificados em 2014), aquém de previsões recentes, mais otimistas. Efetivamente, o registo do primeiro semestre permitira acalentar expectativas de que o PIB pudesse acelerar a sua trajetória, o que não aconteceu. No segundo semestre do ano a economia estagnou, tendo a taxa de variação homóloga desacelerado. O investimento apresentou uma tendência equivalente, registando um comportamento volátil ao longo do ano.

No que respeita à balança comercial, o ano ficou marcado pelo excelente comportamento das exportações. As exportações de material de transporte, de bens industriais e de consumo registaram os contributos mais elevados num ano que ficou também marcado pela retoma das exportações de combustíveis refinados. Fruto de um esforço e aposta na diversificação, a análise por país de destino revela também uma resiliência significativa, na medida em que esta boa performance ocorre apesar da queda das exportações de bens para Angola. Por seu lado, as importações aceleraram uma vez mais, tornando o padrão de expansão menos equilibrado. Mais uma vez, este facto surpreendeu e justificou o ritmo de crescimento económico que deverá atingir os 1.5%, aquém dos 1.8% que algumas entidades chegaram a prever no decorrer do ano. O contributo das importações para o crescimento anual do PIB deverá ser o mais negativo desde 2010. As importações, em volume, deverão registar um aumento anual bem mais elevado, semelhante ao verificado no ano anterior (+7.2%), refletindo por um lado a retoma da procura interna, mas também o aumento da componente importada das exportações (nomeadamente exportações de combustíveis mas também de automóveis).

O saldo das Administrações Públicas situou-se em aproximadamente 4.8 mil milhões de euros negativos (corresponde a -3.6% do PIB, que compara com os -8.9% do PIB em igual período do ano passado, ou com -5.1% se excluirmos a capitalização do Novo Banco) nos primeiros 11 meses do ano. Ainda assim regista-se uma melhoria face ao período homólogo de cerca de 1.74 mil milhões de euros. Esta melhoria teve por base o efeito conjugado da diminuição da despesa (será de -1.9%, se refletirmos na queda da despesa, os subsídios à formação profissional, os gastos com pessoal e prestações de desemprego, bem como os juros. Estes, compensaram positivamente o acréscimo registado nas rubricas de investimento e de aquisição de bens e serviços) e um ligeiro aumento da receita (reflexo do aumento da receita fiscal, parcialmente compensado pela queda das restantes componentes). Estima-se que o saldo orçamental de 2015 supere os -4% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF, decidida no final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2.25 mil milhões de euros (1.3% do PIB estimado em 2015). Deste valor, cerca de 1.776 mil milhões são aportados diretamente pelo Tesouro português e, aproximadamente 490 milhões através de um empréstimo ao Fundo de Resolução.

A taxa de inflação regressou a valores positivos em 2015 e, em termos médios, fechará o ano perto de 0.5%. Todavia, permanece em valores historicamente baixos, facto que se justifica, parcialmente, pelos efeitos da queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional. Tendo em conta o peso das componentes de combustíveis no cabaz do IPC (6,2%), o contributo para a taxa de inflação homóloga será próximo de -0.6 p.p.. Significa que a taxa de inflação em 2015 rondaria 1.1% em vez de 0.5% previstos sem o efeito da queda do petróleo.

A trajetória da taxa de desemprego em 2015 surpreendeu positivamente. Há um ano atrás antecipava-se que a taxa de desemprego alcançasse 14%. Todavia, segundo informação do INE, a taxa de desemprego alcançou 11.9% no terceiro trimestre do ano, sendo igual ao trimestre anterior. Em termos médios, e atendendo à sazonalidade que tipicamente implica piores desempenhos deste indicador nos trimestres em torno dos finais de ano, antecipa-se que a taxa de desemprego se situe em 12.6%.

Fonte: FMI world economic outlook; European Comission economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

2.2 O Setor

A Água e Saneamento no Mundo

"A água é a fonte da vida, da saúde e dos meios de subsistência em todo o mundo. O fornecimento de água potável é uma das responsabilidades básicas dos governos nacionais locais, e a água impulsiona as decisões das empresas e, em muitos lugares, determina o ritmo da vida diária." (Ban Ki-moon, 2015)."

O acesso aos serviços de água potável, saneamento e higiene, constitui um elemento fundamental para o bem-estar das comunidades e na saúde pública, tendo um impacto decisivo no nível de nutrição das mesmas. Com efeito, a subnutrição é causada por dietas inadequadas e/ou doenças, estando diretamente relacionada com fatores como a contaminação de água potável ou fracas condições de saneamento e hábitos de higiene.

Dada a importância desta matéria, o Conselho Consultivo da ONU para a Água e Saneamento (UNSGAB), recomendou uma revisão completa da maneira como a comunidade internacional lida com dois problemas socioeconómicos da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: a escassez de água e a insuficiência de saneamento. Simultaneamente identifica a escassez de água como principal risco mundial com impacto na sociedade (World Economic Forum, 2015) e prevê que a procura mundial pela água crescerá 55% entre 2000 e 2050 (OCDE, 2012).

Organizações internacionais e agências da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e o Fórum Económico Mundial, centram grande parte das suas preocupações e recomendações em torno deste tema e identificam um conjunto de factos e dados, reveladores da importância do mesmo.

Atualmente:

i. Cerca de 1,7 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais onde o consumo de água supera a sua reposição (Gleeson et al., 2012);
ii. Aproximadamente 10% da população mundial, ou seja, 663 milhões de habitantes, carece de fontes melhoradas de água potável, e estima-se que a população sem acesso a água potável chegue a 80% no meio rural (OMS/UNICEF JMP, 2015);
iii. O número de pessoas sem esse acesso é cada vez maior nas zonas urbanas e na África subsaariana, e pelo menos 1,8 mil milhões de habitantes utilizam uma fonte de água potável contaminada por fezes (Bain et al., 2014);
iv. Cerca de mais 700 milhões de pessoas deveriam ter acesso a saneamento básico para ser possível cumprir a meta relacionada com os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) até o final de 2015;
v. Um em cada três habitantes, ou 2,4 mil milhões de pessoas, ainda carecem de melhores sistemas de saneamento, e uma em cada oito pessoas, ou 946 milhões de pessoas, defecam ao ar livre (OMS/UNICEF JMP, 2015).

Simultaneamente:

i. A perda estimada nos países em desenvolvimento por falta de acesso a fontes melhoradas de água e saneamento básico chega a 1,5% do produto interno bruto (PIB) (OMS, 2012), enquanto a prioridade dada ao gasto público com água varia muito entre os países, desde menos de 0,5% a mais de 2% do PIB (World Bank, 2009 & Glaas, 2014);

ii. Os sistemas de tratamento de água, nos países desenvolvidos, são incapazes de cobrir mais de 1/3 dos seus gastos básicos de gestão e operação (amostra de 1700 unidades). (IBNET, 2014).

É, também pelos factos descritos que, entre outras recomendações, o UNSGAB propõe:

i. Aumentar e melhorar os fluxos financeiros, dando maior prioridade aos setores da água e do saneamento, bem como à gestão dos recursos hídricos, nos orçamentos nacionais;
ii. Dar maior ênfase à realidade de que a escassez, a contaminação da água e a deterioração dos ecossistemas relacionados com ela são uma ameaça para o desenvolvimento global;
iii. Desenvolver políticas nacionais e planos-diretores para o saneamento, que incluam estimativas de gastos, prazos e planos de financiamento sustentável, para garantir que os planos de investimento de capital sejam coerentes com as fontes de financiamento externas e internas.

De resto, também a UNESCO propõe como objetivos globais de desenvolvimento sustentável no sector da água para 2030, os seguintes pontos:

i. Acesso universal a água potável segura e saneamento para todos;
ii. Redução do uso de água na agricultura em 20%, na indústria em 20% e no uso doméstico em 15% e aumento da produção de água em 50%;
iii. (a agricultura apresenta consumos de água na ordem dos 70%, seguido da indústria com 18% e do uso doméstico com 12%);
iv. Aumento de 50% no número de países que adotam e implementam políticas e programas para o registo público dos direitos à água segundo a perspetiva IWRM (Gestão Integrada dos Recursos Hídricos);
v. Redução em 30% da poluição na água nas principais fontes, através do aumento da recolha e tratamento de efluentes nas cidades em, pelo menos 80%, aumento do tratamento de efluentes até, pelo menos 95%, redução da poluição de fontes difusas em 30% e tomada de medidas para redução de poluentes na fonte;
vi. Redução de 50% nas perdas de vidas humanas e bens causados por acidentes relacionados com a água através da resiliência das nações.

A Água e Saneamento na Europa

Na Europa, a população capta, em média, cerca de 13% de toda a água doce renovável e acessível de massas de água naturais, incluindo águas superficiais e água subterrânea. O excesso de exploração continua a ser uma ameaça para os recursos de água doce na Europa (AEA, 2009).

A Garantia da Sustentabilidade Ambiental constitui o sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Millennium em que uma das metas será a redução para metade, até 2015, da percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o acesso a fontes de água melhoradas, o saneamento e o tratamento de águas residuais aumentou nas últimas duas décadas. No entanto, em muitos países da Europa ocidental, o progresso tem sido muito lento. Em dez países, mais de 50% da população rural não tem acesso a água de qualidade, o que resulta num aumento de problemas de saúde.

Os cenários de alterações climáticas preveem grandes modificações na precipitação anual e sazonal, no regime hidrológico, inundações, riscos de erosão costeira e qualidade da água, bem como na distribuição de espécies e ecossistemas. As alterações climáticas terão grande impacto na qualidade das fontes de água, nas infraestruturas e no tipo de tratamento necessário para cumprir com os níveis de qualidade adequados.

As políticas de gestão da água na Europa e na União Europeia (UE) têm vindo progressivamente a adaptar-se às alterações climáticas, de modo a procurar salvaguardar no futuro a saúde pública e os ecossistemas.

O estudo da OMS Visão 2030 avalia a influência das alterações climáticas na água potável e no saneamento a médio prazo e o que pode ser feito para maximizar a resiliência da qualidade na água potável e dos sistemas de saneamento.

Existem diversas políticas e documentos, no seio da UE relacionados com os problemas da gestão da água (e.g. Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas; Diretiva Quadro da Água, Diretiva Inundações) e outros mais relacionados com os impactos potenciais da água na saúde humana (e.g. Diretiva relativa à água para consumo humano e Diretiva Águas Balneares). A Diretiva Quadro da Água estabeleceu, em 2000, um enquadramento para a gestão, proteção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos por toda a UE. Contudo, não foi possível alcançar, dentro do prazo previsto, o seu objetivo principal: "*toda a água superficial e subterrânea em bom estado até 2015*".

Em 2010, os Estados Membros da UE publicaram 160 Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas destinados a proteger e a melhorar o ambiente aquático. Os planos cobriam o período 2009-2015 e um segundo conjunto de Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas, a vigorar no período 2016-2021, cuja conclusão estava prevista para 2015. Estes últimos têm como principais desafios melhorar o estado químico das águas superficiais e subterrâneas, bem como melhorar a eficiência no uso da água e a adaptação às alterações climáticas.

O "*Plano destinado a preservar os recursos hídricos da Europa*", apresentado pela Comissão em novembro de 2012, reitera a necessidade de colocar a gestão dos recursos hídricos da Europa numa perspetiva mais ampla, abordando todos os consumidores de água, bem como as interações da água com outros recursos, como o solo e a energia. É, pois, importante que todos os setores que utilizam recursos hídricos, como a indústria, a agricultura, o turismo, o desenvolvimento urbano e a produção de energia, sejam geridos de um modo sustentável.

Este plano destaca a importância de financiar projetos de gestão de água, mas com a condicionante de que as novas infraestruturas de abastecimento de água só devem ser construídas em última instância, uma vez esgotados os esforços para diminuir a procura e maximizar a eficiência.

A variabilidade nas taxas de perdas nas canalizações de água por toda a Europa – de menos de 10% em alguns locais até mais de 40% noutros – também aponta para oportunidades de se conseguirem poupanças substanciais de água (AEA, 2012).

Uma revisão dos preços da água na Europa (AEA, 2013) concluiu que muitos Estados Membros estão longe do requisito da Diretiva Quadro da Água no sentido de recuperar os custos totais do abastecimento de serviços de água, incluindo os custos de recursos ambientais. Como evidência do referido são as tarifas de água para irrigação que, em especial, são muitas vezes altamente subsidiadas, facto que incentiva um uso ineficiente de água.

Adicionalmente e complementarmente, a Comissão Europeia propôs-se e propõe-se trabalhar com os Estados-Membros a fim de promover o cumprimento e estabelecer regimes de fiscalização mais eficazes para resolver problemas como o excesso de licenças e a captação ilegal.

Em resumo, o Plano para a Água determinou um conjunto de medidas para salvaguardar este recurso natural na Europa nos próximos anos, entre as quais se evidenciam: a tarifação da água (incluindo recuperação dos custos) para incentivar a eficiência; a redução do consumo de água; a redução de captações ilegais; a redução de perdas; e a reutilização da água e melhor cálculo dos custos e benefícios (juntamente com a tarifação da água).

O Sector em Portugal

O Sector do abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento económico e social do país, tanto pela capacidade de gerar atividade económica e, consequentemente de criar emprego e riqueza, como pela crescente melhoria que tem conferido às condições de vida da população. O sector tem evoluído substancialmente nos últimos anos, nomeadamente ao nível das entidades gestoras, das infraestruturas, e de forma muito decisiva e visível, ao nível qualidade da água e do serviço prestado à população.

Em 2014, 95% dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83% com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82% incluíam o tratamento adequado dessas águas.

As entidades gestoras do sector em Portugal estão abrangidas por um quadro legal de gestão e da exploração dos sistemas multimunicipais e municipais. São considerados multimunicipais os sistemas de titularidade estatal que sirvam pelo menos dois municípios e exijam a intervenção do Estado, em função de razões de interesse nacional (empresas Grupo AdP), e sistemas municipais todos os outros, relativamente aos quais cabe aos municípios, isoladamente, através de associações de municípios ou em parceria com o Estado, definir o modo de organização e gestão (titularidade municipal).

Assim, quando a titularidade é estatal, o **modelo de gestão** pode ser: **direta** (não existe qualquer caso); **delegada** (apenas a EPAL); ou **concessionada** (cujo exemplo são os sistemas multimunicipais pertencentes ao Grupo AdP).

Quando a titularidade é municipal ou intermunicipal, temos também as mesmas formas de modelos de gestão: **direta** – serviços municipais, municipalizados ou intermunicipalizados ou associações de municípios; **delegada** – empresas com ou sem parceria com o Estado e Juntas de Freguesia ou associações de utilizadores; **concessionada** – parcerias público-privadas.

As entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais) abrangiam cerca de 71% da população e 79% do número de municípios abrangidos por entidades gestoras no mercado de abastecimento de água em alta. As entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta em Portugal abrangem cerca de 7,1 milhões de pessoas. O Grupo AdP é responsável pelo abastecimento de 6,7 milhões de pessoas (94%) em cerca de 192 municípios num total de 220.

Relativamente às entidades gestoras de serviços de saneamento de águas residuais em alta, cerca de 97% da população abrangida é assegurada por entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais), respeitante a 91% do número de municípios.

Ainda em 2014, o Grupo AdP obteve um volume de negócios de 626,2 milhões de euros o que representa 40% do volume de negócios total do setor de água e saneamento.

O Sector em Portugal em 2015

Em abril de 2015 foi apresentado o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020. Com a designação: "PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais", que dá continuidade ao anteriormente estabelecido para o setor (PEAASAR I e II).

A gestão do PENSAAR 2020 está baseada num Quadro Estratégico, organizado em 5 eixos e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e num Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais. Este novo programa estará focalizado na gestão eficiente dos recursos e deverá centrar-se em temas como a restruturação do setor, os recursos financeiros a mobilizar e a implementação do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).

A estratégia sectorial para o horizonte 2020, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável.

Em termos globais o sector é deficitário, sendo os custos 12% superiores aos proveitos – o défice agrava-se para 35% ao considerar a remuneração do capital. Face ao contexto do sector, existem desafios chave a lançar, destacando-se o equilíbrio tarifário, uma melhor regulação e a melhoria de eficiência. Para tal, encontram-se definidas duas linhas de atuação estratégica, que incluem as fusões em alta e as agregações verticais ou horizontais em baixa.

O ano de 2015 ficou marcado pela agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta. As novas entidades gestoras resultantes destas agregações (pertencentes ao Grupo AdP) são a Águas do Norte, a Águas do Centro Litoral e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Estas empresas fornecem serviços de águas em termos globais (abastecimento de água e saneamento de águas residuais) a cerca de 80% da população portuguesa.

Com a reestruturação do sector das águas, pretendeu-se fazer face aos principais desafios com que o sector se depara, nomeadamente:

i. Prosseguir com os investimentos necessários, estimados em valor superior a 3,7 mil milhões de euros até 2020;
ii. Aumentar a coesão social, através de uma harmonização tarifária em alta no território continental;
iii. Melhorar a regulação económica do sector, com uma entidade reguladora independente e fomentando a implementação de mecanismos de recuperação de custos (regulamento tarifário) e uma maior transparência na informação ao consumidor final (fatura detalhada);
iv. Gerir de forma mais eficiente, otimizando as operações do Grupo AdP e reduzindo gastos.

A agregação dos sistemas multimunicipais teve como pilares estruturais a harmonização tarifária, promovendo a equidade territorial e contribuindo, por via do alargamento da solidariedade regional e através de ganhos de eficiência, para a resolução dos problemas de sustentabilidade económica e financeira de entidades do setor, nomeadamente dos desvios de recuperação de gastos (ou défices tarifários).

2.3 A Regulação

Regulação

O grupo Águas de Portugal (grupo AdP), através das suas empresas operacionais, exerce duas atividades reguladas - abastecimento público de água e saneamento de águas residuais -, que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais assenta nos princípios da prossecução do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial.

O grupo AdP atua nas atividades de alta, através dos sistemas multimunicipais e da EPAL, e nas atividades de baixa, através das parcerias Estado-Autarquias, da EPAL e da Águas de Santo André (AdSA), com modelos regulatórios diferenciados, sujeitos à intervenção da ERSAR (Entidade Reguladora do Serviços de Águas e Resíduos).

Durante o ano de 2015 verificaram-se alterações legislativas relevantes, que importa ter presentes pelo respetivo impacto na organização do sector.

A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assentava, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Durante o ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015, finalizaram-se os estudos em curso com vista à reestruturação do sector para a concretização da estratégia traçada pelo Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho. Este processo culminou com a publicação dos Decretos-Lei n.º 92, 93 e 94/2015, de 29 de maio, que criaram, respetivamente, por agregação os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal (AdCL), do Norte de Portugal (AdN) e de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT) e atribuíram as respetivas concessões.

O sistema do Centro Litoral de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Mondego, Simlis e Simria. O sistema do Norte de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Douro e Paiva, Águas do Noroeste, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Simdouro. O sistema de Lisboa e Vale do Tejo resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Centro, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano, Águas do Oeste, Águas do Zêzere e Côa, Sanest, Simarsul e Simtejo.

O Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio, atribuiu ainda à EPAL a gestão delegada do sistema de Lisboa e Vale do Tejo e, para a concretização do disposto no artigo 8.º da Lei 10/2014, de 6 de março, determinou, por alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho, a sujeição da EPAL às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários, salvaguardadas as especificidades do seu modelo de gestão.

O regime das parcerias Estado-Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, bem como a respetiva regulação, é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto

o disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como nos regulamentos, nas disposições e nas recomendações aplicáveis aos sistemas de titularidade municipal emitidas pela ERSAR.

Iniciou-se em Abril de 2015 a exploração do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Região do Noroeste, integrado verticalmente e explorado na Águas do Norte, que resulta da parceria Estado-Autarquias estabelecida com os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Na reunião de abril de 2015 do Conselho Consultivo da ERSAR, foi apresentada uma nova versão deste documento, que, nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei. Durante o ano de 2015 não se verificaram mais desenvolvimentos sobre esta matéria, sendo expectável que venham a ocorrer durante o ano de 2016.

Regulação Económica

As atividades desenvolvidas pelas empresas operacionais do grupo AdP são reguladas pela ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e pelo disposto nos diplomas e contrato de concessão que regem a respetiva atividade.

O regime das parcerias Estado-Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, bem como a respetiva regulação, é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, o disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

Estas empresas estão sujeitas a regulação por parte da ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e à supervisão da Comissão de Parceria, entidade criada ao abrigo dos contratos de parceria estabelecidos e que tem por missão exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

Nos termos dos contratos de gestão, estabelecido para atribuição da gestão da parceria a uma entidade, a proposta tarifária para as parcerias Estado-Autarquias é válida para um período quinquenal, após aprovação da Comissão de Parceria, sendo anualmente atualizada nos termos definidos nos contratos.

O ciclo de atualização tarifária das parcerias Estado-Autarquias inicia-se a 15 de outubro com a submissão da proposta de tarifário à ERSAR para parecer não vinculativo, sendo depois aprovada pela Comissão de Parceria.

Estas empresas são reguladas por custos aceites, sendo encargos a cobrir pelas tarifas os gastos operacionais, incluindo amortizações líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Os contratos de gestão determinam que a remuneração dos capitais próprios a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor do capital social e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem.

Estas empresas têm direito ao registo e à recuperação por via tarifária dos desvios de recuperação de gastos, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração dos capitais próprios que estimada para o ano de acordo com as regras contratuais.

Em 31.12.2015 estavam registados nas contas da empresa cerca de 946.324 euros de desvios de recuperação de gastos decorrentes da atividade da empresa, correspondentes a um Superavit tarifário

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos (ilíquidos de impostos e sem expurgar interesses minoritários) nas contas da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., entre 2009 e 2015

DESVIOS TARIFÁRIOS (1º PERIODO TARIFÁRIO)							
	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Desvio Tarifário Acumulado	943.055	2.246.797	970.758	388.947	190.116	(682.660)	(61.227)
Desvio Tarifário Anual	946.324	1.276.039	581.811	198.831	872.776	(621.433)	(61.227)

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2015 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2013, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

Nos termos da legislação, as entidades gestoras de sistemas estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pelas empresas do grupo AdP.

As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, devem de elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as entidades gestoras de abastecimento de água implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2004 que um conjunto de empresas do grupo AdP, a saber Águas do Noroeste – Sistema de Areias de Vilar, Águas do Douro e Paiva, Águas do Algarve e EPAL, reconheceram nos Planos de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que, capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1/março/2015, a cumprir com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da "fatura detalhada", vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos urbanos do grupo AdP estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos a APA cobra a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), que nos termos do Lei 82-D/2014, de 31 de dezembro, (Reforma da Fiscalidade Verde) passou a penalizar os sistemas com perdas em alta superiores a 5% e em baixa superiores a 20%, impedindo, a partir de 2016, que a TRH associada a esses volumes pudesse ser repercutida nos clientes e obrigando a que fosse suportada pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.

3. O NEGÓCIO

3.1. Introdução

A atividade da empresa, tal como estabelecida no Contrato de Gestão, assinado entre as partes em 25 de setembro de 2009 e revisto em 2015, através de uma adenda assinada em 22 de dezembro, centra-se na exploração e gestão dos serviços de águas associados Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo), criado por força do Contrato de Parceria assinado entre os parceiros em 13 de agosto de 2009.

O referido Sistema, o SPPIAAlentejo, abrange os serviços de águas, em alta, dos 20 municípios que atualmente integram a parceria, entendendo-se por serviços de águas o Abastecimento Público de Água e o Saneamento de Águas Residuais do Sistema.

Competindo à empresa AgdA, enquanto Entidade Gestora do Sistema, a gestão dos Serviços de Águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como o tratamento e a rejeição de águas residuais canalizadas pelos municípios.

Compete ainda à empresa a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIAAlentejo, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

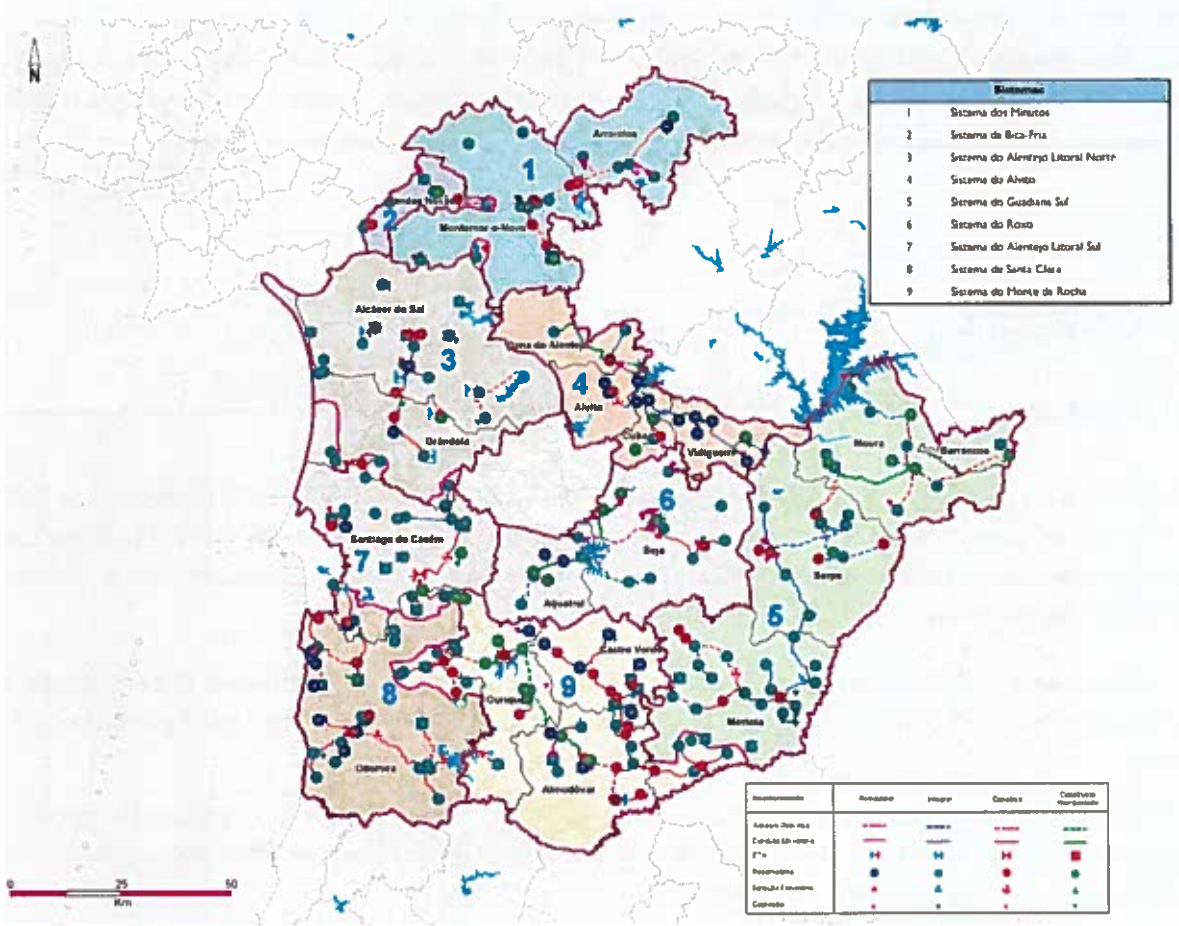
Em síntese, a atividade da AgdA centra-se essencialmente nas seguintes vertentes:

i. Gestão e operação de Sistemas de Abastecimento de Água;
ii. Gestão e operação de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais;
iii. Planeamento, Projeto e Construção de novas infraestruturas;
iv. Manutenção e Renovação de infraestruturas existentes.

3.2. Sistema de Abastecimento de Água

Nos termos do contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes, Sedes de Freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

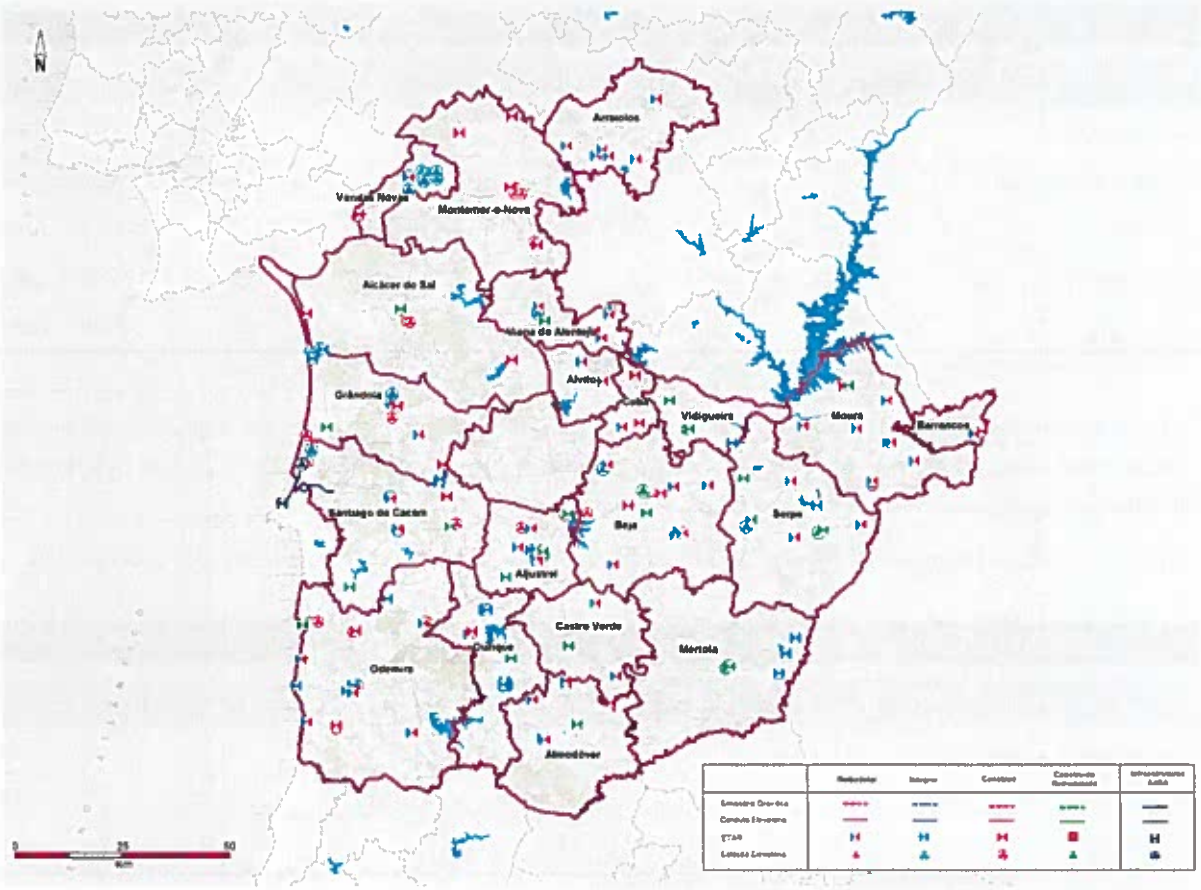
A solução técnica adotada assenta numa estrutura de 9 sistemas de abastecimento de água: Minutos, Bica Fria, Alvito, Guadiana Sul, Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara, Alentejo Litoral Sul e Alentejo Litoral Norte.



3.3. Sistema de Saneamento de Águas Residuais

Nos termos do contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAAlentejo em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025.

A solução técnica adotada assenta numa estrutura de 20 sistemas, um por município.



3.4. Planeamento, Projeto e Construção de novas infraestruturas

Nesta matéria foi desenvolvida uma solução técnica, já apresentada nos mapas acima e que tem por objetivo, na componente Abastecimento de Água o cumprimentos das metas estabelecidas, com origens garantidas, soluções técnicas robustas e resilientes, mas a custos controlados, numa ótica de assegurar de forma permanente e com garantia o abastecimento de água às populações abrangidas seja em quantidade como em qualidade, cumprindo as normas legais exigíveis.

Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese das infraestruturas abrangidas pela vertente Água de Abastecimento.

INFRAESTRUTURAS QUE INTEGRAM O SISTEMA DE ABASTECIMENTO							
Abastecimento	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
Captação (un)	78	1	0	214	7	16	316
Estação Elevatória (un)	47	1	0	43	9	34	134
ETA (un)	21	0	3	28	3	5	60
Reservatório (un)	175	10	10	34	19	52	300
Adutoras (km)	528.5	9.1	0.1	40.9	126.9	828.4	1 534

Nota.: de acordo com o Plano de Investimentos aprovado para o SPPIAAlentejo

Na componente Saneamento de Águas Residuais a solução técnica adotada passa por construir ou reabilitar ETAR que possam tratar adequadamente os efluentes recolhidos e proceder à sua rejeição em condições e com as características impostas pela legislação aplicável e pelas autoridades competentes

Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese das infraestruturas abrangidas pela vertente Saneamento de Águas Residuais.

INFRAESTRUTURAS QUE INTEGRAM O SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS							
Abastecimento	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
Estação Elevatória (un)	23	0	0	2	3	22	50
ETAR (un)	20	0	4	56	13	23	116
Coletores (km)	83.9	0.5	0.0	0.8	6.3	61.4	153

Nota.: de acordo com o Plano de Investimentos aprovado para o SPPIAAlentejo

Face ao enorme esforço técnico e financeiro para implementar a solução técnica adotada, foi desenvolvido um plano com 3 fases, tendo ficado concluído em 2015 a 1ª fase de investimento e decorrendo a 2ª fase entre 2016 e 2020.

3.5. Manutenção e Renovação de infraestruturas existentes

Esta componente, não sendo normalmente valorizada na sua verdadeira dimensão, assume uma importância primordial, não só pelos encargos que lhe estão associados, como pelo contributo determinante para a capacidade da empresa de resposta às atividades de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.

Não menos importante é o seu contributo para o valor da empresa, pois o estado de conservação e capacidade de resposta das suas infraestruturas, em paralelo com o capital humano, são um dos ativos mais importantes para a valorização da empresa.

4. SUSTENTABILIDADE

4.1. Enquadramento

Prosseguimos em 2015, empenhados em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

O Grupo AdP, enquanto ator com função ativa na sociedade e no ambiente, está empenhado numa gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações biunívocas - simbioses - com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência. A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano sectorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos stakeholders, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A partir deste trabalho, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos.

Durante o ano de 2015 o Grupo reviu a sua estratégia de sustentabilidade ajustando os princípios e compromissos e definindo novos objetivos e metas.

4.2. Stakeholders / Partes Interessadas

Simbiose com o Ambiente

Nesta primeira fase de desenvolvimento em que se encontra, a empresa tem vindo a atuar gradualmente na minimização de impactes ambientais, nomeadamente:

i. Na área energética, com:
   i. Adequação dos contratos de energia que transitaram dos municípios à realidade dos consumos verificados nas instalações;
   ii. Aquisição de equipamentos com certificação energética adequada;
   iii. Sensibilização dos colaboradores para a utilização de equipamentos de ar condicionado, aquecimento e iluminação;
   iv. Gestão de consumos privilegiando sempre que possível o horário de vazio na utilização da energia elétrica;

ii. Na gestão do recurso água:
   i. Redução de perdas;
   ii. Melhoria da qualidade da água de abastecimento produzida;
   iii. Melhoria da qualidade da água rejeitada para o meio hídrico.

De salientar que a concretização do plano de investimentos da AgdA é um fator de extrema relevância na mitigação de impactes ambientais gerados pela atividade da empresa uma vez que prevê a construção de instalações mais eficientes no tratamento do produto (água e água residual) com menor contaminação das linhas de água recetoras dos efluentes tratados, reutilização de água tratada, instalações de tratamento de água mais eficientes, com menos perdas e melhor gestão de recursos hídricos, gerando um benefício publico considerável.

Não obstante estes aspetos, outros têm sido igualmente tidos em conta, particularmente no que respeita aos consumíveis de escritório:

i. Impressão, por defeito, em modo económico e a preto e branco;
ii. Utilização de meios eletrónicos (e-mail, gestão documental) para divulgação de documentos;
iii. Disponibilização de documentos em formato digital nas reuniões de Conselho de Administração;
iv. Incentivo à não impressão através da mensagem de rodapé dos e-mails;
v. Limitação do número de impressões a cores por colaborador.

Simbiose com os Colaboradores:

A AgdA considera o capital humano o fator dinamizador do sucesso e decisivo para a contínua excelência do serviço, tendo como principais desafios a igualdade de oportunidades, a avaliação de desempenho, a formação, o desenvolvimento de competências e a higiene, saúde e segurança no trabalho.

Neste sentido a AgdA tem proporcionado:

i. Redução de riscos de acidentes de trabalho;
ii. Formação em áreas de Higiene e Segurança no Trabalho;
iii. Prevenção das dependências em meio laboral.

A AgdA deu continuidade ao protocolo de colaboração assinado com a CGTP-IN, STAL (Beja), Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT) e Centro de Respostas Integradas de Beja (CRI) com vista à implementação do projeto EURIDICE.

Este é um projeto de intervenção a nível europeu e tem como objetivo genérico a prevenção e a intervenção nos problemas ligados ao consumo de substâncias psicoativas em meio laboral, através de medidas e ações adequadas à organização. Garantindo sempre a confidencialidade em todas as fases do projeto, a AgdA juntamente com os restantes parceiros do projeto, pretende: promover hábitos de vida saudáveis; modificar atitudes, comportamentos e fatores de risco; diminuir o consumo de tabaco, álcool e outras substâncias; prevenir e intervir em dependências de tabaco, álcool e outras drogas; proporcionar um aumento de conhecimento dos perigos de consumo de substâncias associadas à dependência e promover a criação de um clima social e de trabalho saudável.

Com estas medidas, a AgdA acredita vir a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores e para a garantia de um ambiente de trabalho seguro.

Simbiose com a Comunidade:

A AgdA pretende garantir um serviço público cada vez mais abrangente e de qualidade elevada, investindo na relação com os stakeholders, com as comunidades locais e com os fornecedores e apostando na investigação.

i. Aumentar a fiabilidade e qualidade do serviço público prestado:
    i. Águas de Abastecimento:
        i. Plano de Controlo de qualidade da água aprovado pela ERSAR;
        ii. Plano interno de controlo de parâmetros críticos;
        iii. Plano de higienização de reservatórios.
    ii. Águas Residuais:
        i. Plano de controlo de qualidade de acordo com as licenças de descarga;
        ii. Planos de monitorização de linhas de água críticas.
ii. Dinamizar o tecido empresarial e o emprego regional;
iii. A AgdA associou-se à iniciativa do grupo AdP no envio de postais eletrónicos no Natal no apoio a projetos e instituições de solidariedade, nomeadamente ao CAT-Centro de acolhimento temporário a Buganvília, na área de apoio a crianças desfavorecidas;
iv. Ações de sensibilização ambiental;
v. Comemoração de dias temáticos;
vi. Participação em feiras municipais / regionais.

Como parte da estratégia de responsabilidade social interna, parte da verba angariada com o envio dos cartões de Natal é direcionada para a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior aos filhos dos colaboradores do grupo Águas de Portugal que evidenciem dificuldades financeiras e que tenham tido um aproveitamento escolar excelente.

Simbiose com os Acionistas:

Garantir a sustentabilidade económica da empresa e a criação de valor para os acionistas e demais partes interessadas, assegurando o desenvolvimento do negócio e cumprindo as metas traçadas é um objetivo da AgdA.

Neste sentido, na sua atividade, a AgdA preocupa-se em promover a transparência dos modelos de gestão, nomeadamente através:

i. Código de Conduta e Ética, em que assume o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade pela defesa e proteção do meio ambiente e transparência nas suas relações com o exterior;
ii. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde são identificadas potenciais áreas de risco.

Para o controlo dos modelos de gestão existem vários mecanismos internos e externos, com destaque para os seguintes:

i. Auditorias às contas por entidades externos e pela holding;
ii. Certificação legal das contas;
iii. Auditorias ao contrato de gestão, contrato de parceria e contrato de fornecimento pela holding;
iv. Auditorias de avaliação da qualidade do serviço pela ERSAR;
v. Auditoria ao cumprimento do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas pela holding;
vi. Avaliação de risco empresarial;
vii. Inspeções ambientais (IGAMAOT);
viii. Inspeções anuais ao cumprimento do Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, pela ERSAR;
ix. Avaliação da satisfação de clientes.

A AgdA reporta anualmente à holding os indicadores de sustentabilidade, através dos quais a empresa analisa o seu desempenho através dos indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), e publicará em 2016 o Relatório de Sustentabilidade relativo a 2015 o qual será disponibilizado na página web da empresa, em formato digital, às partes interessadas.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2015, destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, e Energia numa lógica de transparência e credibilidade.

Ao nível da Responsabilidade Social, o Grupo manteve a aposta em políticas corporativas, nomeadamente dando continuidade ao programa de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos filhos dos seus colaboradores. Em 2015, foram atribuídas 20 bolsas de estudo de ensino superior no valor de 1.200 euros e 15 bolsas destinadas à educação especial no valor de 1.000 euros. De realçar que, no âmbito das bolsas de ensino superior atribuídas, sete representam uma renovação do apoio concedido em anos anteriores, incentivando a continuidade dos estudos.

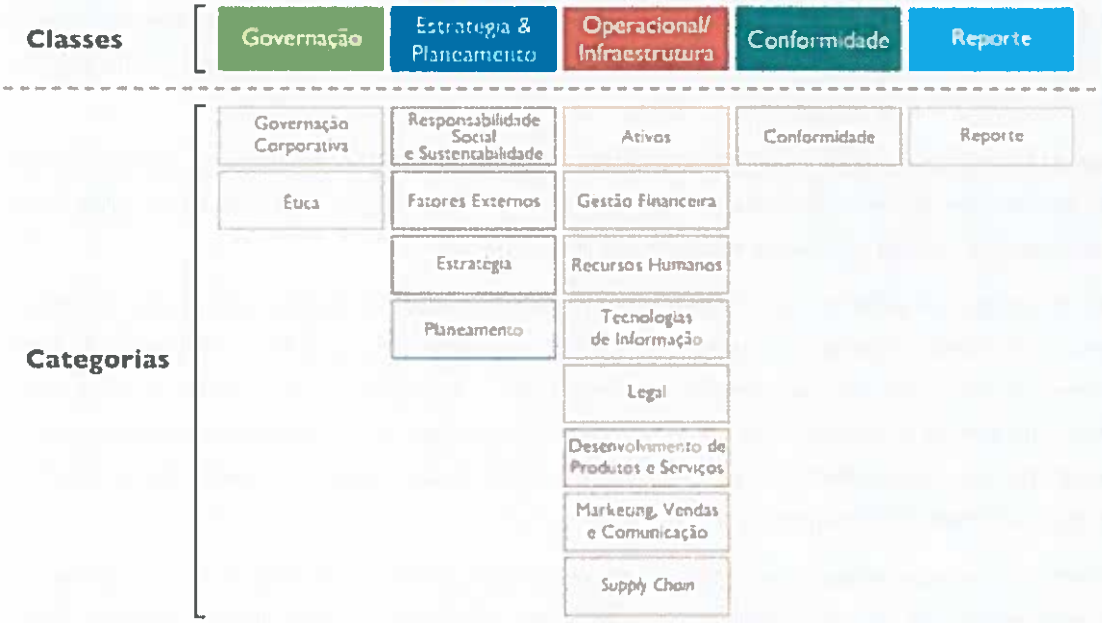
Também de realçar a ação "Bootcamp em Empreendedorismo Social Águas de Portugal" dinamizada em parceria com o IES/SBS em que 40 colaboradores de todas as empresas do Grupo AdP, ligados à área da sustentabilidade e responsabilidade social, partiram para uma formação intensiva rumo ao Empreendedorismo Social. A iniciativa teve por objetivos promover o encontro e partilha entre estes e, simultaneamente, proporcionar um momento formativo com relevância para o desenvolvimento e implementação de novos projetos na área de responsabilidade social. Muitas foram as ideias partilhadas durante as 48 horas de formação, que culminaram com a apresentação de 10 projetos de empreendedorismo social, de diversas áreas como o ambiente, saúde, educação, cultura e desenvolvimento comunitário.

4.3. Gestão do Risco

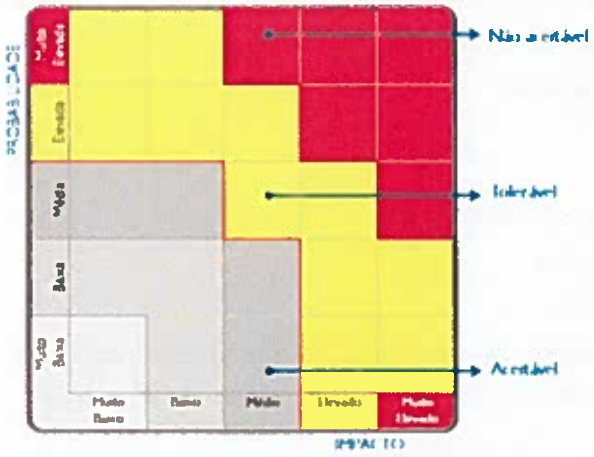
A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

O processo de *gestão do risco empresarial* implementado na empresa, possibilita uma avaliação integrada do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os seus investimentos e ativos.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

i. Financeira;
ii. Reputação;
iii. Legal ou regulamentar; e
iv. Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de factores, nomeadamente:

i. Existência e eficácia de controlos;
ii. Ocorrência anterior do risco;
iii. Complexidade do risco; e
iv. Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

No seguimento das orientações emanadas pela tutela, ocorreu em 2015 a reestruturação do grupo AdP, com a extinção de vários empresas gestoras dos sistemas multimunicipais existentes e a criação de 3 novas empresas. Tendo por base a complexidade e criticidade do processo, foi entendimento da Administração da AdP SGPS, não proceder à avaliação do risco do Grupo AdP e respetivas empresas participadas para o ano em questão, processo que será retomado em 2016.

Não obstante, considerando que as responsabilidades, direitos e operação das empresas cessantes foram transferidos para as empresas criadas, entende-se que em 2015 se mantêm, genericamente, os principais riscos a que a AgdA – Águas Publicas do Alentejo, S.A. se encontrava exposta em 2014, nomeadamente:

i. Segurança física das instalações;
ii. Energético;
iii. Taxa de juro;
iv. Envolvente política, económica e financeira;
v. Gestão do conhecimento; e
vi. Continuidade do negócio.

Subsequentemente serão retomadas as ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

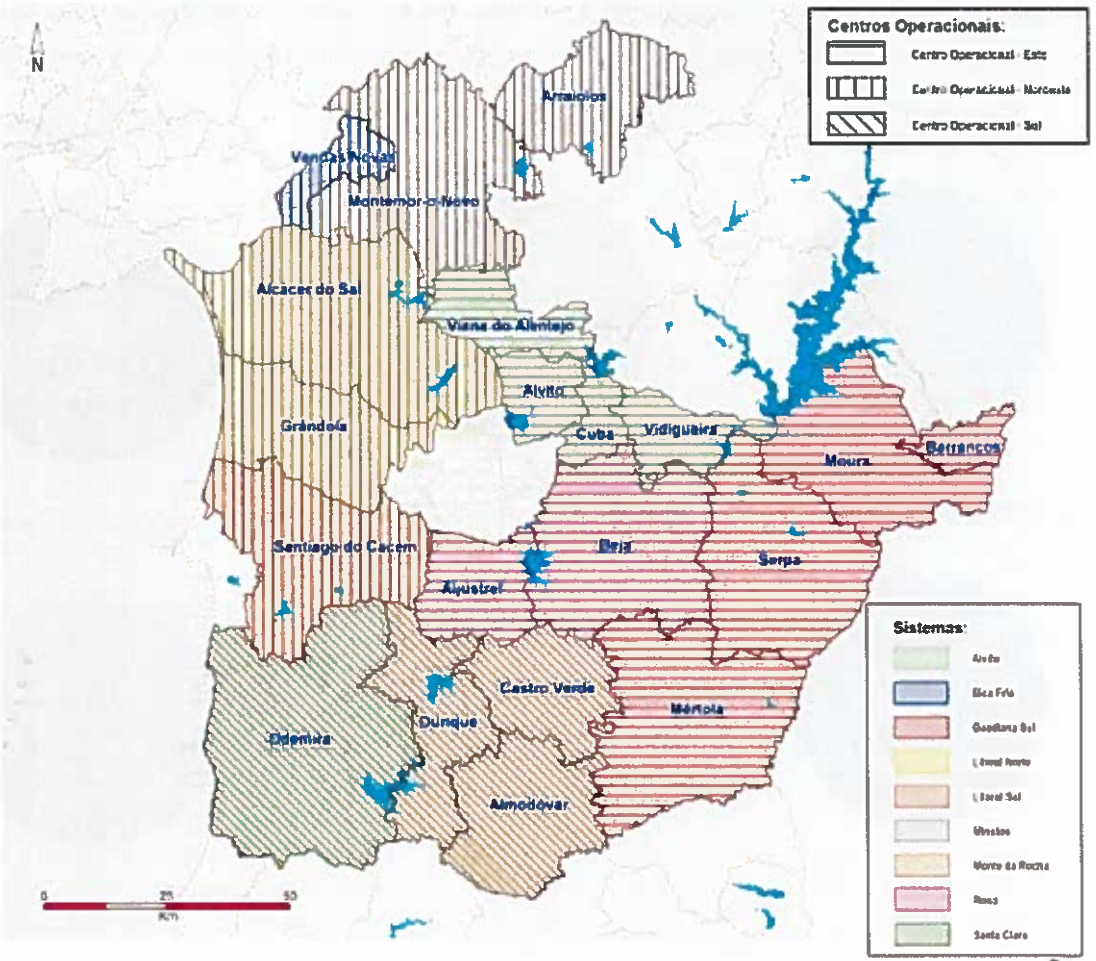
4.4. Atividade Operacional

No decorrer do ano 2015, manteve-se a organização da Direção de Operação, organizada em três Centros Operacionais, de acordo com a seguinte estrutura:

i. Centro Operacional Noroeste:
   a. Sistema do Litoral Sul: Santiago do Cacém;
   b. Sistema do Litoral Norte: Alcácer do Sal, Grândola;
   c. Sistema da Bica Fria: Vendas Novas;
   d. Sistema de Minutos: Arraiolos, Montemor;

ii. Centro Operacional Este:
   a. Sistema do Roxo: Aljustrel, Beja;
   b. Sistema do Alvito: Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Vidigueira;
   c. Sistema do Guadiana Sul: Barrancos, Moura, Serpa, Mértola;

iii. Centro Operacional Sul:
   a. Sistema do Monte da Rocha: Almodôvar, Castro Verde, Ourique;
   b. Sistema de Santa Clara: Odemira.



Relativamente ao número de municípios do SPPIAA, cuja responsabilidade de operação se encontra a ser assegurada pela AgdA, não se verificou qualquer alteração durante o ano 2015, mantendo-se a operação em todos os municípios do SPPIAAlentejo à exceção de Ferreira do Alentejo. No entanto, salienta-se que no mês de fevereiro foi integrado o sistema de abastecimento de água de Monte dos Mestres, pertencente ao município de Almodôvar, que apesar de cumprir as regras de integração na alta ainda não estava a ser operado pela AgdA.

No que se refere ao modelo de gestão de operação de infraestruturas, no ano 2015 foi mantido o regime de Outsourcing para parte das instalações de saneamento (45 ETAR e 16 EEAR) e abastecimento (15 sistemas autónomos de abastecimento da margem direita do município de Mértola).

4.4.1. Operação e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de água

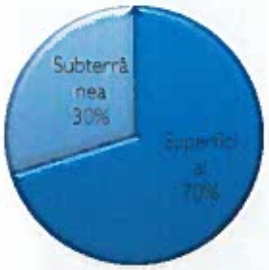
Volume de Água Captada

Durante o ano 2015 foram captados 22.205.326 m³ de água, sendo 56% (12.5 hm3) de origem subterrânea e 44% (9.7 hm3) de origem superficial.

Os gráficos seguintes apresentam a desagregação dos volumes de água captada por tipo de origem, e por Sistemas:

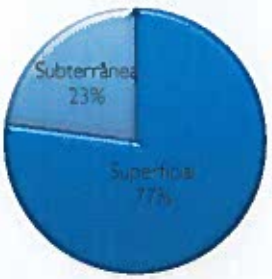
Como se pode verificar todo os Sistemas do CO do Noroeste (Bica Fria; Minutos; Litoral Norte e Litoral Sul) utilizam apenas, e por agora águas subterrâneas, enquanto que em todos os restantes sistemas se utiliza um mix de subterrâneas e superficiais.

Sistema do Roxo

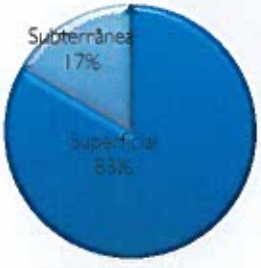


Sistema do Guadiana Sul

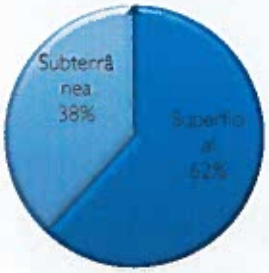
Sistema do Alvito



Sistema de Santa Clara



Sistema do Monte da Rocha

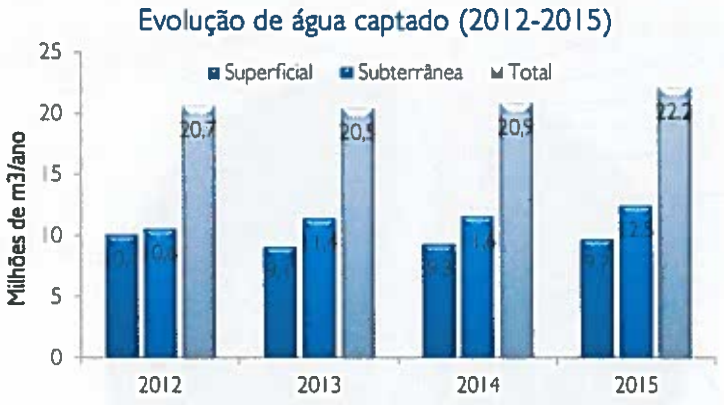


Sistemas do CO Noroeste

Tendo em conta que, em Sistemas onde existe possibilidade de realizar o abastecimento a partir dos dois tipos de origem, foi definido como objetivo uma utilização aproximada de 70% de água superficial para 30% de água subterrânea, através da observação dos gráficos, pode concluir-se o seguinte:

i. **Sistema de Alvito**: verificou-se uma pequena diferença relativamente aos valores de referência acima mencionados, situação que pode ser ultrapassada com uma maior utilização dos recursos subterrâneos. Considera-se que no ano 2016 estarão reunidas as condições para cumprir as metas estabelecidas uma vez que existe disponibilidade em águas subterrâneas;
ii. **Sistema do Guadiana Sul**: pode observar-se que existiu uma maior utilização dos recursos subterrâneos para garantir o abastecimento do que o valor de referência. Esta situação pode ser explicada pelo fato do concelho de Moura ser abastecido essencialmente através de origens subterrâneas, agora que a utilização da captação do Ardila é apenas residual. Esta situação será no entanto invertida com a ligação da ETA do Enxoé ao referido concelho;
iii. **Sistema do Roxo**: verifica-se o cumprimento dos valores de referência;
iv. **Sistema do Monte da Rocha**: verifica-se uma maior utilização de origens subterrâneas. No entanto, com a ligação da ETA do Monte da Rocha aos concelhos de Ourique e Almodôvar, cuja obra já está concluída, esta situação será alterada já em 2016;
v. **Sistema de Santa Clara**: pode observar-se que ocorreu uma maior utilização de recursos superficiais, para garantir o abastecimento. Ao contrário dos Sistemas acima mencionados, neste Sistema considera-se que não existem condições para garantir o cumprimento dos valores de referência, uma vez que as origens subterrâneas apresentam uma má qualidade e fraca produtividade, estando prevista a sua desativação gradual, e consequente substituição por origens superficiais, de forma a garantir a totalidade do abastecimento.

No Gráfico seguinte apresenta-se a evolução do volume de água captada, relativamente ao período anos 2012-2015.

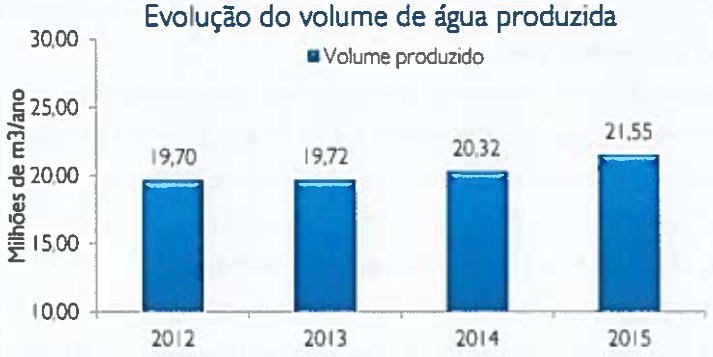


Da análise do gráfico pode verificar-se que no ano 2015 ocorreu um aumento do volume de água captada relativamente ao ano anterior (cerca de 6%), o qual teve impacto em ambos os tipos de origens, mas com maior incidência nas águas superficiais. O aumento mais significativo ao nível da utilização das captações superficiais esteve relacionado com a Albufeira do Monte da Rocha, situação que pode ser explicada pela extensão da adução da ETA ao concelho de Ourique.

O aumento geral do volume captado está diretamente relacionado com o aumento dos volumes fornecidos. Esta situação pode ser explicada pelas condições meteorológicas que se fizeram sentir durante o ano questão, tendo o mesmo sido caracterizado como um ano de temperaturas medias elevadas e fraca pluviosidade.

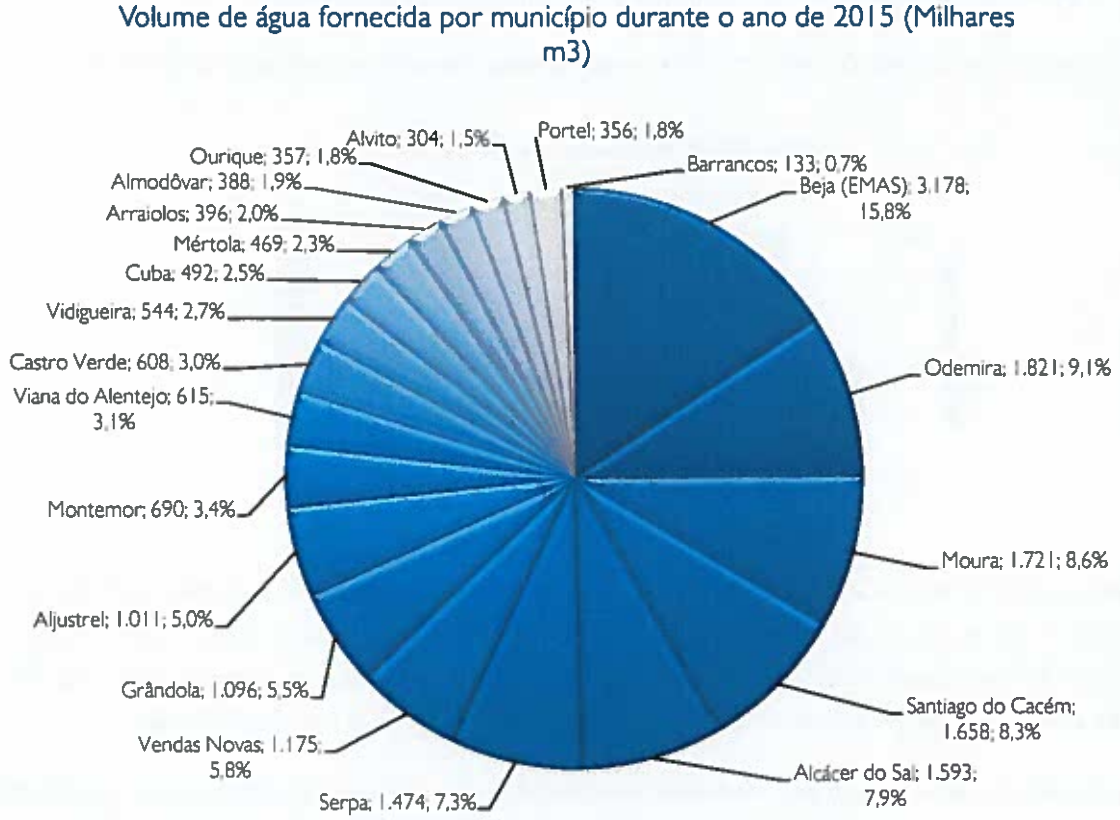
Volume de Água Tratada

Do volume total de água captada foram produzidos nas diferentes instalações de tratamento 21.554.164 m3 de água para consumo humano. Efetuando a comparação com o ano anterior, verificou-se um aumento do volume produzido de cerca de 5,7%, o qual se pode observar no gráfico seguinte:

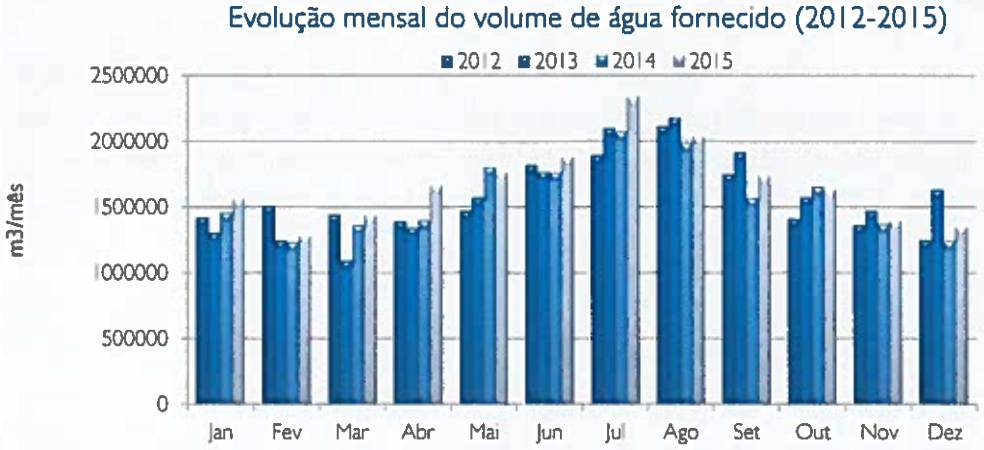


Volume de Água Fornecida

Dos 21.554.164 m3 de água produzida, foram fornecidos aos municípios 20.079.326 m3, sendo a sua distribuição efetuada da seguinte forma:



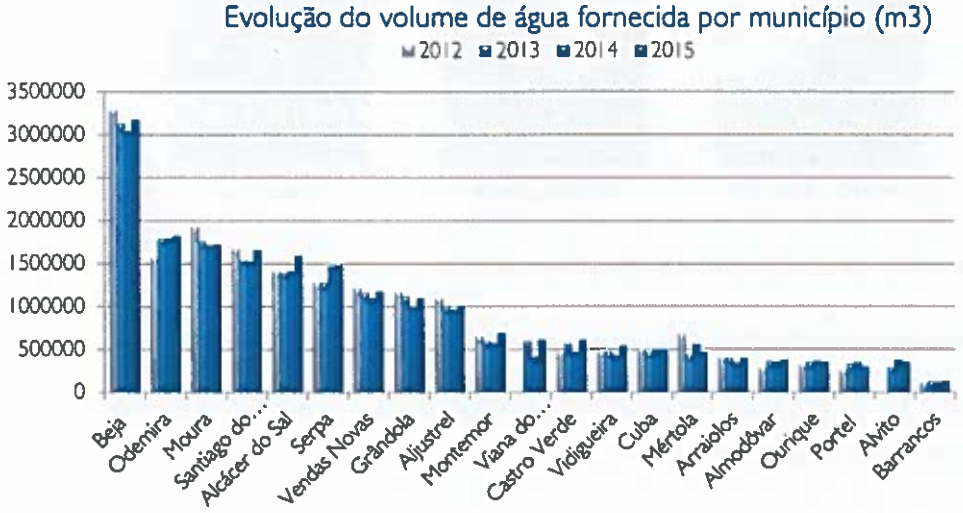
O gráfico seguinte apresenta a evolução mensal do volume de água fornecido, relativamente aos anos 2012- 2015.



O ano 2015 caracterizou-se por uma tendência generalizada de aumento de consumos relativamente aos anos anteriores, com exceção dos meses de maio e outubro, nos quais foi registada uma ligeira redução.

Os meses de abril e julho foram caracterizados por um aumento considerável do volume de água fornecida, podendo esta situação estar associada às condições meteorológicas do ano em questão.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do volume de água fornecida pela AgdA a cada um dos municípios servidos:



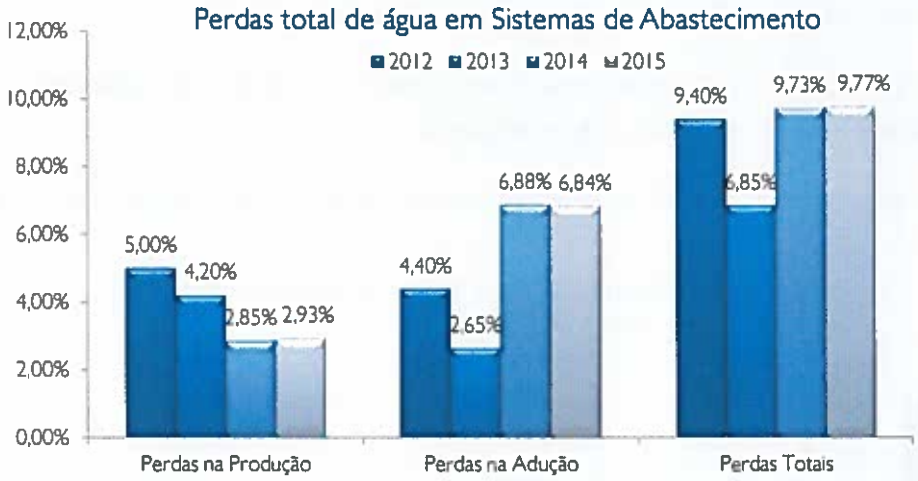
Efetuando a análise dos dados expressos no gráfico, pode-se verificar que, de uma forma geral, todos os municípios manifestaram uma tendência crescente de consumos, com exceção dos municípios de Alvito e Moura. Considera-se que o aumento de consumos poderá ser justificado pelas condições meteorológicas que caracterizaram o ano 2015.

Relativamente a Montemor e Santiago do Cacém, para além da justificação acima apresentada, para o aumento de consumos, deverá ainda ter-se em conta que os valores de 2015 já refletem a totalidade do ano relativamente aos novos sistemas que foram integrados em meados de 2014.

Relativamente aos municípios de Alvito e Moura, o decréscimo de consumos estará relacionado com um conjunto de intervenções efetuadas na rede em baixa, as quais foram planeadas na sequência das nossas sucessivas informações relativas à identificação de consumos noturnos elevados em determinados pontos de entrega. Neste sentido considera-se que os consumos verificados nos anos 2013 e 2014, para estes dois municípios, poderão ter sido inflacionados pelos elevados valores de perdas.

Perdas

Efetuado o balanço entre o volume de água captado, produzido e fornecido, conclui-se que as perdas totais dos sistemas de abastecimento foram de 9,77%, distribuídas entre 2,93% para a produção e 6,84% para a adução.



Comparativamente com o ano 2014, verifica-se que o valor das perdas ao longo do sistema não variou de forma significativa.

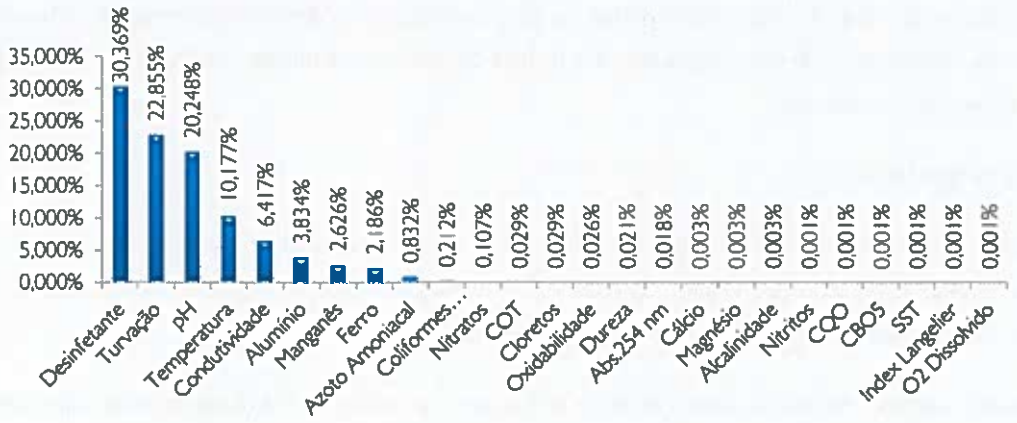
O valor das perdas na adução sofreu um pequeno decréscimo, situação que se considera irrelevante.

Na produção, verificou-se um ligeiro aumento do valor de perdas, situação que poderá ter resultado de algumas fugas já detetadas ao nível de válvulas de decantadores e filtros.

Plano de Controlo Operacional

Para além do Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) controlado pela ERSAR encontram-se estabelecidos Planos de Controlo Operacional (PCO), que têm como objetivo controlar a evolução da qualidade da água nas origens e a eficiência dos processos de tratamento, transporte e armazenamento, garantindo deste modo a qualidade da água fornecida aos municípios.

Durante o ano de 2015 as equipas de operação e a equipa de controlo operacional efetuaram no âmbito dos PCO 109.369 determinações analíticas, as quais apresentam a seguinte distribuição:



Como se verifica através da análise aos dados que constam do gráfico, os parâmetros com maior incidência de determinação foram o desinfetante residual, turvação, pH, temperatura, condutividade, alumínio, ferro e manganês. Trata-se dos parâmetros definidos como parâmetros críticos de controlo, que são utilizados para aferir a eficiência dos processos de tratamento.

Para além do controlo dos parâmetros críticos em cada sistema de abastecimento, a AgdA introduziu também no PCO a monitorização da bactéria Legionella na água tratada. Esta monitorização foi efetuada em todos os reservatórios de água tratada, geridos pela empresa, não tendo sido detetada a presença da bactéria.

Produção e Destino Final de Lamas

Foram produzidas nas ETA e encaminhadas para destino final cerca de 1251 toneladas de lamas resultantes dos processos de clarificação da água.

Através da análise do gráfico, verifica-se que a produção e encaminhamento de lamas a destino final continua a apresentar uma tendência crescente.

A diferença existente entre os anos 2014 e 2015 está relacionada com uma maior produção de lamas ao nível das ETA, sendo de salientar a ETA do Roxo, onde foram produzidas mais 230 ton de lamas.

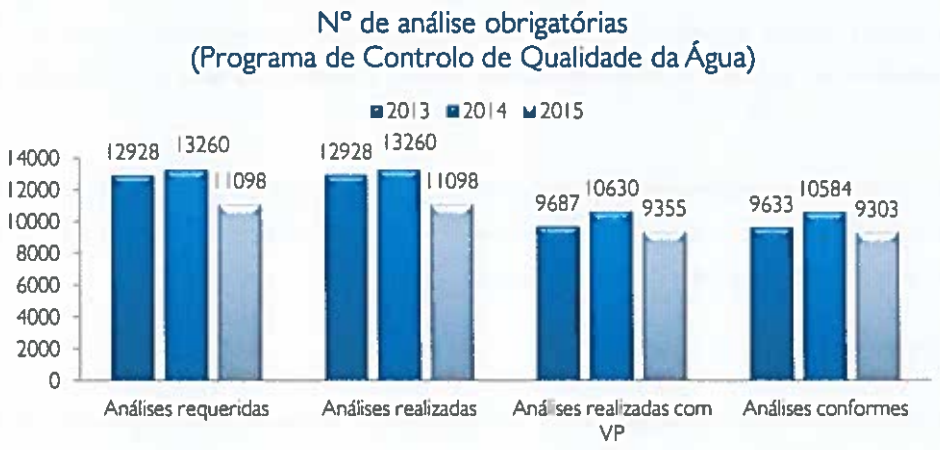
O acréscimo de produção de lamas nas ETA, esteve relaciona com a necessidade de reforço da dosagem de reagentes, para fazer face à degradação da qualidade da água bruta, em particular na ETA do Roxo.

Salienta-se que os valores apresentados dizem respeito às pesagens efetuadas no destino final, correspondendo portanto ao total de lamas enviadas, incluindo matéria seca acrescido de uma determinada percentagem de água, que varia em função do método de desidratação utilizado.

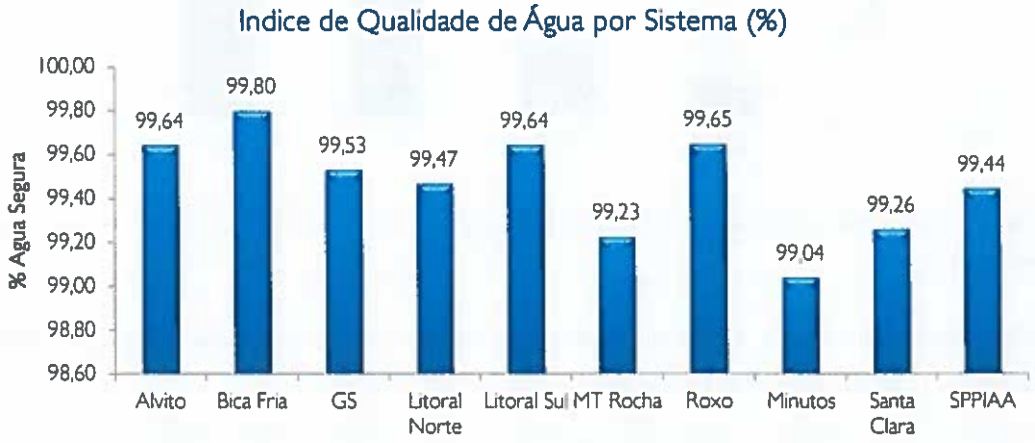
Qualidade da água fornecida

É responsabilidade da AgdA dar cumprimento ao Programa de Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento (PCQA) conforme definido e aprovado pela ERSAR. Os relatórios trimestrais realizados são enviados à Autoridade de Saúde e Municípios e disponibilizados na página web da empresa *(www.agda.pt)*.

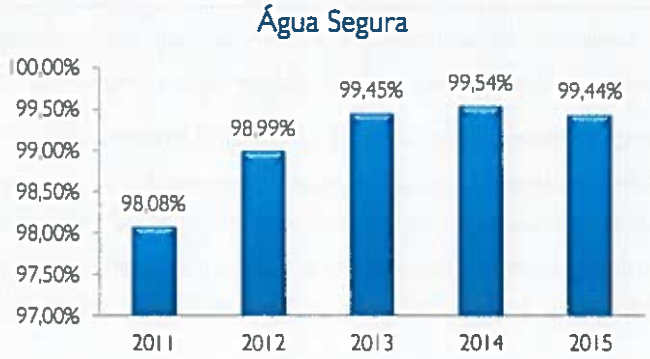
Apresenta-se nos gráficos seguintes o número de análise efetuadas e a percentagem de água segura fornecida por sistema em 2015.



Para além das análises realizadas à água fornecida nos pontos de entrega, no âmbito do PCQA, a AgdA tem também implementado um plano de controlo operacional. Em 2015, foram realizadas 109 369 análises, com a seguinte distribuição: 38 998 em reservatórios e 70 371 como controlo de processo nas ETA.



Relativamente à globalidade do SPPIAAlentejo, tem-se vindo a observar uma melhoria significativa da percentagem de água segura que é fornecida em "alta" aos municípios parceiros, estando a empresa com um desempenho acima dos 99%, valor estabelecido para meta nacional. Verifica-se contudo um ligeiro decréscimo em 2015 que se deve à redução do número de análises requeridas e realizadas, uma vez que a ERSAR dispensou a AgdA de monitorizar alguns parâmetros como previsto no Decreto-Lei nº 306/2007. Como o total de análises afeta o cálculo do indicador, verificou-se uma ligeira diminuição do quociente.



Importa contudo destacar que as violações ao valor paramétrico continuam a predominar nos parâmetros indicadores definidos no Decreto-lei nº 306/2007, como " parâmetros cujo valor deve ser considerado como valor guia", sem haver implicação direta na saúde pública.

Qualidade da água na origem

A empresa tem implementado um plano de monitorização de origens de água que, no caso das origens superficiais, vai para além do obrigatório pelos contratos de concessão existentes. Sendo as cianobactérias um parâmetro crítico nas albufeiras e rios do Alentejo, designadamente devido ao elevado número de horas de sol e elevadas temperaturas, este parâmetro é monitorizado regularmente.

Como se pode observar pela tabela abaixo, os meses de primavera/ verão são efetivamente críticos, com blooms frequentes de cianobactérias.

Nº de cianobactérias na água bruta destinada a captação de água para abastecimento público

Água Bruta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alvito	0	2.284	0	7.808	0	21.217	nd	564.315	0	0	0	846
Ardila	0	0	0	388	499	35.347	217.714	1.037.616	903.915	155.865	1823	0
Bufo	0	190	0	70	293	577.759	106.696	331.440	255.176	70.854	76	0
Enxoé	0	79	0	3.850	32.984	7404	4.200	800	9.995	1414	2366	0
Monte da Rocha	0	1.189	0	3.771	5.110	20.675	28.279	38.482	38.935	64.321	23.911	0
Rabaça	0	79	0	48	0	2452	nd	206	0	899	0	38
Roxo	0	1.144	0	5.993	4.869	98.145	43.040	51.416	90.108	147.540	9051	319

Relativamente a este ponto, considera-se relevante destacar a ocorrência registada na albufeira do Roxo que se refletiu negativamente na qualidade da água tratada distribuída em "alta" aos municípios de Beja e Aljustrel.

Em Julho, foi detetada a presença de cheiro e sabor na água distribuída aos Municípios de Beja e Aljustrel a partir da ETA do Roxo. Após solicitação de análises ao laboratório da EPAL, constatou-se a presença de um composto não tóxico, 2 MIB, que resulta da atividade bioquímica de cianobactérias e que confere à água cheiro a mofo. Este composto, que não tem qualquer valor recomendado como limite, é sentido pelas pessoas, de acordo com bibliografia consultada, a partir dos 5 ng/l. Na albufeira, o valor quantificado foi 30 ng/l; na água tratada reduziu ligeiramente para 20 ng/l, continuando a ser percetível pela população.

Com o aparecimento deste problema a AgdA intensificou a monitorização da qualidade da água e procedeu a intervenções na ETA, abrangendo a construção de uma jangada de captação, a substituição de filtros de areia por filtros de carvão ativado granulado e a alteração do tipo de carvão ativado em pó para outro mais eficiente na remoção destes compostos.

Atendendo a que as espécies produtoras deste composto são as mais predominantes na albufeira, há probabilidade que a produção do composto passe a ocorrer com frequência. Verifica-se que a ETA atual não tem capacidade para tratar estas alterações de qualidade da água, potenciando queixas e reclamações pelos munícipes e consequentemente, pelos Municípios, comprometendo a imagem da empresa junto dos seus parceiros e a perda de confiança no produto.

No mês de agosto a problemática do cheiro e sabor na água do Roxo ainda se mantinha. Foi realizada uma reunião com a Autoridade de Saúde, EMAS de Beja e Município de Aljustrel, de forma a esclarecer, pela Autoridade de Saúde, a segurança dos consumidores com a utilização desta água. Reforçada a mensagem de que com os dados conhecidos não existia qualquer risco para a saúde pública, foi redigido um comunicado e disponibilizado na página da Internet da empresa.

De realçar que a notícia chegou aos meios de comunicação social, local e nacional, o que ampliou o eco junto da população.

Em setembro, função das medidas mitigadoras implementadas e das alterações das condições meteorológicas, designadamente temperatura e horas de sol, o problema de cheiro e sabor foi completamente ultrapassado.

No que respeita ao rio Ardila, é de salientar os valores extremos de cianobactérias que ocorreram, em particular nos meses de agosto em setembro, o que impediu a sua utilização como origem de água. Com a possibilidade de abastecer o subsistema do Ardila diretamente a partir das captações de Moura (Fonte da Telha), Solução implementada com a construção da conduta Moura – Safara, a má qualidade da origem Ardila deixou de ser um problema para a AgdA, pois recorre-se a à utilização da água proveniente do subsistema da Fonte da Telha sempre que necessário.

De destacar, também pela positiva, que foi notória a melhoria da qualidade da água na albufeira do Enxoé face a anos anteriores tendência que já vem a ser notada desde os dois últimos anos.

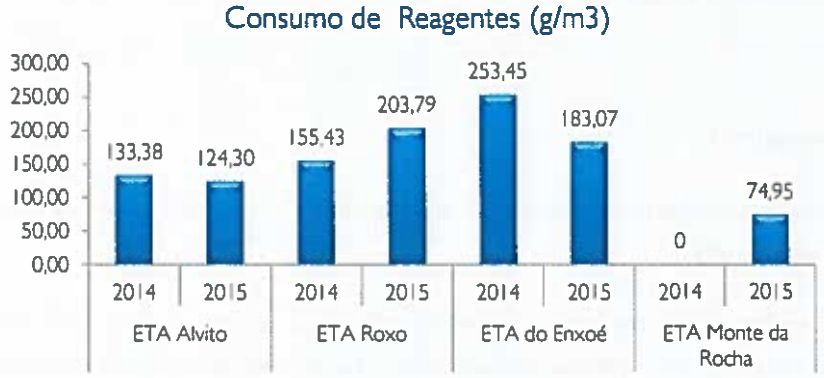
Indicadores de Funcionamento das ETA

À semelhança do efetuado em 2014, em 2015 foi também realizado o cálculo de alguns indicadores, os quais permitiram medir o desempenho das ETA e efetuar a comparação entre elas.

Os indicadores calculados estão relacionados com o consumo de energia (ETA + EE) e consumo de reagentes.

Para a aplicação do cálculo dos indicadores foram escolhidas as ETA do Alvito, Roxo, Enxoé e Monte da Rocha por se tratar das quatro maiores ETA ao nível do Sistema.

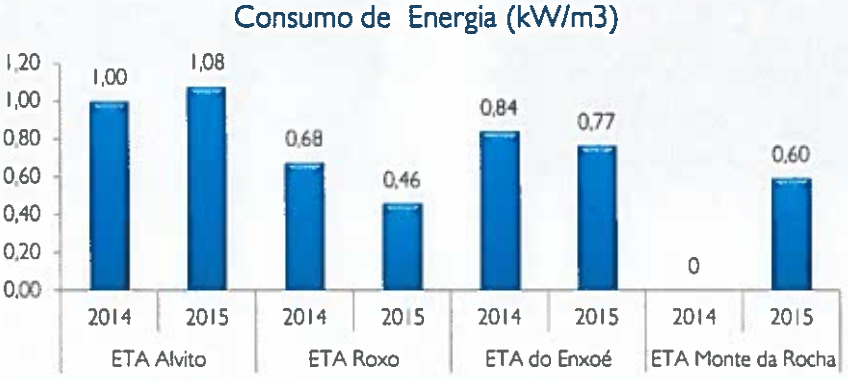
Os resultados obtidos, relativamente ao consumo de reagentes, encontram-se expressos no gráfico seguinte:



Analisando os dados obtidos, pode verificar-se que relativamente a reagentes, a ETA do Roxo apresenta em 2015 um maior consumo específico, essencialmente por dois motivos: limitação do dimensionamento dos órgãos, com consequente tempo reduzido de contato com os reagentes, o que obriga à utilização de maiores dosagens, e pior qualidade da água bruta.

Efetuando a comparação entre o consumo de reagentes verificado em 2015, e o quantificado em 2014, verifica-se um aumento para a ETA do Roxo e uma redução para o Alvito e Enxoé. Esta situação pode ser explicada pela melhoria da qualidade da água bruta relativamente ao Alvito e Enxoé, e pela degradação da qualidade da água da Albufeira do Roxo. Relativamente ao Monte da Rocha não existe possibilidade de efetuar a comparação, uma vez que em 2014 não foi efetuado o cálculo do referido indicador.

Relativamente ao consumo de energia, foram obtidos os seguintes resultados:



O consumo de energia da ETA do Alvito apresenta um valor bastante superior às restantes ETA, o que pode ser explicado pelos consumos energéticos da tecnologia instalada (flotador, ozonizador, duas baterias de filtros e centrifuga para desidratação de lama). Com a entrada em funcionamento da nova ETA do Monte da Rocha, é expectável que o consumo de energia desta instalação sofra um aumento, uma vez que os novos equipamentos instalados são grandes consumidores. Desta forma, o valor correspondente para o ano 2016 poderá vir a sofrer um acréscimo considerável.

A ETA do Roxo apresenta o consumo mais baixo de todas as instalações em termos energéticos, tendo-se verificado uma redução de cerca de 32% comparativamente com o ano 2014. Considera-se que esta situação poderá estar associada à instalação dos novos grupos de bombagem na Estação Elevatória da captação, cujos consumos estão associados à ETA.

No que se refere ao Monte da Rocha não existe possibilidade de efetuar a comparação, uma vez que em 2014 não foi efetuado o cálculo do referido indicador.

Higienização de Reservatórios

Os reservatórios desempenham uma função vital no abastecimento de água para consumo humano, devendo ser mantida a sua integridade estrutural e sanitária.

Assim, todos os reservatórios são sujeitos a ações regulares de higienização, com uma periodicidade definida em função da qualidade da água, sendo para o efeito utilizados produtos adequados para estarem em contacto com água para consumo humano, equipamento específico e pessoal especializado, sendo os referidos serviços executados por empresas certificadas.

A higienização dos reservatórios, por norma, é efetuada com periodicidade anual, sendo esta intensificada sempre que se verifica algum problema de qualidade da água.

No decorrer do ano 2015 foi efetuada a higienização de 240 reservatórios, como atividade de rotina operacional, tendo os trabalhos decorrido entre os meses de Fevereiro e Maio.

Intervenções nos Sistemas de Abastecimento

Em 2015 foram efetuados um conjunto de investimentos em sistemas de tratamento, sistemas de supervisão e controlo, e ainda de conservação de infraestruturas, de onde se destacam os seguintes:

i. Pintura de reservatórios;

ii. Manutenção de recintos;

iii. Instalação de sistemas de telealarmes na Marconi e Santa Margarida da Serra;

iv. Instalação de sistemas de correção de pH;

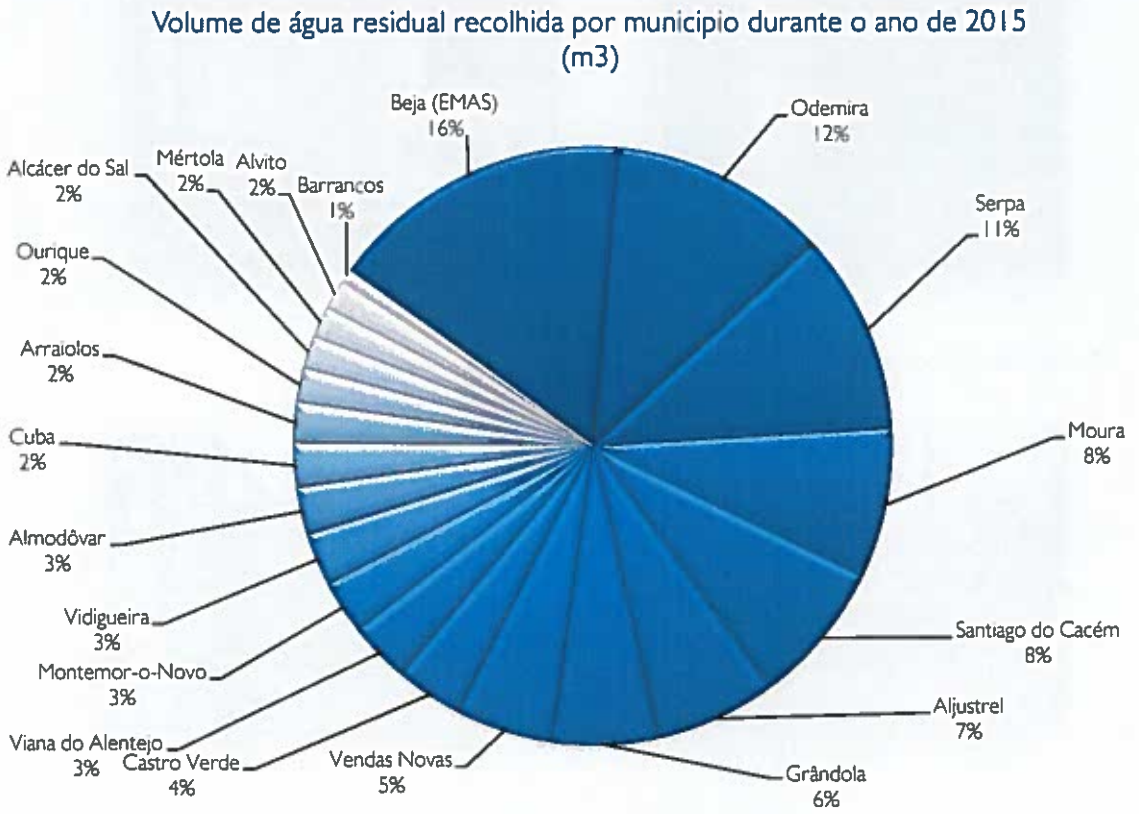
v. Instalação de reservatório e grupo hidropressor na Marconi (Vendas Novas);

vi. Instalação de caudalímetros;

4.4.2. Operação e Gestão dos Sistemas de Saneamento de Águas Residuais

Volumes Recolhidos e Rejeitados

No decorrer do ano 2015 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais do SPPIAA 9.747.695 m3 de água residual, sendo a sua distribuição efetuada da seguinte forma:

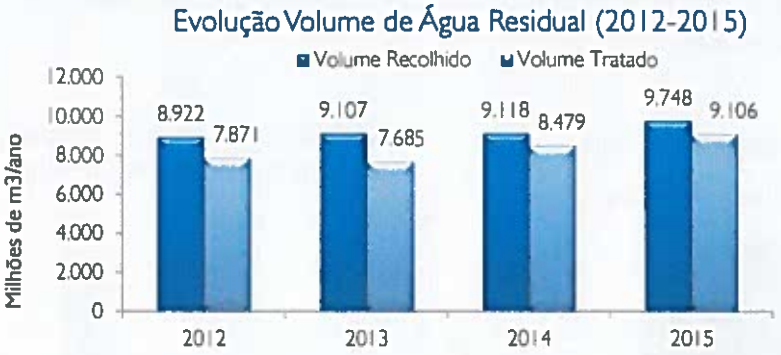


Do volume total de água residual recolhida foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da AdSA 298.261 m3, correspondentes às águas residuais da cidade de Santiago do Cacém.

Estima-se que do volume total de água residual recolhida tenham sido tratados e consequentemente rejeitados para os meios hídricos recetores, 9.106.181m3.

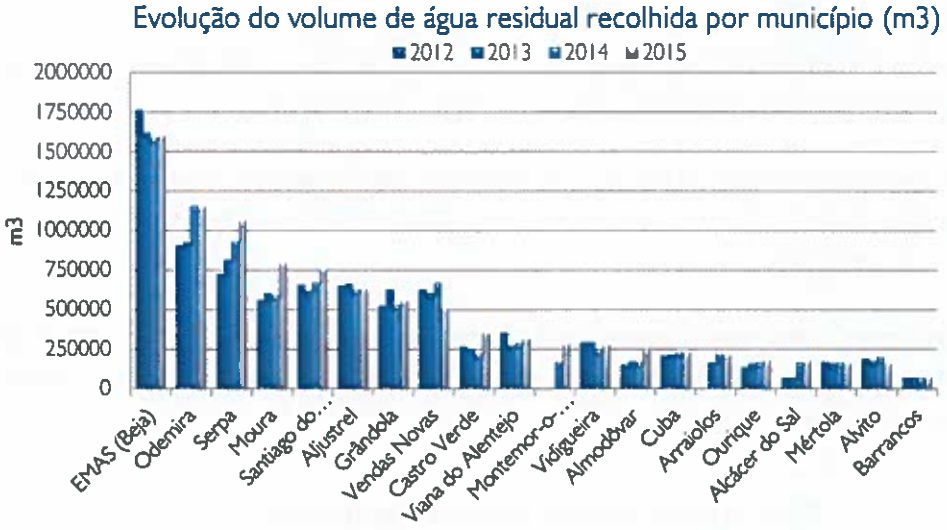
Deve salientar-se que só se dispõe de caudalímetros que nos permitam efetuar a medição do caudal recolhido e tratado em cerca de 10% das instalações de tratamento de águas residuais, pelo que os volumes apresentados constituem uma estimativa efetuada com base nos volumes de água fornecida, considerando 40% de perdas na baixa um fator de afluência de 0,9 ou seja, estima-se que o caudal recolhido seja 54% do volume de água fornecido, em alta, à área geográfica servida pelo respetivo ponto de recolha.

No gráfico seguinte encontra-se apresentada a evolução dos volumes recolhidos e tratados:



Da análise do gráfico pode verificar-se que o volume recolhido apresenta uma tendência crescente, situação que pode ser explicada essencialmente por dois fatores: integração de instalações de saneamento abrangidas pela alta mas ainda não operadas pela AgdA e o aumento de volumes fornecidos. Por outro lado, à semelhança do verificado em 2014, também em 2015 se pode observar uma redução da diferença verificada entre o volume recolhido e o volume tratado, comparativamente com os anos 2012 e 2013, situação que reflete a entrada em funcionamento de novas ETAR.

De seguida é apresentado um gráfico com a evolução do volume de água residual recolhida por município.



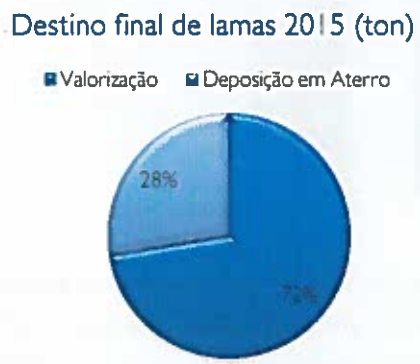
Tendo em consideração que os volumes recolhidos e tratados são estimados maioritariamente a partir dos volumes de água fornecidos aos municípios, a tendência verificada é muito semelhante à observada no gráfico da evolução de consumos, com exceção de alguns municípios, nomeadamente: Moura, Vendas Novas, Castro Verde e Almodôvar.

Relativamente a Vendas Novas, Castro Verde e Almodôvar o aumento verificado resulta do fato de se tratar de ETAR novas, tendo passado a considerar-se o valor medido no caudalímetro.

No que se refere ao concelho de Moura, o acréscimo de caudal recolhido está relacionado com a entrada em funcionamento de uma nova ligação à ETAR de Moura, sendo o caudal afluente à instalação bastante superior ao verificado até à data da referida intervenção.

Produção e destino final de lamas

Durante o ano de 2015 foram encaminhadas para destino final 4174 toneladas de lamas, que tiveram como destino final a valorização (72%) e deposição em aterro (28%).

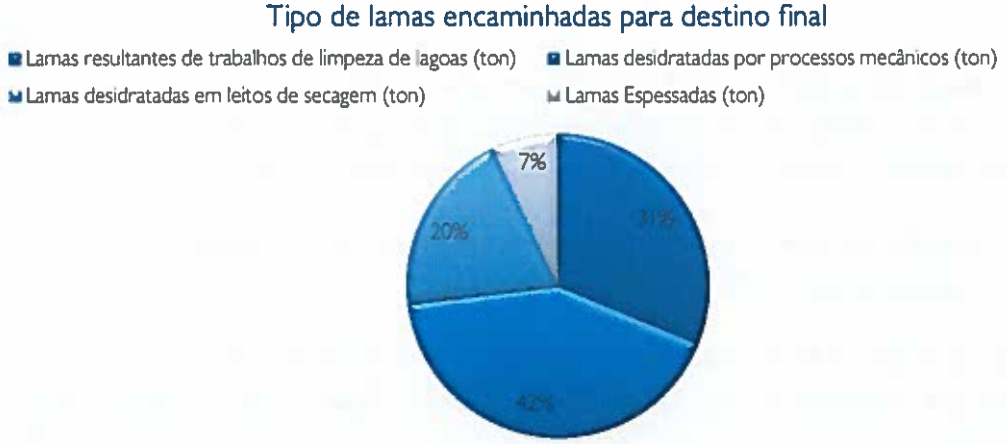


No ano 2015 verificou-se uma descida acentuada da quantidade de lamas encaminhadas para destino final, situação que é explicada pelo facto de termos efetuado menos trabalhos de remoção de lamas em lagoas, comparativamente com o ano 2014, ano em que se fizeram muitos trabalhos desses tipo, designadamente nas antigas lagoas onde se construíram novas ETAR.

No período em causa foi efetuada a limpeza total das lagoas anaeróbias das ETAR de Arraiolos Norte e ETAR da Vidigueira (esta efetuada no âmbito da empreitada) e ainda a limpeza parcial da lagoa arejada da ETAR do Sado.

O volume de lamas resultantes de trabalhos de limpeza de lagoas englobou também as lamas removidas da lagoa arejada da ETAR do Guadiana, efetuada em 2014, mas cujo transporte para destino final foi efetuado durante o ano 2015, após desidratação das mesma in situ, através de sistema GEOTUBE.

O gráfico seguinte apresenta a relação entre a quantidade de lamas resultantes de trabalhos de limpeza de lagoas, quantidade de lamas desidratadas por processos mecânicos, quantidade de lamas desidratadas em leitos de secagem e quantidade de lamas espessadas (espessador gravítico).



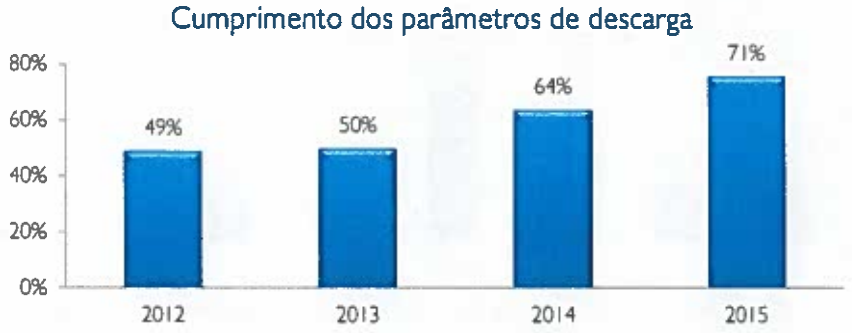
Salienta-se que os valores apresentados dizem respeito às pesagens efetuadas no destino final, correspondendo portanto ao total de matéria seca acrescido de uma determinada percentagem de água.

A percentagem de matéria seca obtida em processos de desidratação é variável, em função do método utilizado, variando desde 1% em espessamento gravítico até cerca de 65% em leitos de secagem em centrifugas e filtro de banda cujos valores característicos oscilam entre os 20% as primeiras e 15% para as segundas:

Qualidade da água rejeitada

Os programas de autocontrolo das ETAR foram também realizados conforme previsto nas licenças emitidas e legislação em vigor e enviados os relatórios para a APA.

A AgdA garantiu o cumprimento do número de análises requerido para as suas instalações de saneamento; o cumprimento das condições de descarga (indicador AR 15 da ERSAR) tem também vindo a melhorar ao longo dos anos, tendo atingindo os 71% em 2015.



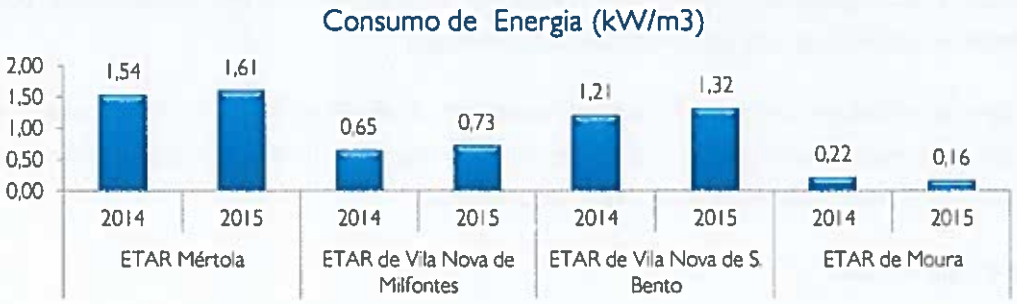
Indicadores de Funcionamento das ETAR

Relativamente ao ano 2015, foi efetuado o cálculo de alguns indicadores, os quais permitiram medir o desempenho das ETAR e efetuar a comparação entre elas.

Os indicadores calculados estão relacionados com o consumo de energia e lamas produzidas e encaminhadas para destino final.

Para a aplicação do cálculo dos indicadores foram escolhidas as ETAR de Mértola, Vila Nova de Milfontes, Vila Nova de S. Bento e Moura.

O gráfico seguinte apresenta os resultados obtidos, relativamente ao consumo de energia.

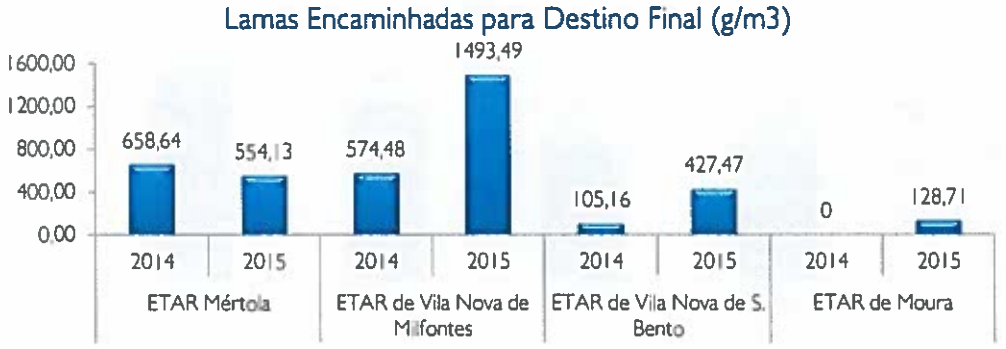


Realizando uma comparação, pode verificar-se que a ETAR de Mértola apresenta o valor mais elevado e a ETAR de Moura o mais baixo, o que pode ser explicado pelo tipo de tratamento instalado (SBR versus Leito Percolador).

No que se refere às ETAR de Vila Nova de Milfontes e Vila Nova de S. Bento, tratando-se do mesmo tipo de tratamento (lamas ativadas em vala de oxidação) seria espectável que os indicadores associados ao consumo energético fossem aproximados. No entanto, tal não se verificou. Uma explicação possível para esta situação, poderá estar relacionada com o facto de a ETAR de Vila Nova de Milfontes ter um caudal afluente muito superior, ser uma instalação mais nova e ainda por provavelmente ter equipamento mais eficiente do ponto de vista energético. Por outro lado o caudal afluente de Vila Nova de S. Bento constitui cerca de 60% do volume de projeto, uma vez que parte da localidade ainda não se encontra ligada a esta instalação. Desta forma, encontramo-nos a trabalhar com equipamentos com potências dimensionadas para o caudal nominal.

Efetuando uma comparação entre os consumos energéticos dos anos 2014 e 2015, pode verificar-se que ocorreu um ligeiro aumento para as ETAR de Mértola, Vila Nova de Milfontes e Vila Nova de S. Bento, e uma pequena redução para a ETAR de Moura.

Relativamente ao encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas quatro ETAR acima mencionadas, foram obtidos os seguintes resultados:



As quantidades de lamas utilizadas para a realização do cálculo, resultaram da pesagem efetuada no destino final, sendo as lamas das ETAR de Mértola, Vila Nova de Milfontes e Vila Nova de S. Bento desidratadas por processos mecânicos e as lamas produzidas na ETAR de Moura desidratadas em leitos de secagem.

Comparando os valores obtidos para as instalações onde é efetuada a desidratação mecânica das lamas, verifica-se que a menor quantidade corresponde à ETAR de Vila Nova de S. Bento e a maior à ETAR de Vila Nova de Milfontes.

Deve salientar-se que, relativamente à ETAR de Mértola, o valor obtido para a quantidade de lamas desidratadas é bastante inferior ao real. Para o cálculo deste valor apenas foram consideradas as lamas desidratadas até Junho de 2015. A partir desta

altura, as lamas passaram a ser apenas espessadas e transportadas para os leitos de secagem da Mina de S. Domingos, devido a uma avaria no equipamento de desidratação, não sendo possível proceder à sua quantificação.

Na ETAR de Vila Nova Milfontes, comparando a produção de lamas verificada em 2015 com a quantificada em 2014, verifica-se um aumento significativo, que poderá ter sido originado pela intensificação da desidratação efetuada no início do ano 2015, com o objetivo do proceder ao esvaziamento de uma das linhas de tratamento. Salienta-se que em período de inverno a ETAR em questão apresenta capacidade para efetuar o tratamento adequado apenas com uma linha em funcionamento, sendo a outra colocada fora de serviço.

Intervenções nos sistemas de saneamento

Foram efetuadas durante o ano de 2015 diversas intervenções nos sistemas de saneamento com vista à melhoria da capacidade de funcionamento das ETAR, destacando-se as seguintes:

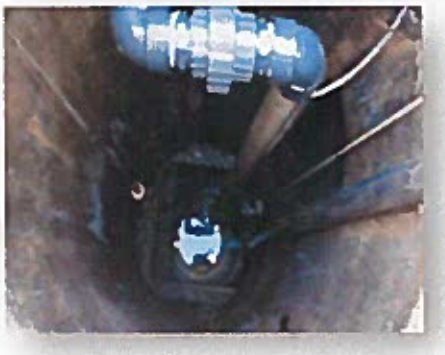
i. Remoção dos GEOTUBE da ETAR de Beja – Guadiana;

ii. Instalação de arejadores, após reparação, na ETAR do Guadiana; Realização de caminho provisório de acesso a caixas de visita na Quinta dos Valentes (Emissário de Montemor-o-Novo)
iii. Limpeza de leitos de secagem;
iv. ETAR Safara Nascente e Safara Poente – substituição de anteparas nos decantadores secundários;
v. Remoção de lamas de lagoas;

vi. Instalação de arejadores, após reparação, na ETAR de Rio de Moinhos;

vii. Realização de caminho provisório de acesso a caixas de visita na Quinta dos Valentes (Emissário de Montemor-o-Novo)

viii. ETAR Bairro Azul (Aljustrel) - Limpeza integral dos tanques;



ix. Instalação de caudalímetro na ETAR de Almograve;

4.4.3. Atividade de Infraestruturas

Sistemas de Abastecimento de Água

Estudos e Projetos

Em 2015 foram promovidas adaptações aos projetos resultantes dos pareceres obtidos das várias entidades licenciadoras, e concretizados alguns projetos de execução nos diversos Sistemas de Abastecimento de Água do SPPIAA.

Prestações de Serviços

Foram contratadas prestações de serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotecnia com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como, na área de Expropriações e Servidões.

Empreitadas

Foram abertos 6 procedimentos de empreitadas num valor total de 1,36 milhões de euros de preço base:

i. Telegestão 1ª Fase - Subsistema de Minutos (concurso 2);
ii. Adução a Vidigueira – Conduta Adutora Vidigueira – Alcaria (concurso 2);
iii. Reabilitação da Conduta de Adução ao Reservatório de São João de Negrilhos/Montes Velhos (1ª Fase);
iv. Adução à Amareleja - 1ª Fase;
v. Conduta Adutora Roxo-Atalaia: Instalação de Válvula de Seccionamento no Nó AB;
vi. Ligação da Conduta Adutora de Grândola ao Borbolegão.

Foram assinados 11 contratos de empreitadas num valor total de 5 046 162 euros:

i. Telegestão 1ª fase - Sistema do Roxo;
ii. Adução Albernoa;
iii. Adução a Viana do Alentejo - By-pass para Aguiar;
iv. Telegestão 1ª Fase - Subsistema do Ardila;
v. Expansão em Santiago do Cacém e ligação ao Município de Odemira-Conduta Adutora Fornalhas Velhas e Reservatórios de Foros do Locário e de Foros da Casa Nova;
vi. Adução ao Cercal - 1ª Fase;
vii. Expansão em Castro Verde (Sete);
viii. Telegestão 1ª Fase - Subsistema de Minutos;
ix. Reabilitação da Conduta de Adução ao Reservatório de São João de Negrilhos/Montes Velhos (1ª Fase)
x. Expansão a Odemira (5ª Fase) - Reabilitação das ETA de Almograve, Zambujeira do Mar, S. Teotónio e Santa Clara;
xi. Expansão em Odemira - 1ª Fase - Pereiras Gare.

A 31 de dezembro encontravam-se em curso 6 Empreitadas, num valor total de 6,1 M€:

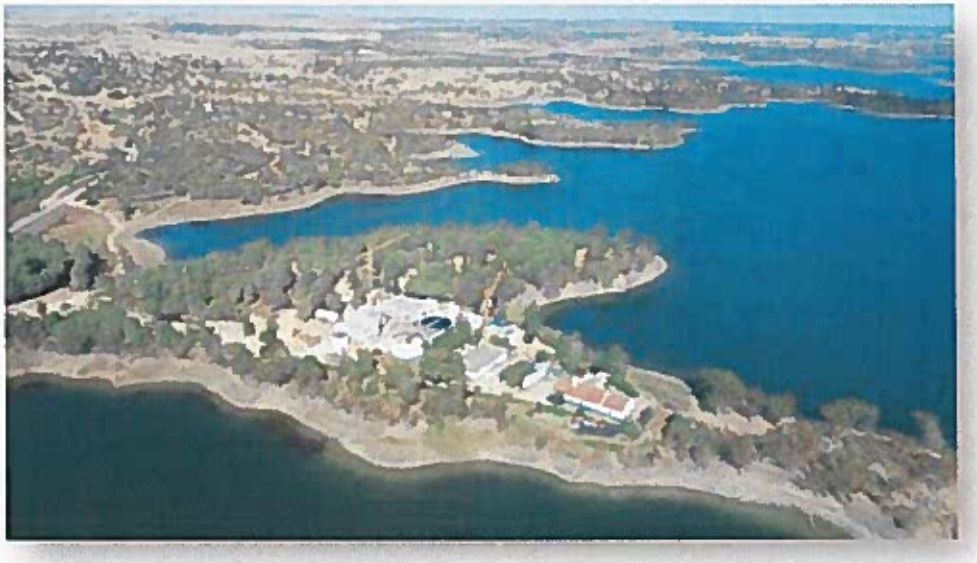
i. Adução a Grândola;
ii. Adução ao Cercal - 1ª Fase;
iii. Expansão em Castro Verde (Sete);
iv. Telegestão 1ª Fase - Subsistema de Minutos;
v. Expansão a Odemira (5ª Fase) - Reabilitação das ETA de Almograve, Zambujeira do Mar, S. Teotónio e Santa Clara;
vi. Expansão em Odemira - 1ª Fase - Pereiras Gare.

Durante o ano de 2015 entraram em funcionamento 8 grandes infraestruturas, num valor total de 15,6 Milhões de euros, e das quais se apresenta uma breve descrição:

i. Captação, ETA, e EE1, de Monte de Rocha

Esta Empreitada, no valor de € 3.499.993, consistiu na reabilitação e ampliação da ETA do Monte da Rocha, incluindo uma nova captação e a estação elevatórias com bombeamento para 3 três destinos: para Cerro Ruivo, Garvão e Panóias.

O caudal de dimensionamento da ETA de Monte da Rocha é agora de 400 m3/h sendo que a água será fornecida aos municípios de Castro Verde, Ourique, Almodôvar que abastece na totalidade e ainda aos Mértola e Odemira que abastecerá parcialmente. A captação foi construída com capacidade idêntica à linha de tratamento de água, no entanto, esta linha, que numa primeira fase, é conjunta, divide-se depois em duas linhas, de 200m3/hora cada, uma de flotação, e outra de decantação. A filtração e etapas subsequentes voltam as ser conjuntas para a totalidade do caudal de dimensionamento. A linha de flotação só será utilizada quando a qualidade da água na origem o exigir.



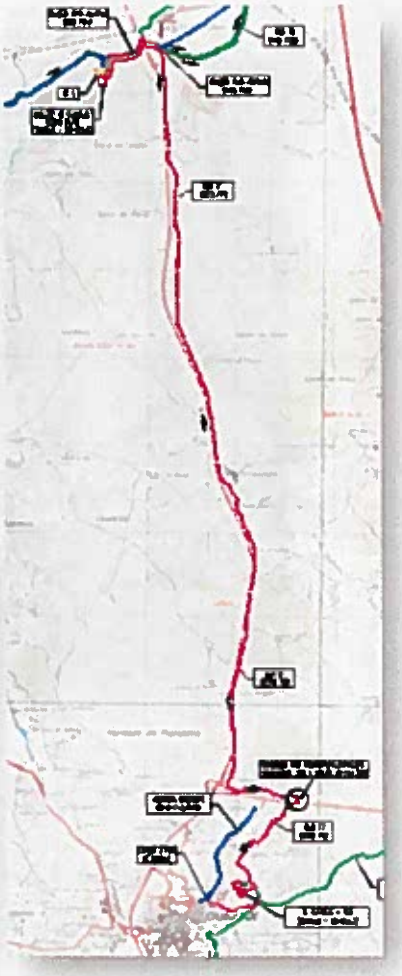
ii. Adução a Ourique

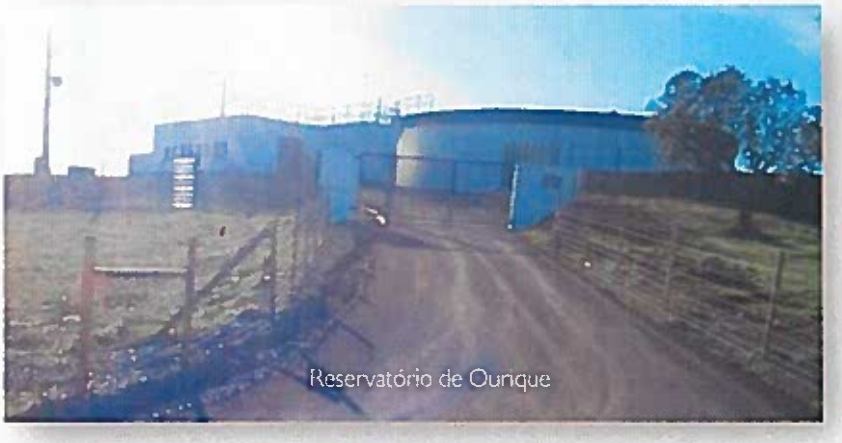
Esta Empreitada, no valor de € 2.852.643,03, permite o abastecimento de água à vila Ourique, reabilitando ainda a estação elevatória para Castro Verde e povoações abastecidas ao longo do percurso, a partir da água produzida na ETA de Monte da Rocha.

Incluiu a construção de uma conduta elevatória, entre o reservatório do Cerro Ruivo, em FFD DN250 com 11,8 km, e o reservatório de Ourique.

Incluiu ainda a construção de um novo reservatório em Cerro Ruivo, com duas células e um volume total de 1.000m3, a reabilitação da respetiva estação elevatória, e outro reservatório em Ourique, igualmente com duas células e um volume total 2.000 m3, assim como as necessárias ligações à rede em baixa de Ourique.

A conduta elevatória, estação elevatória e reservatórios foram dimensionados para permitir abastecer igualmente o município de Almodôvar que lhe fica a jusante.





Reservatório de Ourique

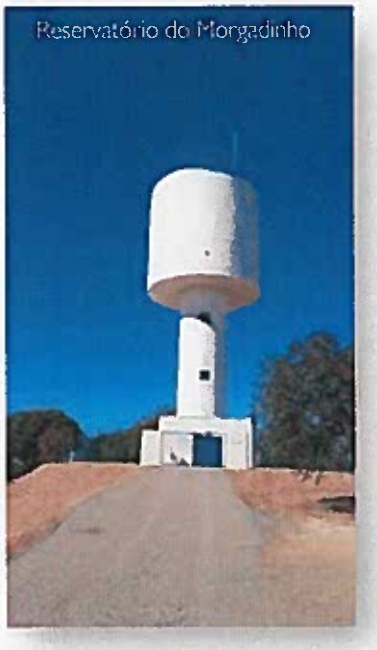
iii. Adução a Almodôvar

Esta Empreitada, no valor de € 2.838.000,01, permitiu o abastecimento de água a Almodôvar e Aldeia dos Fernandes a partir do reservatório de Ourique, com água produzida na ETA de Monte da Rocha.

Incluiu a construção de duas condutas elevatórias, uma com origem no reservatório de Ourique, em FFD DN250 com a extensão de 16,1km, até ao Reservatório do Morgadinho e outra em PEAD DN200 com 10,0 km até à câmara de transição de Almodôvar. Associado a estas condutas estão as necessárias estações elevatórias, uma no reservatório de Ourique e outra no reservatório do Morgadinho.

Inclui também duas condutas gravíticas, uma para ligar ao reservatório existente de Aldeia dos Fernandes, via reservatório do Morgadinho e outra para abastecer Almodôvar após a câmara de transição.

Incluiu ainda a construção de um novo reservatório elevado no Morgadinho com um volume de 250m3, uma altura de fuste de 15m e uma altura total de 26m.


Reservatório do Morgadinho

iv. Adução a Alcáçovas e Reservatório de Alvito, Faro do Alentejo e Guiso

Esta Empreitada, no valor de € 2.237.186,27, permitiu substituir a conduta de adução a Alcáçovas com 19km em PEAD DN180, aumentando a fiabilidade do abastecimento de água à respetiva povoação.

Incluiu a construção de três reservatórios apoiados, um em Cabeça do Bacalhau (Alvito) com 400m3, outro em Faro do Alentejo (cuba) com 150m3 e ainda um no Gizo (Cuba) com 1.000m3.

Incluiu ainda a reabilitação da estação elevatória do reservatório apoiado de Faro do Alentejo, que bombeia para o elevado, assim como, reabilitação dos reservatórios de S. Miguel, Elevado do Alvito e Elevado de Cuba.

Reservatório de cabeço do Bacalhau

v. *Adução Serpa e Mértola - Reservatórios de RV1, A-do- Pinto, VV de Ficalho e VNS Bento*

Esta Empreitada, o valor de €1.599.338,03, permitiu aumentar a fiabilidade do abastecimento de água a Serpa, Vila Nova de S. Bento, A-do-Pinto e Vila Verde de Ficalho, assim como Mértola e povoações de percurso, com a construção e reabilitação de várias infraestruturas.

Incluiu a construção 4 reservatórios, nomeadamente, Serpa, com 2.000m3, Vila Nova de S. Bento, com 800m3, A-do- Pinto com 150m3 (elevado) e Vila Verde de Ficalho, com 150m3.

Inclui também uma conduta gravítica entre o reservatório de Vila Nova de S. Bento e a povoação, interligando com o reservatório elevado existente, assim como uma estação elevatória que permite a elevação para A-do-Pinto e Vila Verde de Ficalho de forma independente da de Vila Nova de S. Bento.

Incluiu ainda a reabilitação dos reservatórios das povoações referidas, em particular com a interligação com o RV1 (Serpa / Mértola) e com o Reservatório do Alto da Forca (Serpa).

Reservatório de A-do-Pinto

Reservatório de Vila Nova de São Bento

vi. *Adução a Alcácer do Sal (1ª Fase)*

Esta Empreitada, no valor de €972.000,00, permitiu aumentar a fiabilidade do abastecimento de água a Alcácer do Sal, com a construção de duas captações, um reservatório, uma estação elevatória e a ampliação do reservatório existente no Laranjal.

As duas captações, foram interligadas com uma das captações mais produtivas da ETA da Ameira 1 e em conjunto com as duas novas captações elevam para um reservatório de regularização. Assim, é possível posteriormente promover o tratamento na ETA da Ameira 2, e efetuar a elevação através de uma conduta em PEAD DN250, com cerca de 4,1km, para o reservatório do Laranjal, local onde foi construída mais uma célula de 1.000m3, e onde fica a totalidade das reservas de água tratada da cidade de Alcácer do Sal.

Novo Reservatório do Laranjal

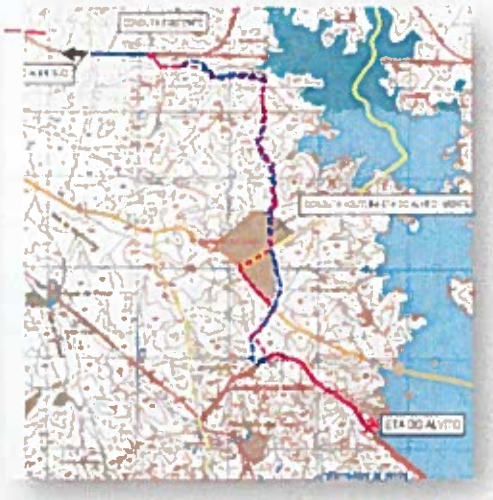
vii. Adução a Viana do Alentejo (EE1 da Monteza)

Esta Empreitada, no valor de €752.671,42, permitiu aumentar a fiabilidade do abastecimento de água a Viana do Alentejo a partir da água produzida na ETA do Alvito.

Incluiu a construção de uma conduta elevatória, com origem na ETA do Alvito, com uma extensão de 6,5 km até à zona da Monteza.

Incluiu ainda a construção de uma nova estação elevatória no recinto da ETA do Alvito, que permite uma bombagem independente da efetuada para Portel (EPAL-LVT).

Estação Elevatória para Viana do Alentejo



viii. Abastecimento a Relvas Verdes e Aldeia de Chãos

Esta Empreitada, no valor de € 810.744,06, permitiu garantir o abastecimento de água a Aldeia de Chãos a qual era servida por uma captação de deficiente quantidade e qualidade, e aumentar a fiabilidade do abastecimento a Relvas Verdes a partir do reservatório do Cerro da Inês.

Incluiu a construção de uma conduta gravítica, com origem no reservatório do Cerro da Inês e uma extensão de 6,5 km até Relvas Verdes e outra elevatória de 2,5 km até Aldeia de Chãos.

Incluiu ainda a construção de um novo reservatório em Relvas Verdes com um volume de 150m3 e a reabilitação do Reservatório existente de Aldeia de Chãos, assim como, uma estação elevatória para este ultimo reservatório.

Durante o ano de 2015 entraram também ainda em funcionamento as infraestruturas seguintes, num valor total de 1,3 M€:

i. Adução ao Penedo Gordo
ii. Adução a Safara
iii. Telegestão 1ª fase - Sistema do Roxo
iv. Adução a Albernoa
v. Beneficiação da captação e EE1 do Roxo
vi. Adução a Viana do Alentejo - By-pass para Aguiar
vii. Telegestão 1ª Fase - Subsistema do Ardila

Sistemas de Saneamento

Estudos e Projetos

Em 2015 a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. adjudicou os projetos seguintes:

i. Sistema Intercetor de Grândola;
ii. Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo.

Prestações de Serviços

Foram contratadas prestações de serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotécnica com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como, na área de Expropriações e Servidões.

Empreitadas

Foram abertos 6 procedimentos de concurso para empreitadas de SAR, num valor global em preço base de 12,16 M€:

i. ETAR e Sistema Intercetor de Lavre (Montemor-o-Novo);
ii. Remodelação das Obras de Entrada Existentes (Grupo 2) - Montemor-o-Novo, Torrão;
iii. Remodelação da ETAR Vila Nova da Baronia - 1ª fase;
iv. Conceção Construção da ETAR de Grândola;
v. Conceção Construção da ETAR de Montemor-o-Novo;
vi. Conceção Construção da ETAR de Beja.

Foram assinados 5 contratos de empreitadas no valor global de 1,28 M€:

i. ETAR de Azinheira de Barros;
ii. Remodelação das Obras de Entrada Existentes (Grupo 1) - Viana do Alentejo (Sra. de Aires), Cuba, Alvito;
iii. ETAR e sistema intercetor de Landeira (Vendas Novas);
iv. Sistema de Saneamento de Córrego da Bica (Odemira - S. Teotónio) - 1ª Fase – Intercetor;
v. ETAR e Sistema Intercetor de Lavre (Montemor-o-Novo).

Em 31 de dezembro encontravam-se em curso 6 empreitadas, num valor total de 5,4 M€:

i. Sistema Intercetor de Alcácer do Sal;
ii. Conceção construção da ETAR de Alvalade (em fase de arranque);
iii. Conceção construção da ETAR da Vidigueira e Vila de Frades (em fase de arranque);
iv. ETAR e sistema intercetor de Landeira (Vendas Novas);
v. Sistema de Saneamento de Córrego da Bica (Odemira - S. Teotónio) - 1ª Fase – Intercetor;
vi. ETAR e Sistema Intercetor de Lavre (Montemor-o-Novo).

Durante o ano de 2015 entraram em funcionamento/fase de arranque as 5 seguintes infraestruturas de SAR, num valor global de 4,36 M€:

i. Sistema Intercetor de Beja

A Empreitada do Sistema Intercetor de Beja, no valor de €945.972.06, tem como objetivo a desativação da ETAR do Monte das Amendoeiras (bacia do Sado) existente, incapaz de tratar adequadamente os caudais afluentes, e desviar os caudais das águas residuais para uma nova ETAR a construir na atual ETAR do Monte de Santo António (bacia do Guadiana), que permitirá tratar a totalidade das águas residuais urbanas de Beja.

A Empreitada inclui a construção de:

a. Estação Elevatória com capacidade de 69 l/s;
b. Conduta elevatória com 3,4km de extensão em PEAD DN 315;
c. Coletor gravítico com 2.2km de extensão em PEAD DN 355.

ii. ETAR de Alvalade

A Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Alvalade, no valor de €1.398.229,54, tem como objetivo a substituição da ETAR existente, incapaz de tratar adequadamente os caudais afluentes, por uma nova ETAR, que permite tratar a totalidade das águas residuais urbanas de Alvalade. A nova ETAR, construída no local da ETAR existente, baseia-se num sistema de tratamento biológico de lamas ativadas, antecedido de pré-tratamento adequado.

A Empreitada inclui a construção de órgãos para:

a. Fase Liquida - Gradagem, desarenação, remoção de gorduras, tratamento biológico por lamas ativadas em vala de oxidação;
b. Fase Sólida - Espessamento gravítico e desidratação mecânica das lamas;
c. Fase Gasosa – Desodorização por bio filtro;
d. Unidade de receção e pré-tratamento de efluentes transportados por limpa-fossas.

iii. ETAR da Vidigueira e Vila de Frades

A Empreitada de Conceção/Construção da ETAR da Vidigueira e Vila de Frades, no valor de €1.574.168,37, tem como objetivo a substituição da ETAR existente, de lagunagem, incapaz de tratar adequadamente os caudais afluentes, por uma nova ETAR, que permite tratar a totalidade das águas residuais urbanas de Vidigueira e Vila de Frades. A nova ETAR, construída no local da ETAR existente, baseia-se num sistema de tratamento biológico por lamas ativadas em vala de oxidação, antecedido de pré-tratamento adequado.

A Empreitada inclui a construção de órgãos para:

a. Fase Liquida - Gradagem, desarenação, remoção de gorduras, tratamento biológico em vala de oxidação;
b. Fase Sólida - Espessamento gravítico e desidratação mecânica das lamas;
c. Unidade para receção e pré-tratamento de efluentes transportados por limpa-fossas.

iv. ETAR de Azinheira de Barros

A Empreitada da ETAR de Azinheira de Barros, no valor de €198.487,97, tem como objetivo a substituição da ETAR existente, incapaz de tratar adequadamente os caudais afluentes, por uma nova ETAR, que permite tratar a totalidade das águas residuais urbanas de Azinheira de Barros. A nova ETAR, construída na margem oposta da ETAR existente, baseia-se num sistema de tratamento biológico de lamas ativadas, em sistema compacto, antecedido de pré-tratamento adequado.

A Empreitada inclui a construção de órgãos para:

d. Fase Liquida - Gradagem, desarenação, tratamento biológico em tanque de arejamento compacto;
e. Fase Sólida - Espessamento gravítico de lamas.

v. Remodelação das Obras de Entrada Existentes (Grupo 1) - Viana do Alentejo (Sra. de Aires), Cuba, Alvito

A Empreitada da Remodelação das Obras de Entrada Existentes (Grupo 1) - Viana do Alentejo (Sra. de Aires), Cuba, Alvito tem como objetivo a remodelação das ETAR referidas, de modo a dotar as mesmas de obras de entrada adequadas, para promover o pré-tratamento das ETAR de Alvito e Sra. de Aires.

4.4.4. Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água

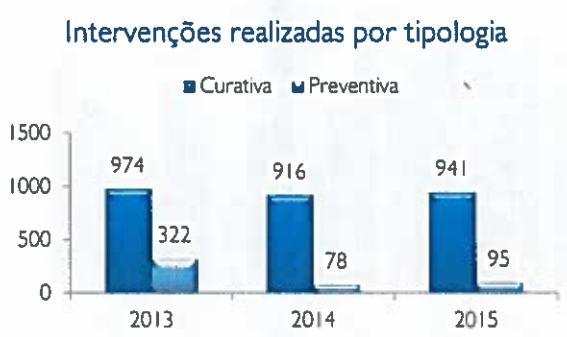
O ano de 2015 fica marcado pela continuidade de ações de manutenção curativa e preventiva nas infraestruturas, realização de ações e procedimentos de apoio ao funcionamento da manutenção e transversalmente colaborou com as diversas áreas operacionais da organização. Promoveu-se ainda a continuação do levantamento e cadastro dos equipamentos existentes de forma a permitir uma melhor gestão da manutenção. Realizou atividades de reporting para entidades externas.

Face ao reduzido número de técnicos de manutenção existente (6), teve de se desenvolver uma estratégia de intervenção apoiada em regimes de outsourcing, designadamente recorrendo a dois contratos: reparação de ruturas e outro relacionado com as áreas de automação, comunicações e telegestão.

Relativamente às intervenções de eletricidade e mecânica recorre-se ainda pontualmente à colaboração de empresas locais da especialidade.

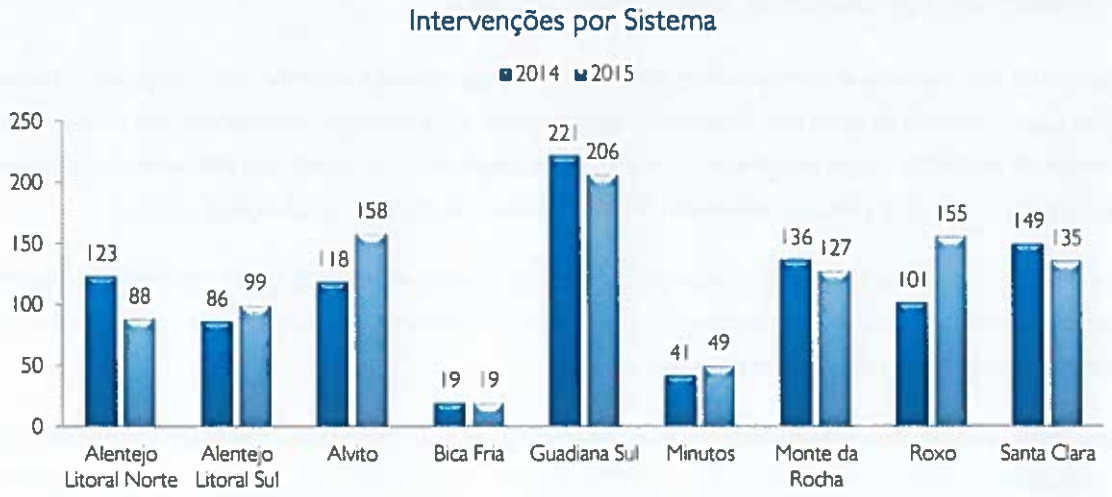
Caraterização das intervenções

A intervenção da equipa de manutenção centra-se em dois conceitos distintos, Manutenção Curativa e Manutenção Preventiva. O objetivo principal é minimizar a incidência das intervenções curativas, controlando a condição das infraestruturas. No entanto, face à especificidade do SPPIAA, em que temos vindo a operar maioritariamente infraestruturas integradas no Sistema e herdadas dos municípios, enquanto vamos implementando o nosso plano de investimentos, e face ao mau estado de funcionamento dessas infraestruturas, muitas delas já totalmente fora da sua vida útil, as intervenções efetuadas apresentam forçosamente uma componente muito mais forte em intervenções curativas. Esta é igualmente a justificação para o elevado número de intervenções curativas efetuadas.

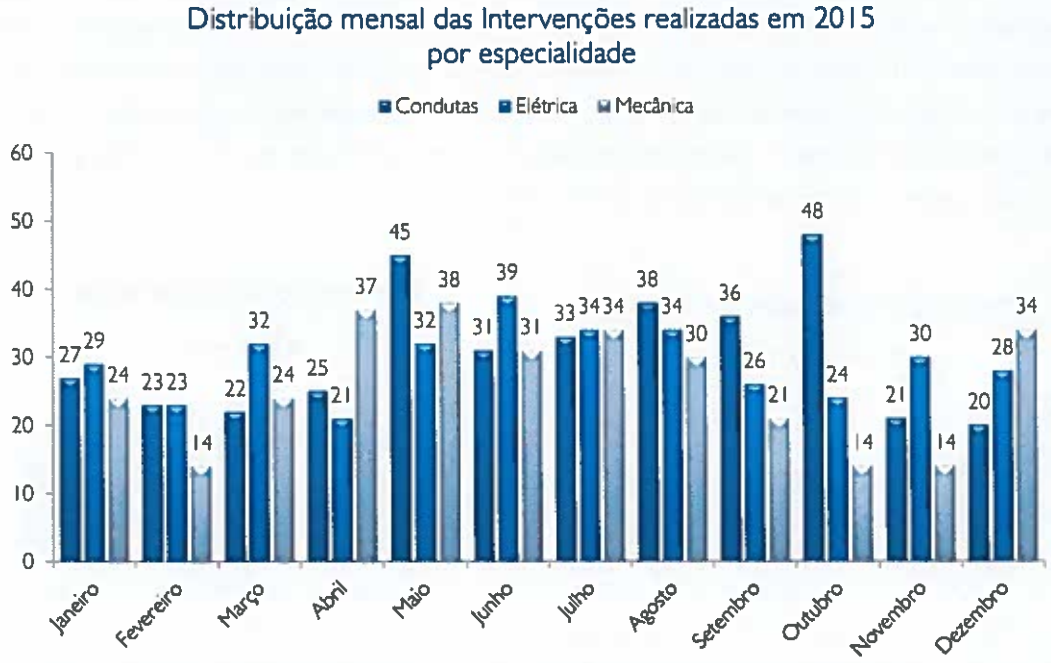


Comparando 2014 e 2015, verificamos que o número de ocorrências aumentou, facto esse que é devido em grande parte ao aumento de intervenções de carácter curativo, essencialmente em mecânica e em condutas, com especial incidência nos sistemas de Alvito, especialmente nos adutores de Reservatório da Forca/Cuba, e no Sistema do Roxo, especificamente no adutor a Aljustrel e nos Furos de Beja.

No que concerne à manutenção preventiva, verificamos um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, apesar do reduzido número de meios humanos da equipa de manutenção.



Verifica-se que, dos nove sistemas operados, o Guadiana Sul, Alvito e Roxo, apresentam a maior percentagem de ocorrências no somatório das várias especialidades, e ainda um aumento significativo das intervenções no Alvito e no roxo.



Na distribuição mensal das intervenções verifica-se um aumento do seu número durante o verão, correspondendo ao período de maiores consumos e consequentemente de maior exigência das infraestruturas.

Intervenções de carater preventivo

As intervenções de carater preventivo efetuadas centraram-se em:

i. Substituição de órgãos mecânicos de condutas;
ii. Limpeza de captações, com o objetivo de melhorar a quantidade e qualidade da água;
iii. Requalificação de quadros elétricos;
iv. Substituição de impulsores de bombas, de forma a aumentar a eficiência dos equipamentos;
v. Trabalhos de carácter especial, nomeadamente requalificação de acessórios de adutores em pontes;
vi. Instalação e colocação em serviço de jangada auxiliar para captação de água na albufeira do Roxo;

Inspeção termográfica a quadros elétricos e Intervenção na Ponte do Rio Mira, adutor ETA de Milfontes – Reservatório de Milfontes

Instalação de jangada de captação na Albufeira do Roxo

Intervenções de carater curativo

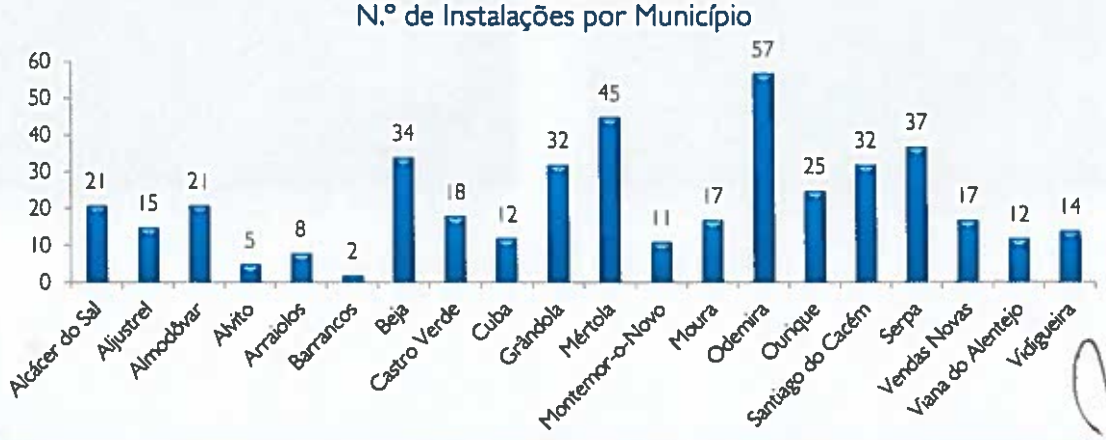
Nas intervenções curativas a reparação de roturas constitui um dos principais eixos de intervenção e de preocupação, uma vez que as reservas locais são ainda em muitos casos reduzidas, podendo conduzir a interrupções de abastecimento se a intervenção não for imediata, muitas vezes noturna e em fins de semana.

Como se pode verificar no Alvito e no Guadiana Sul são os sistemas que mais intervenções exigiram e, maioritariamente associadas a condutas específicas que urge serem alvo de reabilitação.

Adutor Roxo – Beja: Reparação de rutura e substituição de descarga de fundo

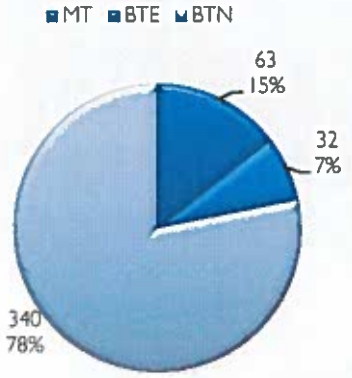
4.4.5. Gestão de Energia

No âmbito da operação e manutenção de infraestruturas que a AgdA tem sob a sua tutela, é de salientar que se gere uma carteira de 435 instalações utilizadoras de energia da rede pública, que se distribuem, em termos de contratos de energia, pelos vários Municípios de acordo com o gráfico seguinte:

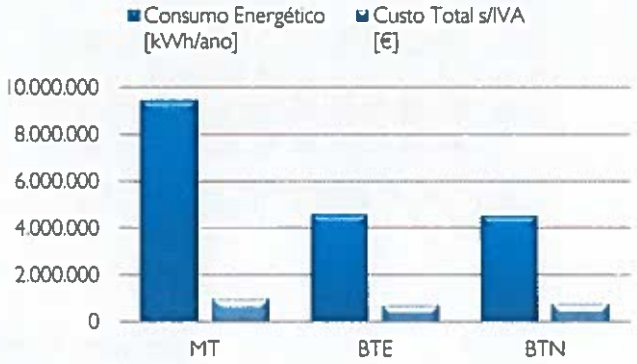


As 435 instalações geridas pela AgdA são alimentadas em termos de energia elétrica por 3 tipos de nível de tensão: Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN). Apresentam-se o número de instalações por nível de tensão, repartição dos custos também por nível de tensão, consumos energéticos e custos mensais bem como consumos energéticos por períodos horários. Foram também alocados os consumos energéticos e custos em termos de águas de abastecimento e águas residuais. É de salientar que o total de custo da energia em 2014 foi de 2,3M€

N.º de Instalações por Nível de Tensão



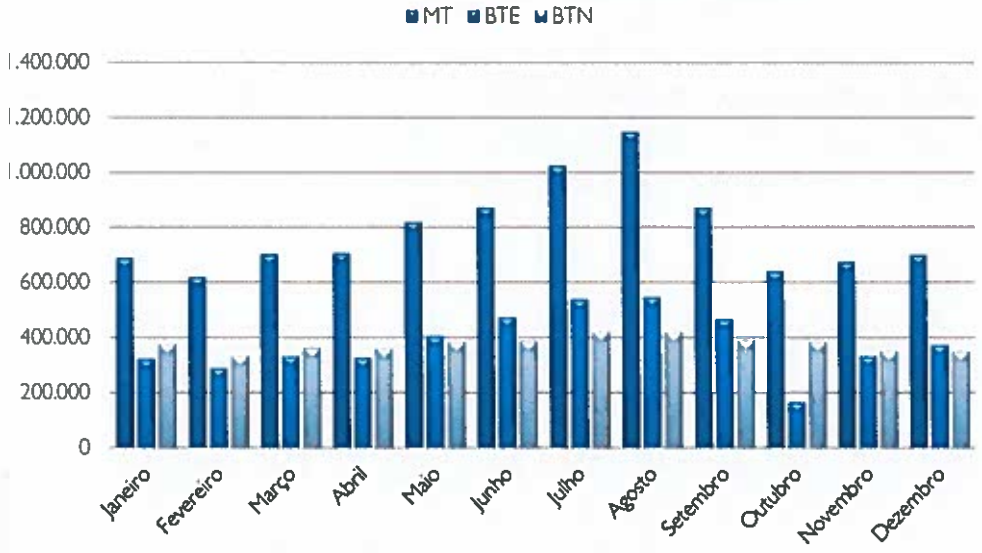
Consumo Energético e Custo por Nível de Tensão



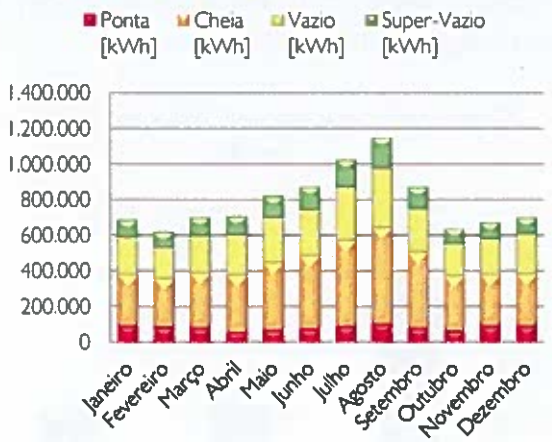
Apresenta-se o custo específico por nível de tensão:

Nível de Tensão	Custo Específico [€/kWh]
Média Tensão	0,1035
Baixa Tensão Especial	0,1518
Baixa Tensão Normal	0,1690

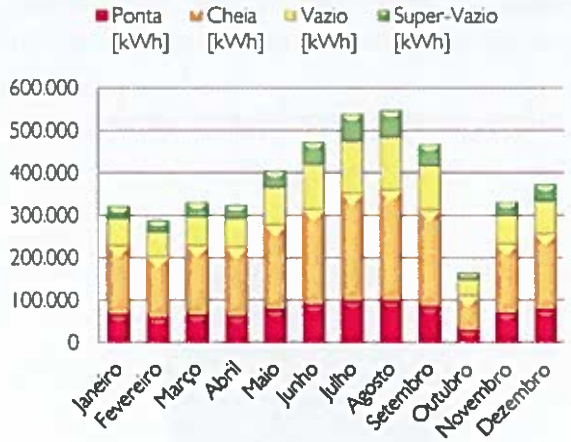
Consumo Energético Mensal por Nível de Tensão (Kwh)



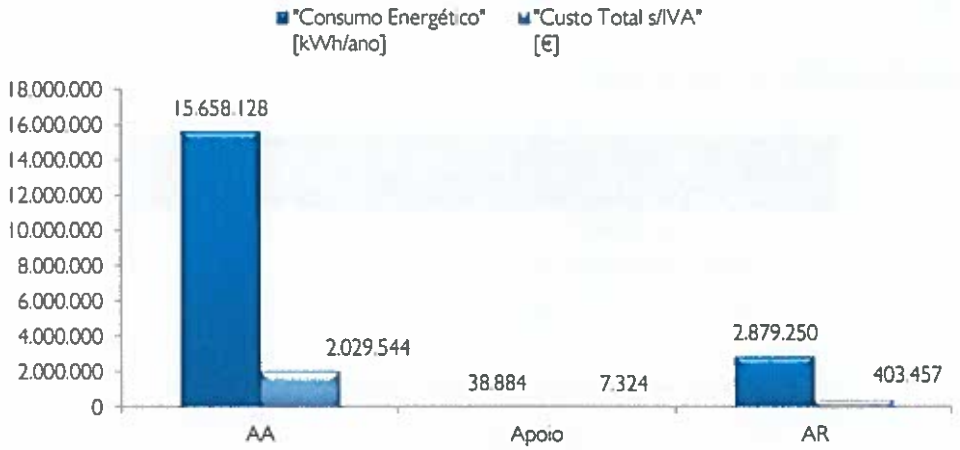
Consumo Energético Mensal por Período Horário em MT (Kwh)



Consumo Energético Mensal por Período Horário em BTE (Kwh)



Consumo Energético e Custos AA e AR

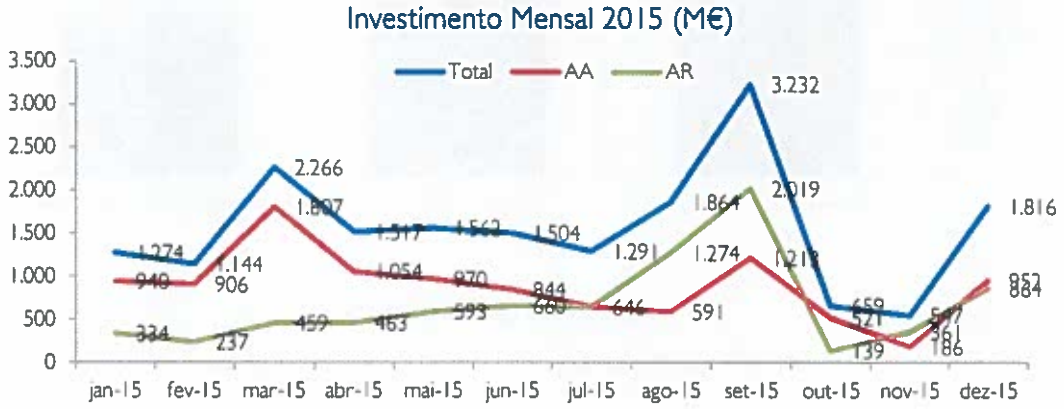


Estão a ser efetuadas análises da evolução de consumos específicos nas principais instalações consumidoras de energia, como, nomeadamente ETA do Roxo, ETA do Alvito, ETA do Enxoé e EE de Rio de Moinhos, bem como a repartição dos consumos ao longo das horas do dia, para identificar áreas possíveis de economia.

4.4.6. Atividade de Planeamento

O investimento inicial realizado em 2015 atingiu os 18,7 milhões euros perfazendo desde 2010 cerca de 70 milhões de euros. Comparativamente com 2014 houve um decréscimo de investimento na ordem dos 18%.

Desagregado ao nível mensal os investimentos de 2015 verifica-se que a componente água representa cerca de 57% do valor total do investimento tendo tido o pico no mês de março. A componente saneamento manteve um investimento médio mensal na ordem dos 670 mil euros. O mês de setembro foi o mês de maior investimento do ano e desde o inico da atividade com 3.23 milhões de euros.



O pico das adjudicações previstas na 1.ª fase do plano de investimentos da AgdA ocorreu em 2013 e correspondem à grande maioria dos investimentos realizados em 2014 e 2015.

Do total de adjudicações efetuadas até dezembro de 2015 cerca de 78 milhões de euros, ressalta que há cerca de 8 milhões de euros de investimento já comprometido e a realizar em 2016.

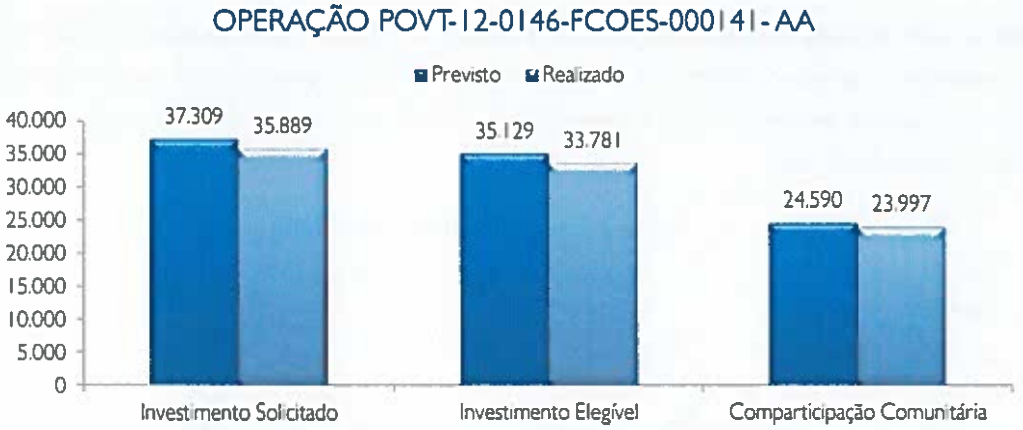
Contrato de Financiamento com o POVT

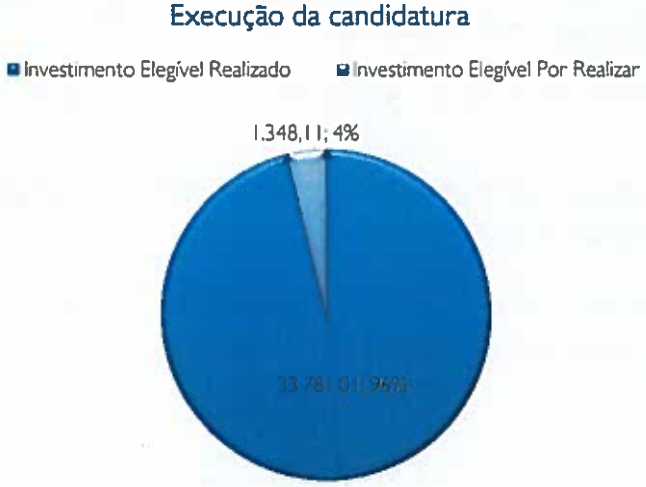
1ª Fase Sistema Público Integrado de Abastecimento de Água – POVT-12-0146-FCOES-000141

Execução

Foi aprovada a terceira reprogramação temporal, material e financeira da operação em dezembro de 2015, passando o investimento total previsto de € 40.696.322 para € 37.309.065. O prazo de execução foi prolongado até 31 de dezembro de 2015. Esta reprogramação correspondeu a uma economia do valor das adjudicações da maioria das empreitadas e também da retirada de algumas empreitadas em que não seria possível cumprir os prazos estabelecidos.

Em termos de execução física, realizou-se até ao final de 2015 cerca de 96% do total da candidatura.





Financiamento recebido

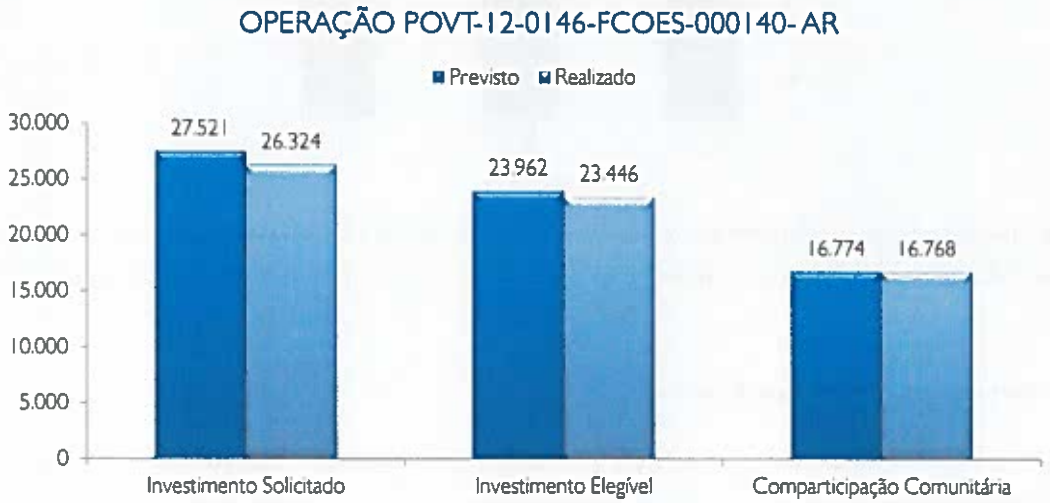
O financiamento recebido até dezembro de 2015 foi de 25,1 milhões de euros. Corresponde à comparticipação do Fundo de Coesão e do adiantamento de 25% cujos acertos serão efetuados em 2016 a quando da apresentação do Relatório Final.

1ª Fase Sistema Público Integrado de Saneamento de Águas Residuais – POVT-12-0146-FCOES-000140

Execução

Foi aprovada a terceira reprogramação temporal, material e financeira da operação em dezembro de 2015, passando o investimento total de € 28.834.855 para € 27.521.410. O prazo de execução foi prolongado até 31 de dezembro de 2015. Esta reprogramação correspondeu a uma economia do valor das adjudicações da maioria das empreitadas e também da retirada de algumas empreitadas em que não seria possível cumprir os prazos estabelecidos.

Em termos de execução física, realizou-se até ao final de 2015 cerca de 98% do total da candidatura.



Financiamento recebido

O financiamento recebido até dezembro de 2015 foi de 17,5 milhões de euros. Corresponde à comparticipação do Fundo de Coesão e do adiantamento de 25% cujos acertos serão efetuados em 2016 a quando da apresentação do Relatório Final.

4.4.7. Atividade do Sistema de Responsabilidade Empresarial

Licenciamento de descargas de água residual

No decorrer do ano de 2015 garantiu-se a instrução e apresentação de 25 pedidos de licenciamento das licenças de descarga de águas residuais tratadas nas ETAR do SPPIAA. Até ao final do ano, foram emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) 14 licenças de descarga.

Alguns dos títulos emitidos são referentes a renovações de licenças de descarga, contudo verifica-se que o número total de licenças de descarga válidas tem vindo a aumentar, sendo que em 2015, este valor passou de 44 em janeiro para 51no mês de dezembro.

Licenciamento de Captações de Água Superficial

Foi assinado com a APA/ ARH Alentejo o contrato de concessão para captação de água para abastecimento público a Grândola e Alcácer do Sal:

i. Contrato de Concessão nº 1/CSB/SD/2015 - Contrato de concessão relativo à utilização de recursos hídricos para captação de água subterrânea do domínio público do Estado no sistema aquífero da bacia do Tejo-Sado/ Margem Esquerda destinada ao abastecimento público dos sistemas de abastecimento de Alcácer do Sal e Grândola

Reporte da informação

Anualmente a AgdA comunica todos os resultados analíticos do PCQA à ERSAR via portal eletrónico disponibilizado pela Entidade Reguladora. É igualmente reportado à APA, via portal eletrónico, os dados relativos a volumes captados para abastecimento e rejeitados pelas ETAR assim como os resultados de monitorização dos efluentes tratados, para cálculo da Taxa de Recursos Hídricos. Ainda anualmente, é reportado à ERSAR o volume de água de abastecimento produzida para cálculo da Taxa de Controlo de Qualidade da Água (TCQA).

Sistema de Gestão da Qualidade

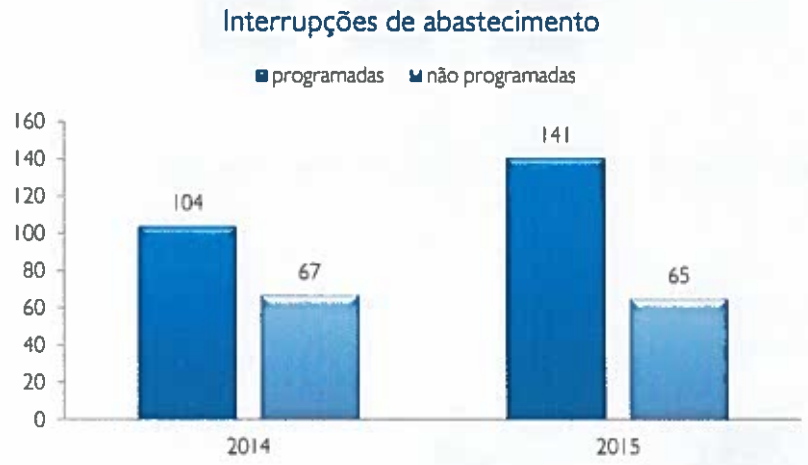
Em 2015 decorreu a implementação e consolidação do Sistema de Gestão de Qualidade pela Norma de referência NP ISO 9001:2008 que tem como principais objetivos definir as metodologias e as responsabilidades dos principais processos de modo a assegurar, de forma contínua. Simultaneamente, iniciou-se a conceção do Sistema de Gestão Ambiental pela Norma de referência NP ISO 14001:2012

Com a implementação e integração destes sistemas de gestão, a empresa garantirá os melhores princípios e práticas de gestão organizacional, adequados à missão e que se assume como ferramenta base do seu processo interno/externo de melhoria contínua, visando quer a sustentabilidade ambiental, quer a satisfação dos clientes e, simultaneamente, maior eficiência das atividades desenvolvidas, permitindo a diminuição de não conformidades nos produtos/serviços e beneficiando a produtividade da empresa.

Interrupções de abastecimento de água

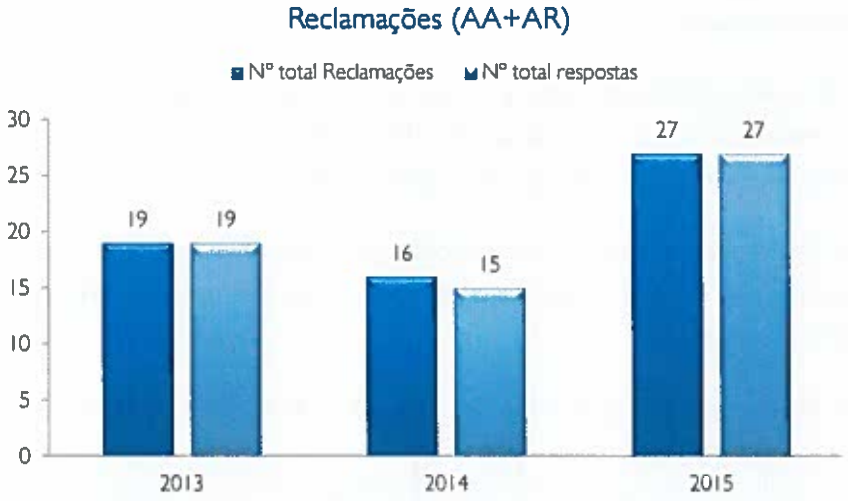
Em 2015 ocorreram 206 interrupções de abastecimento de água, com predominância para as interrupções programadas mantendo-se a tendência já registada em 2014 (de referir que em 2013 predominaram as interrupções não programadas).

Todas as interrupções foram comunicadas aos Municípios, sendo as programadas comunicadas com 5 dias uteis de antecedência e as não programadas comunicadas à posteriori e no prazo de 2 dias uteis.



Reclamações

Em 2015 registaram-se 27 reclamações, sendo 16 relativas a abastecimento e 11 a saneamento. Todas as respostas foram enviadas atempadamente, nos termos do DL. 194/2009, de 20 de agosto (prazo inferior a 22 dias úteis).



4.4.8. Atividade de Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental

Análise de Conteúdo à Comunicação Editorial

Em 2015 foram analisadas 176 notícias referentes à AgdA com um valor de Advertising Value Equivalence (AVE- determinação do valor monetário das notícias, tendo por base a quantificação do custo publicitário de um milímetro quadrado em cada publicação, sendo as tabelas de publicidade das publicações utilizadas como fontes de cálculo)) de €492 000, com uma favorabilidade de 3,1.

A maioria da informação foi veiculada na Imprensa (52%) seguindo-se-lhe a Televisão com 25% e a internet com 21% das notícias da empresa

Participação em Feiras Municipais

A empresa dispõe de um leque diversificado de opções de marketing para atingir os objetivos a que se propõem em termos de comunicação. A participação em feiras deve ser vista como uma medida de marketing dirigido, numa longa cadeia de ações que devem ser perfeitamente coordenadas antes, durante e depois das feiras.

Neste contexto, as feiras são um instrumento de comunicação extremamente importante, uma vez que permitem um contacto personalizado com as partes interessadas e apresentação da atividade diária da empresa e os investimentos realizados em cada município e na região.

A AgdA tem vindo todos os anos a participar em certames garantindo a presença de técnicos qualificados da empresa capazes de acolher e satisfazer qualquer reação dos visitantes.

No ano de 2015 a AgdA participou em 9 Feiras municipais (Beja, Cuba, Ourique, Odemira, Santiago do Cacém, Aljustrel, Alcácer do Sal, Grândola e Viana do Alentejo).

Sensibilização Ambiental

No âmbito da responsabilidade social da empresa e integrado na área de Comunicação e Sensibilização Ambiental, a AgdA promoveu visitas de estudo e dias de "Portas Abertas" às suas instalações (ETA e ETAR).

Em 2015, a AgdA recebeu 695 visitantes nas suas instalações, sendo a grande maioria, alunos das escolas dos municípios parceiros, desagregados pelas seguintes infraestruturas:

Infraestrutura	N.º Visitantes
ETA do Roxo	529
ETA do Enxoé	28
ETAR Cercal	24
ETAR Mértola	64
ETAR Vila Nova de Milfontes	50

Com o objetivo de dar a conhecer os processos de tratamento de água para consumo publico e de tratamento de águas residuais, a AgdA abriu as portas da ETA de Monte da Rocha e ETAR de Castro Verde à população e funcionários deste município, no dia 1 de Outubro, Dia Nacional da Água.

As duas infraestruturas, remodeladas recentemente pela AgdA com um investimento que ascende a 5 milhões de euros, garantirão não só a qualidade da água de abastecimento à população como a eficiência de tratamento dos esgotos da vila de Castro Verde, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida desta população.

Ainda neste âmbito tem a AgdA realizado periodicamente visitas às obras em curso em cada município, dando a conhecer a evolução das mesmas e a importância dos investimentos para a resolução dos problemas existentes em matéria de

abastecimento ou de saneamento, e envolvendo para tal os autarcas e técnicos dos municípios. No ano de 2015 foi dada neste contexto uma enfase particular aos projetos em curso no Sistema do Monte da Rocha, envolvendo para tal os municípios de Ourique e Almodôvar, tendo realizado uma visita de um dia com cada um, para além do município de Castro Verde já acima referido. De igual modo foi realizada uma visita técnica às obras em curso no município de Odemira, igualmente com participação dos autarcas e técnicos do município.

Protocolo com o município de Mértola

No âmbito da sensibilização ambiental, e em parceria com o município de Mértola, foi desenvolvida e construída uma caravana multimédia para ações de sensibilização ambiental, que desde junho de 2015 tem percorrido vários locais do município, com assistência garantida e sempre atenta da pequenada.

Patrocínios e Donativos

Apoio Institucional ao CAT-Centro de Acolhimento Temporário "A Buganvília"

Com o objetivo de continuar a assegurar a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens residentes no CAT, a AgdA contribuiu mais um ano através de um donativo ao abrigo do Mecenato Social.

Festividades de Natal

Atendendo ao período conturbado que o país atravessa e que nos afeta a todos, somos coagidos a um enorme esforço financeiro derivado às medidas de contenção que obrigam a sacrifícios a dividir por todos.

Ainda assim, pelo esforço que ao longo de mais este ano todos fizemos, foram realizadas as seguintes atividades para comemorar a época natalícia:

i. Apoio institucional ao Centro de Acolhimento Temporário "A Buganvília";
ii. Oferta de um cabaz de natal a cada um dos 138 colaboradores da empresa;
iii. Almoço de natal / integração dos colaboradores e seus familiares incluindo animação para as crianças;
iv. Oferta de uma prenda de Natal a cada uma das xxx crianças filhas de colaboradores da empresa;
v. Participação na componente de responsabilidade social, através da doação de 50 cêntimos por cada postal eletrónico de Natal enviado, que revertem para a atribuição de bolsas de estudo a filhos de colaboradores do Grupo AdP.

4.5. Gestão do Capital Humano

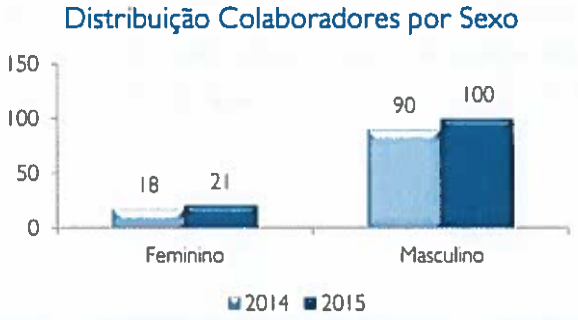
Caracterização geral

O capital humano é um dos ativos da empresa tendo à data de 31 de dezembro de 2015 atingido o número 121 colaboradores.

Ao número de colaboradores acima referido deverá acrescentar-se 9 Órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral, Presidente, Vice-presidente e Secretária, 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais apenas 1 é Presidente Não Executivo, 1 é Administrador Executivo e 3 Administradores Não Executivos.

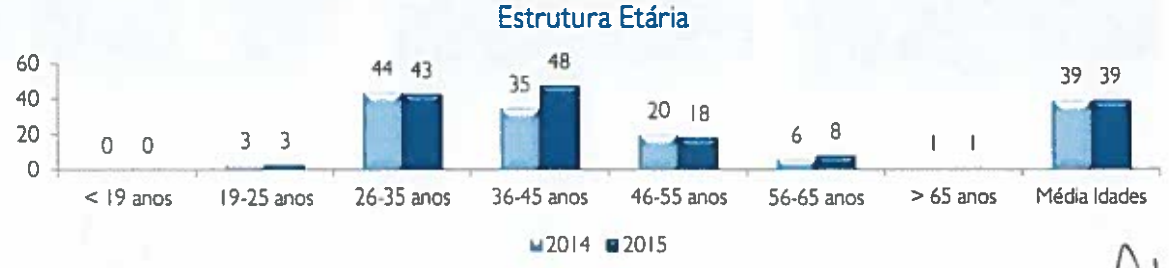
Distribuição do colaborador por sexo

O quadro de pessoal da AgdA é maioritariamente constituído de colaboradores do sexo masculino, dado que se relaciona com a atividade operacional exercida.



Estrutura etária

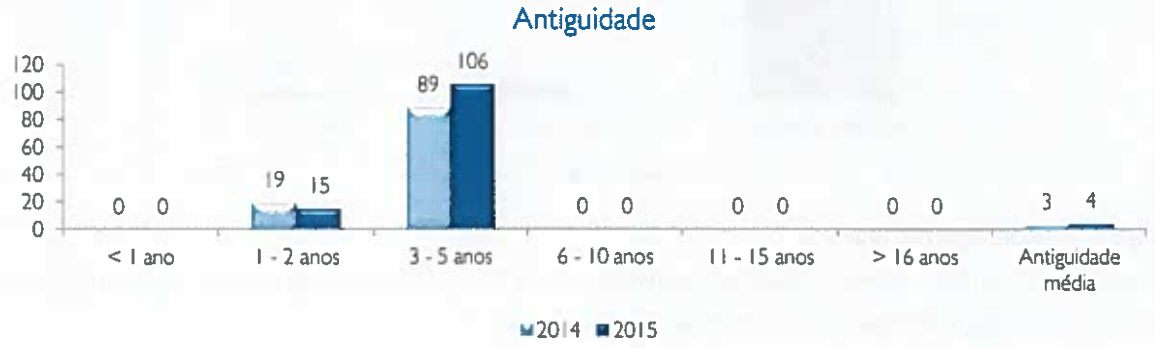
No final de 2015 as idades dos colaboradores variavam entre os 24 e os 67 anos de idade, localizando-se a média etária nos 39 anos, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:



Antiguidade na empresa

A AgdA iniciou a sua atividade operacional de forma gradual, tendo integrados os sistemas de abastecimento de Água e Água residual a partir do segundo semestre de 2010 e início de 2011.

Desta forma, sendo a AgdA uma empresa recente no mercado laboral, todos os colaboradores apresentam uma antiguidade baixa e que se quantifica numa antiguidade média de 3,7 anos, conforme se observa no seguinte gráfico:



Vínculo laboral

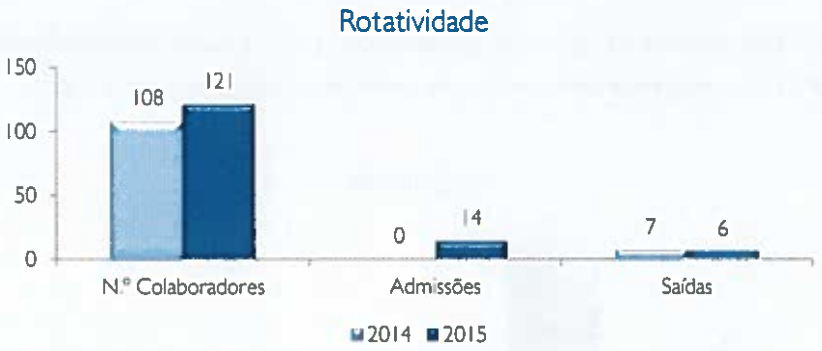
O gráfico seguinte mostra o vínculo laboral dos colaboradores da AgdA no ano de 2015, sendo de referir que o aumento de colaboradores contratados a Sem Termo advêm da redução de colaboradores contratados a Termo Certo cujo limite legal foi atingido em 2015.

Habilitações Literárias

O gráfico seguinte mostra as habilitações literárias dos colaboradores da AgdA a 31 de Dezembro de 2015.

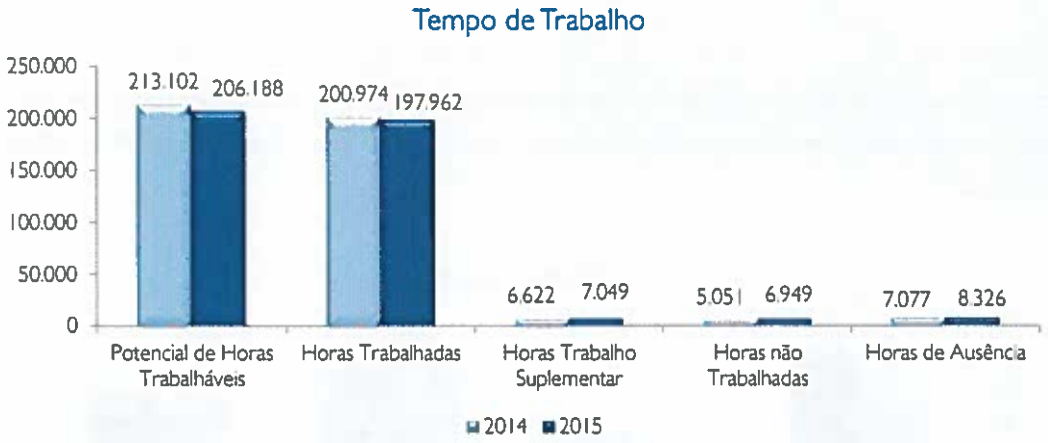
Evolução do número de colaboradores

A AgdA iniciou o ano 2015 com 108 colaboradores e terminou o ano com 121 colaboradores, conforme gráficos seguintes:



Tempo de trabalho dos colaboradores

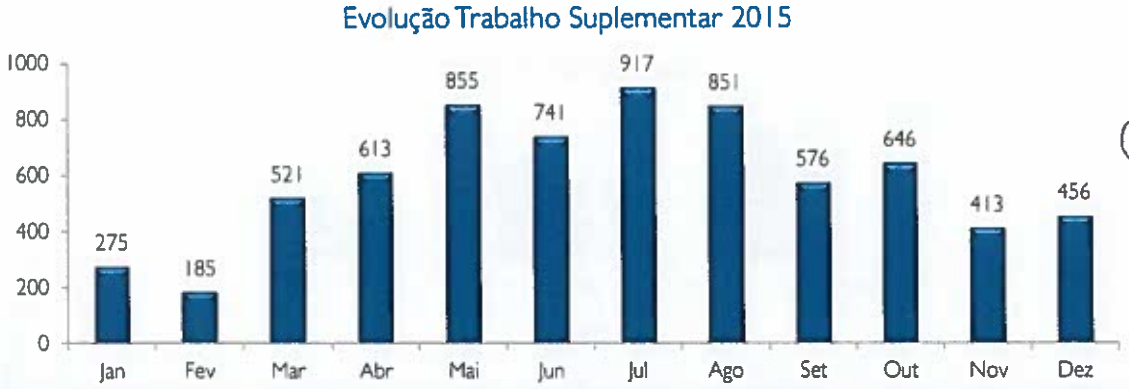
Durante o ano de 2015 os colaboradores da AgdA trabalharam cerca 198 mil horas, das quais cerca de 7 mil correspondem a trabalho suplementar, conforme se poderá observar no gráfico seguinte:



Apesar do aumento de número de colaboradores a 31 de dezembro, ao longo do ano verificou-se um número médio de colaboradores inferior ao de 2014 razão pelo qual o potencial de horas trabalháveis é inferior ao de 2014.

Trabalho suplementar

Quanto ao trabalho suplementar, este atingiu um total de 7.049 horas, conforme consta do gráfico seguinte:



Formação profissional

As ações de formação desenvolvidas abrangeram 117 colaboradores, tendo sido atingido um volume de formação de 4.194 horas, como se poderá identificar da análise ao gráfico seguinte:

Formação em contexto de trabalho

A AgdA tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, quer profissionais quer curriculares, visando a diminuição da distância entre as escolas e o mercado de trabalho.

Esta prática permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

ESTÁGIOS 2015

Tipo de Estágio	Nível	Área	Duração	Instituição de Ensino	Comparticipação
Profissional	V	Engenharia do Ambiente	12 meses	Instituto Politécnico de Beja	IEFP
Profissional	VI	Psicologia Social e das Organizações	9 meses	ISCTE	IEFP
Curricular	III	Gestão do Ambiente	140 horas	Escola Básica e Secundária Dr. Isidro de Sousa - Viana do Alentejo	n.a.
Curricular	III	Operadores de Sistemas Ambientais	210 horas	Escola Secundária Padre António Macedo - Santiago Cacém	n.a.
Curricular	III	Operadores de Sistemas Ambientais	210 horas	Escola Secundária Padre António Macedo - Santiago Cacém	n.a.

Acidentes de Trabalho

Na análise dos acidentes de trabalho, utilizam-se índices estatísticos, que por norma se reportam a um ano de atividade laboral.

ACIDENTES DE TRABALHO EM 2015

	2015	2014	2013
Nº acidentes de trabalho	5	11	12
Índice de Frequência (*)	4.7	10.6	10.5

(*) **Índice de frequência** representa o nº de acidentes de trabalho por total de horas trabalhadas.
Cálculo IF = (nº Acidentes de trabalho/horas trabalhadas)*200.000

4.6. Financeira

O exercício de 2015 foi encerrado com um resultado líquido positivo de 146.355 euros cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

Apuramento de Resultados

O resultado líquido do exercício apresenta no exercício de 2015 o valor de 146.355 euros conforme abaixo apresentado.

APURAMENTO DE RESULTADOS			
	2015	2014	2013
Resultado Operacional	(565.822)	448.321	708.918
Resultado Financeiro	765.835	(327.654)	(596.558)
Resultado Antes de Impostos	**200.013**	**120.666**	**112.360**
Imposto do Exercício	(13.168)	(401.883)	(256.302)
Imposto Diferido	(40.489)	313.679	194.545
Resultado Liquido do Exercício	**146.355**	**32.463**	**50.603**

Rendimentos

No exercício de 2015 o volume de negócios da empresa atingiu o valor 10.359.356 euros que corresponde ao somatório do valor registado em venda de água no montante de 11.305.680 euros e ao registo de desvios tarifários. No exercício de 2015 foi registado um superavit no valor de 946.324 euros conforme se pode observar no quadro seguinte.

RENDIMENTOS			
	2015	2014	2013
Vendas	11.305.680	10.722.751	10.919.460
Prestações de serviços	0	0	0
Desvios Tarifários	(946.324)	(1.276.039)	(581.810)
Volume de Negócios	**10.359.356**	**9.446.711**	**10.337.650**
Subsídios ao Investimento	525.822	586.392	750.373
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.434.439	1.309.398	1.197.719
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	**1.960.260**	**1.895.790**	**1.948.091**
Rendimentos financeiros	619.756	889.479	774.319
Total de Rendimentos Financeiros	**619.756**	**889.479**	**774.319**
TOTAL DE RENDIMENTOS	**12.939.372**	**12.231.980**	**13.060.060**

Gastos

No exercício de 2015 os gastos atingiram o valor 12.739.359 euros conforme se pode observar no quadro seguinte:

GASTOS			
	2015	2014	2013
Custo das vendas/variação dos inventários	(730.202)	(662.735)	(556.450)
Fornecimentos e serviços externos	(7.294.823)	(6.674.490)	(7.021.848)
Gastos com pessoal	(2.174.271)	(2.174.314)	(2.496.844)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(2.499.636)	(1.156.796)	(1.302.910)
Outros gastos e perdas operacionais	(186.506)	(225.846)	(198.772)
Total de Gastos Operacionais	**(12.885.438)**	**(10.894.180)**	**(11.576.824)**
Gastos financeiros	146.080	(1.217.134)	(1.370.877)
Total de Gastos Financeiros	**146.080**	**(1.217.134)**	**(1.370.877)**
TOTAL DE GASTOS	**(12.739.359)**	**(12.111.314)**	**(12.947.701)**

Outras Informações do Ativo e Passivo

OUTRAS INFORMAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO			
	2015	2014	2013
Outras Informações do Ativo			
Divida de Clientes não Corrente	6.496.779	10.183.312	4.328.547
Divida de Clientes Corrente	7.095.544	9.276.197	12.681.646
Inventários	76.568	82.288	70.852
Estado e Outros Entes Públicos	1.437.815	509.170	539.760
Caixa e seus equivalentes	1.099.905	713.177	405.361
Outros Ativos Correntes	3.821.487	2.894.923	2.929.958
Total de Outras Informações do Ativo	**20.028.099**	**23.659.068**	**20.956.125**
Outras Informações do Passivo			
Fornecedores e Outros Passivos não Correntes	0	4.265.792	4.204.073
Fornecedores Correntes	4.303.663	7.149.239	6.027.283
Empréstimos Bancários	9.717.382	36.326.350	28.711.139
Imposto sobre o Rendimento	0	180.735	129.531
Estado e Outros Entes Públicos	400.982	332.658	348.062
Outros Passivos Correntes	2.630.859	5.778.209	2.939.618
Total de Outras Informações do Passivo	**17.052.886**	**54.032.985**	**42.359.705**

Evolução do Prazo Médio de Recebimentos

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO			
	2015	2014	2013
Prazo Médio de Recebimento	157	241	265

Evolução do Prazo Médio de pagamentos

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO			
	2015	2014	2013
Prazo Médio de Pagamento	46	75	78

Investimento

INVESTIMENTOS			
	2015	2014	2013
Abastecimento de Água (milhares de euros)	10.628	15.487	7.093
Saneamento de Águas Residuais (milhares de euros)	8.048	7.265	6.015
Total de Outras Informações do Ativo	**18.676**	**22.753**	**13.108**

4.7. Eventos Posteriores ao Fecho

O Conselho de Administração da AgdA - Águas de Públicas do Alentejo S.A., declara que após o termo do exercício de 2015 não se observaram quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

4.8. Objetivos de Gestão

Na Assembleia de 23 de março de 2014, foram definidas as orientações estratégicas e indicadores de gestão para o mandato 2014/2015 pelo que no quadro seguinte é apresentado o atingimento das metas no ano de 2015.

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO - 2015

Objetivos	Ponderadores Iniciais	Ponderadores Redistribuídos	Meta 2015 (1)	Real 2015 (2)	Variação (2/1)	Grau de Desempenho	Atingimento
Eficiência							
Plano de Redução de Custos	20,00%	20,75%	88,70%	90,21%	102%	2	0,42
Financeiros							
Divida Comercial de devedores municipais	15,00%	15,75%	3.697.733	3.459.111	94%	2	0,32
Degradação da tesouraria de exploração	15,00%	15,75%	175	111	64%	3	0,47
ROCE (%)	12,00%	12,75%	19,79%	0,91%	5%	1	0,13
Margem EBITDA	12,00%	12,75%	26,87%	25,48%	95%	2	0,26
Ambiente							
Qualidade da Água	7,00%	7,75%	99,56%	99,44%	100%	2	0,16
Qualidade das Águas Residuais	7,00%	7,75%	66,00%	71,00%	108%	3	0,23
Reporte							
Orientações Corporativas	6,00%	Sem avaliação	100,00%	100,00%	100%	0	0,00
Cumprimento dos prazos de Reporte (dias)	6,00%	6,75%	0	18	18	1	0,07
		Atingimento Global					**2,00**

Modo de avaliação	
Não atingido	1
Atingido	2
Superado	3

Avaliação dos gestores	
Desadequado	<1,8
Adequado	1,8 ≤ Avaliação <2,5
Superado	≥ 2,5

4.9. Cumprimento das Orientações Legais

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão	x				Capitulo B4.8 do Relatório de Gestão
Gestão do Risco Financeiro			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.
Limites de Crescimento do Endividamento			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.
Evolução do PMP a fornecedores	x			Diminuição de 29 dias face a 2014	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				Ponto A4.9 - Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa
Recomendações do acionista na aprovação de contas	x				
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	x			0 euros	
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2014	x			8.611 euros	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013			x		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014	x			14.492 euros	
Proibição de valorizações remuneratórias, no termos do art.º 39 da lei 83-C/2014	x			0 euros	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	x				
Reembolso de despesas de representação pessoal	x				
Contratação Pública:					
Normas de contratação pública	x				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			0 Contratos	Não houve contratos a serem submetidos a visto do TC
Parque Automóvel			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no Relatório de Gestão da AdP SGPS.
Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 61.º da Lei n.º83-C/2013:					A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no Relatório de Gestão da AdP SGPS.
Redução de gastos operacionais			x		
Redução de gastos com comunicações e deslocações			x		
Redução Nº de efetivos e Cargos Dirigentes:					A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no Relatório de Gestão da AdP SGPS.
Nº de Efetivos			x		
Nº de cargos dirigentes			x		
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no Relatório de Gestão da AdP SGPS.
Limites ao endividamento (DL 133/2013)			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no Relatório de Gestão da AdP SGPS.
Princípio da Igualdade do Género	x				

Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de Abril; DL 133/2013)

O atingimento dos objetivos de Gestão é apresentado no capítulo 4.8 do presente Relatório de Gestão.

Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de Abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Evolução do prazo médio de pagamento RCM nº 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, apresentamos o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., que em 2015 se situou nos 75:

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	46	75	-29	61%

PAGAMENTOS EM ATRASO

(dias)	0-90	90-120	120-240	240/360	>360	Total
Empreitadas e Obras Publicas (euros)	149.865	13.154			88.137	251.156
Outros Trabalhos Especializados (euros)	850.203	53.428	35.452	5.835	283	945.201
TOTAL	1.000.069	66.582	35.452	5.835	88.419	1.196.357

Determinações sobre remunerações

A avaliação das determinações sobre remunerações encontra-se plasmada no quadro acima referente ao cumprimento das Orientações Legais.

Determinação da suspensão do pagamento de complemento de pensões (n.º 3 do artigo 78.º da Lei 82B/2014)

Os colaboradores da AgdA – Águas Publicas do Alentejo, S.A. não têm qualquer pagamento de complemento de pensões.

Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. deu cumprimento Às determinações constantes no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (ver quadro do início do presente capítulo).

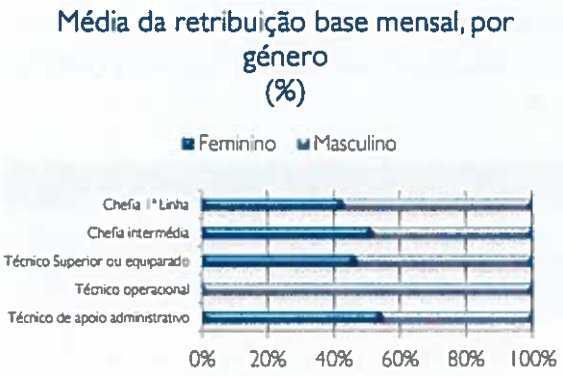
Despesas não documentadas (n.º2 do artigo 16.º do Decreto Lei n.º 133/2013)

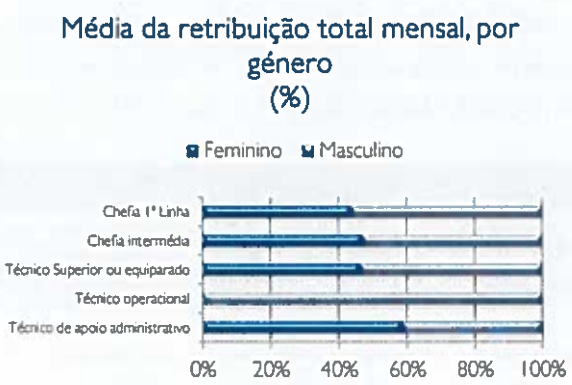
A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. não tem despesas não documentadas.

Relatório Sobre Remunerações (n.º2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março)

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de contas, a informação sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

A informação relativa ao ano de 2015 é apresentada de seguida:





Compras, contratação pública e medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a

solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública, estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria desenvolvendo as ferramentas e metodologias subsequentes para a captura de valor, destacando-se, no presente ano, o desenvolvimento de procedimentos de contratação de viaturas em regime de AOV, de Energia em Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial, Serviços de Vigilância e Segurança, Reagentes, Economato, Contratação de Seguros Patrimoniais e Acidentes de Trabalho para o Grupo AdP, entre outros.

Relatório Anual sobre Prevenção da corrupção (n.º1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Dando cumprimento ao previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. procede à avaliação anual do PGRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

i. "a) … informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

De igual forma, por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e remetido à Unidade Técnica (UTAM), pese embora até 2014 tal não tenha sido possível concretizar, por este organismo não se encontrar em funcionamento.

Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Parque Automóvel

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 123º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. Em caso de ter sido autorizada exceção, deverá ser indicado o Despacho autorizador, assim como a data de entrega da receita do Estado do montante de juros auferido em incumprimento da UTE.

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam, da prestação de serviços técnicos de administração e

gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente como objetivo final o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. Nesse sentido:

i. acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
ii. encetou negociações logo em 1997 com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
iii. em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, tendo vindo a culminar com a concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
iv. apoiou a montagem de uma linha de apoio aos financiamentos do setor dos resíduos sólidos junto do BEI, no montante total de 145 milhões de euros, destinados a financiar parcialmente os investimentos da última fase;
v. dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007, a 15 e 20 anos, num total de 600 milhões de euros;
vi. iniciou contactos com entidades externas para colocação de dívida de longo prazo, com o objetivo de preparação do mercado para a colocação futura deste tipo de dívida para financiamento das necessidades do Grupo.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado, até ao presente, ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas existentes ao nível dos sistemas do interior. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido ao Grupo manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes permanentes de tesouraria junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., mantendo os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas junto do sistema financeiro, de forma a servir de garantia da continuação dos

apoios por parte dos bancos, tendo pedido para tal, e nos termos da lei, autorização às tutelas para a dispensa parcial de cumprimento para esta componente dos excedentes não permanentes, autorização essa concedida em termos anuais, e que foi concedida para 2015.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a holding criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do Grupo AdP através do Despacho nº834/2015 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Volume de negócios

Para 2016 perspetiva-se que a venda de água se venha a manter aos níveis verificados no passado recente julgando-se que os investimentos que os Municípios venham a efetuar nas remodelações dos seus sistemas em baixa no sentido de diminuir as perdas de água fornecida só terão implicações significativas nos anos subsequentes.

No entanto a AgdA perspetiva um aumento do volume de negócios decorrente da aplicação das tarifas contratuais ao tratamento de águas residuais nas ETAR novas, nas adquiridas aos Municípios, nas Reabilitadas e nas que não carecem de intervenções, isto é em todas as ETAR que cumpram as Licenças de Descarga no meio recetor.

Conta corrente com clientes

Prevê-se que a evolução dos créditos municipais continue a tendência decrescente verificada nos anos mais recentes através do pagamento não só dos acordos celebrados mas também dos valores relativos ao fornecimento de água e de tratamento de águas residuais que venham a ocorrer no ano de 2016.

Financiamento da atividade

No domínio do financiamento perspetiva-se que os recebimentos de clientes assegurem o financiamento da atividade operacional e que os investimentos a realizar sejam assegurados por recurso aos apoios decorrentes de fundos do PO SEUR pelo que, em consequência, a Empresa estima que venha a ocorrer uma redução do endividamento total com maior expressão na componente Banca Comercial.

Plano de Investimentos

Concluído o 1º ciclo de investimentos iniciar-se-á em 2016 o 2º ciclo dos investimentos nas componentes abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

Este novo ciclo de investimentos obrigará à atualização dos projetos de execução da maioria dos subsistemas de abastecimento com especial incidência nos do Guadiana Sul com origem no Enxoé (Moura, Serpa, Barrancos e parte de Mértola) de Monte da Rocha (parte de Odemira, Ourique, Almodôvar e parte de Mértola) e do Roxo- Poente com origem no Roxo (Aljustrel e parte de Santiago do Cacém) a que acresce todo o trabalho de preparação de procedimentos, licenciamentos e de disponibilização de terrenos que tal quantidade de intervenções implica.

Na componente tratamento de águas residuais o investimento será centrado na construção das ETAR de Beja, de Montemor-o-Novo, de Grândola e de S. Teotónio e na reabilitação das ETAR da Amareleja e de Srª d'Aires- Vina do Alentejo, investimento esse que permitirá encerrar os processos de Contencioso Comunitário em curso por incumprimento da Diretiva das Águas Residuais Urbanas.

Abastecimento de água

Na componente abastecimento destaca-se a perspetiva de conclusão das intervenções nas Estações de tratamento de água de Almograve, de Zambujeira do Mar e de Santa Clara e das condutas de adução a Pereiras-Gare e a Vila Nova de Milfontes que no seu conjunto permitirão melhorar a qualidade de água fornecida naquelas partes do território do Município de Odemira.

A conclusão do sistema de captação e das condutas de adução a Grândola bem como das condutas de adução à Amareleja (1ª fase) e de Alcaria-Vidigueira merecem igualmente ser destacadas pela sua contribuição para o aumento de garantia em termos de qualidade e quantidade da água fornecida àqueles aglomerados populacionais tradicionalmente problemáticos no domínio da fiabilidade do abastecimento.

Também a execução do novo processo de tratamento de água na ETA do Roxo, ajustando a tecnologia de tratamento à qualidade da água brua da Albufeira, permitirá uma garantia acrescida da qualidade de água fornecida aos Municípios de Beja e de Aljustrel ultrapassando-se, assim, as questões de qualidade que ocorreram no Verão/Outono de 2015 e que decorreram exatamente pela incapacidade do sistema de adequar o tratamento à degradação da qualidade da água bruta.

Tratamento de Águas Residuais

Apesar das melhorias verificadas no passado recente perspetiva-se um acréscimo dos níveis de tratamento das águas residuais pela entrada em funcionamento pleno de algumas instalações que se encontravam em fase de testes durante o ano de 2015, nomeadamente as ETAR da Vidigueira e de Alvalade, sendo ainda de salientar a entrada em operação do sistema intercetor de Alcácer do Sal que, completando o sistema de recolha já existente, permite que a ETAR passe a tratar a totalidade das águas residuais de Alcácer do Sal

Manutenção das Infraestruturas

O desafio da AgdA no que respeita à vertente manutenção deriva do fato de em simultâneo a Empresa operar infraestruturas antigas, e nalguns casos obsoletas, herdadas dos Municípios e infraestruturas novas construídas ou reabilitadas.

Nesse contexto impõe-se, por um lado, um grande esforço de manutenção corretiva e, por outro lado, idêntico esforço de manutenção preventiva nas antigas instalações e equipamentos para que não colapsem e nas instalações e equipamento novos ou reabilitados para que se não degradem.

Perante a dimensão do território, nº de instalações e recursos humanos disponíveis promover-se-á uma solução de outsourcing que assegure as componentes corretivas e preventivas da manutenção dos sistemas de abastecimento de água, uma vez que no que respeita ao domínio do tratamento de águas residuais as instalações estão a ser operadas em regime de outsourcing compreendendo as vertentes operação e manutenção das mesmas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2015, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

i. O Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, em representação do Estado Português;
ii. O Acionista AMGAP, em representação dos 20 Municípios;
iii. A Entidade Reguladora da EGP, na pessoa de Comissão da Parceria;
iv. Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Agência Portuguesa do Ambiente;
v. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
vi. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração,
vii. O Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
viii. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;
ix. Os Colaboradores de AgdA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2015, no valor positivo de €146.355,30 (cento e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco euros e trinta cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

i. €7.317,77 (sete mil, trezentos e dezassete euros e setenta e sete cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
ii. o remanescente, no valor de €139.037,53 (cento e trinta e nove mil, trinta e sete euros e cinquenta e três cêntimos), para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com a data de realização efetiva do capital social, conforme previsto em Contrato de Gestão.

8. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no nº. 5 do art.º 447º e do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2015, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2015:

i. A sociedade não tem ações próprias;

ii. Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;

iii. A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

ACCIONISTA	%	N.º Ações	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	306.000	1.530.000	1.530.000
AMGAP - Assoc. Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	294.000	1.470.000	1.470.000
TOTAL	100%	600.000	3.000.000	3.000.000

9. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2015.

Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global do administrador executivo, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, aos 4 de março de 2016

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Paulo Jorge Lusitano de França Andrade
(Vogal do Conselho de Administração)

Beja, aos 4 de março de 2016

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel da Silva Costa
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Paulo Jorge Lusitano de França Andrade
(Vogal do Conselho de Administração)

C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCICIO 2015

1. CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	7	76.612.830	63.227.587
Investimentos financeiros	8	123	0
Impostos diferidos ativos	9	1.479.794	1.432.869
Clientes e outros ativos não correntes	12	6.496.779	10.183.312
Total dos ativos não correntes		**84.589.527**	**74.843.769**
Ativos correntes			
Inventários	11	76.568	82.288
Clientes	12	7.095.544	9.276.197
Estado e outros entes públicos	13	1.437.815	509.170
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	333.152	0
Outros Devedores e Credores - Fundo Coesão	14	0	5.391.989
Outros ativos correntes	15	3.821.487	2.894.923
Caixa e seus equivalentes	16	1.099.905	713.177
Total dos ativos correntes		**13.864.472**	**18.867.745**
Total do ativo		**98.453.999**	**93.711.513**
Capital próprio dos acionistas maioritários			
Capital social	17	3.000.000	1.520.500
Reservas e outros ajustamentos	17	11.716	10.093
Resultados transitados	17	0	0
Resultado líquido do período	17	146.355	32.463
Total do capital próprio		**3.158.071**	**1.563.056**
Passivos não correntes			
Empréstimos	21	37.000.000	0
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	0	4.265.792
Impostos diferidos passivos	9	726.239	638.824
Desvio Tarifário Passivo de Recuperação de Custos - **Superavit**	10	943.055	2.246.797
Acréscimos de custos do investimento contratual	19	573.385	2.989.514
Subsídios ao investimento	20	36.363.785	26.848.348
Total dos passivos não correntes		**75.606.464**	**36.989.276**
Passivos correntes			
Empréstimos	21	9.717.382	36.326.350
Fornecedores	22	4.303.663	7.149.239
Outros passivos correntes - Fundo Coesão	14	2.636.577	8.235.733
Outros passivos correntes	23	2.630.859	2.934.464
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	0	180.735
Estado e outros entes públicos	13	400.982	332.658
Total dos passivos correntes		**19.689.464**	**55.159.181**
Total do passivo		**95.295.928**	**92.148.458**
Total do passivo e do capital próprio		**98.453.999**	**93.711.513**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31.12.2015	31.12.2014 (r)
Vendas	25	11.305.680	10.722.751
Prestações de serviços	25	0	0
Rendimentos de construção em ativos concessionados	25	20.498.151	25.191.750
Desvio Tarifário (Superavit)	25	(946.324)	(1.276.039)
Volume de negócios	**25**	**30.857.507**	**34.638.461**
Custo das vendas/variação dos inventários	26	(730.202)	(662.735)
Gastos de construção em ativos concessionados	26	(20.498.151)	(25.191.750)
Margem bruta		**9.629.153**	**8.783.977**
Fornecimentos e serviços externos	27	(7.294.823)	(6.674.490)
Gastos com pessoal	28	(2.174.271)	(2.174.314)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	29	(2.499.636)	(1.156.796)
Subsídios ao investimento	30	525.822	586.392
Outros gastos e perdas operacionais	31	(186.506)	(225.846)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	32	1.434.439	1.309.398
Resultados operacionais		**(565.822)**	**448.321**
Gastos financeiros	33	146.080	(1.217.134)
Rendimentos financeiros	34	619.756	889.479
Resultados financeiros		**765.835**	**(327.654)**
Resultados antes de impostos		**200.013**	**120.666**
Imposto do exercício	24	(13.168)	(401.883)
Imposto diferido	24	(40.489)	313.679
Resultado líquido do exercício		**146.355**	**32.463**
Resultado por ação (básico e diluído)		**0,24**	**0,11**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PROPRIO

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	**500.000**	**7.563**	**0**	**50.601**	**558.164**
Realização de Capital	1.020.500	0	0	0	1.020.500
Aplicação do res. Líquido do exercício	0	2.530	48.071	0	50.601
Distribuição de Dividendos	0	0	(48.071)	0	(48.071)
Resultado líquido do período	0	0	0	32.463	32.463
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**1.520.500**	**10.093**	**0**	**32.463**	**1.563.056**
Realização de Capital	1.479.500	0	0	0	1.479.500
Aplicação do res. líquido do exercício	0	1.623	30.840	0	32.463
Distribuição de Dividendos	0	0	(30.840)	0	(30.840)
Resultado líquido do período	0	0	0	146.355	146.355
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**3.000.000**	**11.716**	**0**	**146.355**	**3.158.071**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2015	31.12.2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	17.347.719	13.088.099
Pagamentos a fornecedores	(8.630.700)	(13.805.223)
Pagamentos ao pessoal	(1.381.091)	(1.389.732)
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(527.055)	(350.806)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	66.051	904.550
Pagamentos Segurança Social	(423.658)	(424.520)
Pagamentos de Outros Impostos	(559.117)	(803.206)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades operacionais	**5.892.149**	**(2.780.838)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de ativos intangíveis	9.834.091	16.884.361
Pagamentos de ativos intangíveis	(24.075.666)	(21.372.855)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(14.241.575)**	**(4.488.494)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	17.000.000	11.002.712
Recebimentos de realizações de capital	1.479.500	1.020.500
Pagamentos de empréstimos obtidos	(8.481.708)	(3.019.106)
Pagamentos de juros e gastos similares	(1.134.376)	(1.058.565)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**8.863.416**	**7.945.541**
Variação de caixa e seus equivalentes	513.990	676.209
Caixa e seus equivalentes no início do período	(5.131.466)	(5.807.675)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**(4.617.477)**	**(5.131.466)**

DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	3.600	3.600
Depósitos à ordem	1.096.305	709.577
Depósitos a prazo	0	0
Descoberto Bancário	(5.717.382)	(5.844.643)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**(4.617.477)**	**(5.131.466)**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2. NOTAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Atividade económica da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.

1.1. Introdução

A **AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.** (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, Beja. A AgdA, tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento.

1.2. Atividade

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAAlentejo, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado com o Estado Português e a Associação de Municípios para a Gestão de Águas Publicas do Alentejo (AMGAP) em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do SPPIAAlentejo, pelo prazo de 50 anos.

1.3 Acionistas

São acionistas da AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A. a empresa AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Públicas (49% do capital social).

1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 4 de março de 2016.

Nota 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Nota 2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AgdA foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Nota 2.1.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. A Empresa adotou a IFRIC 12 (Acordos de Concessão de Serviços) que prescreve que tipicamente os Contratos de Concessão preveem que as empresas concessionárias prestem duas naturezas de serviços: (i) construção de infraestruturas e (ii) operação das infraestruturas. De acordo com este entendimento as empresas concessionárias devem reconhecer o rendimento associado a cada natureza do serviço. Ou seja, de acordo com a IFRIC 12, a construção da infraestrutura pelo concessionário constitui um serviço que este presta ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, será por este remunerado. No âmbito da IFRIC 12, as infraestruturas não devem ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis do concessionário, dado que o acordo de prestação contratual de serviços não confere ao concessionário o direito de controlar o uso das infraestruturas de serviço público. O concessionário tem o usufruto das infraestruturas durante o prazo da concessão de modo a prestar o serviço público por conta da entidade concedente, de acordo com as condições especificadas no contrato. Em teoria, a concessionária constrói as infraestruturas (corpóreas), vende-as ao concedente, que posteriormente atribui à concessionária o direito (intangível) de as utilizar na prestação do serviço público, durante o prazo de concessão.

A empresa concessionária deve reconhecer o rédito e gastos relacionados com a atividade de construção ou modernização dos serviços/infraestruturas de acordo com a IAS 11 (contratos de construção). Nesta circunstância são considerados como rédito dos serviços de construção o incremento do exercício do direito de utilização de infraestrutura e, como gasto dos serviços de construção o valor incorporado por terceiros nesta atividade e não os valores capitalizados. Esta diferença corresponde à margem exigida pelo IFRIC 12. Esta política contabilística do reconhecimento do rédito de construção foi aplicada pela primeira vez no exercício de 2015, pelo que foram reexpressadas as contas relativas ao exercício de 2014 no comparativo apresentado. O quadro em baixo quantifica os respetivos efeitos no exercício de 2015 e 2014 na demonstração dos resultados e do rendimento integral:

REDITO DA CONTRUÇÃO

Rubricas Contabilísticas	2015	2014
Rendimento de Serviços de Construção	20.498.151	25.191.750
Gastos de Serviços de Construção	(20.498.151)	(25.191.750)
Resultado liquido do reconhecimento	**0**	**0**

Nota 2.1.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2015

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, são as seguintes:

Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014):

Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospetiva.

Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014):

Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

i. **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais** – Exceções do âmbito para acordos conjuntos; as emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

ii. **IFRS 13 Mensuração pelo justo valor** – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de "portfolio"); no contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.

iii. **IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13>** As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

Nota 2.1.3. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2016

Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 2015/28, de 17 de dezembro de 2014);

Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

i. **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações:** Definições de condições de aquisição; as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição ("vesting conditions") por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).

ii. **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais:** Contabilização da retribuição contingente; as emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requere que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.

iii. **IFRS 8 Segmentos Operacionais:** as emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.

iv. **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis:** Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

v. **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência:** as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão

vi. **IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização:** as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 2015/29, de 17 de dezembro de 2014):

As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015):

As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015):

As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015):

A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015):

Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

i. **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas**: As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.

ii. **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações:** Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.

iii. **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro**: As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.

iv. **IAS 19 Benefícios dos Empregados**: As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser

usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.

v. **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar:** As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015):
As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015):
As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Nota 2.2. Informação por segmentos

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporte interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente o Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam a performance de cada segmento, bem como procedem à alocação dos recursos disponíveis. Um segmento, corresponde a um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

Nota 2.3. Conversão cambial

Nota 2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AgdA, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Nota 2.3.2. Transações e saldos de outras moedas

Em 2015 não houve qualquer transação com recurso a outras moedas para além da moeda funcional, bem como não existem em saldos de balanço outras moedas.

Nota 2.4. Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

Nota 2.4.1. Introdução

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8, a AgdA com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características. Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da AgdA é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade Comissão de Parceria, estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual e os desvios tarifários. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

Nota 2.4.2. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e de gestão e, com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de gestão, e são registados em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a um reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.3.Desvio tarifário

Em termos legais, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio tarifário, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio tarifário pode assumir duas naturezas:

a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;

b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 2.5. Atividade concessionada

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz das tarifas a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Nota 2.5.1. Enquadramento

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão e contratos de gestão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão e parcerias. Nos termos desta norma a AgdA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão/gestão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível da entidade gestora porque o contrato de concessão/gestão não lhe dá o direito de a controlar. A entidade gestora tem acesso e operar a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente/parceiro, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão/gestão, no âmbito desta norma, a entidade gestora atua como um prestador de serviços. A entidade gestora constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se a entidade gestora construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

A entidade gestora deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente/parceria pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, os parceiros dispõem de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evita o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (a entidade gestora) tem um direito incondicional de receber dinheiro se os parceiros garantirem contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante especifico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a entidade gestora assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

A entidade gestora deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

ATIVIDADE CONCESSIONADA					
Tipo de Serviço	Tipo de Atividade	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa	Incidência
Abastecimento de Água	Parceria	50	2009 - 2059	OT 10 Anos + 3%	Capital Social - Reserva Legal
Saneamento	Parceria	50	2009 - 2059	OT 10 Anos + 3%	Capital Social - Reserva Legal

Nota 2.5.2. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato de gestão da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AgdA como entidade gestora do Sistema Publico de Parceria de Águas do Alentejo classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.5.3. Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

INVESTIMENTO CONTRATUAL						
Tipo de Serviço	Total de Investimento do Contrato de Gestão	Número de anos do Contrato de Gestão	Total de Investimento Aprovado em Candidatura	Total de Caudais do Ano previsto em Contrato de Gestão	Total de Caudais de 2015	Taxa Média de amortização do ano 2015
Abastecimento de Água	154.397.518	50	37.309.065	18.792.082	20.078.424	2,57%
Saneamento	98.144.051	50	27.521.410	0	0	0,00%
	252.541.569	50	64.830.475	18.792.082	20.078.424	

No que diz respeito com a atividade de saneamento, a AgdA não se encontra a aplicar a tarifa de saneamento, sendo espectável que esta apenas entre em vigor em 2016, data a partir do qual se procederá ao registo de amortizações do investimento contratual de saneamento.

Relativamente ao investimento de Abastecimento de Água, é pressuposto dos Contratos de Parceria e de Gestão e respetivos documentos de suporte que, a realização de investimento dependerá da existência de financiamento a fundo perdido de 70%. Uma vez que a apenas se encontra contratualizado com o POVT o financiamento de 37,309 milhões de euros de investimento, a AgdA apenas reconhece como investimento contratual o montante acima referido.

Nota 2.5.4. Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da parceria, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não reintegrado. Estes montantes são classificados como ativos financeiros - valor a receber.

Nota 2.5.5. Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão e de gestão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado aos parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O redito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 à AgdA é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Nota 2.6. Ativos intangíveis

Nota 2.6.1. Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.5.2.

Nota 2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

Nota 2.7. Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes ativos e passivos financeiros são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação,

exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos e passivos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da empresa quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) a empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos ou passivos.

Nota 2.7.1. Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da AgdA são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus ativos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A AgdA classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Nota 2.7.1.1. Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais e gestoras de parcerias, que de acordo com as condições particulares dos contratos de gestão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a AgdA não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Nota 2.7.1.2 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

Nota 2.7.1.3. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a AgdA tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Nota 2.7.1.4 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de rendimentos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

Nota 2.7.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

Nota 2.7.2.1. Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

Nota 2.7.2.2. Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AgdA

possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Nota 2.7.2.3. Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Nota 2.8. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 2.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Nota 2.10. Imparidade

Nota 2.10.1. Imparidade de ativos financeiros

A AgdA analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a AgdA não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de

imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre a quantia recuperável e a quantia escriturada do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando uma quantia a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de imparidades acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Nota 2.10.2. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da AgdA são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para Goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas do contrato de gestão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos ao contrato de gestão que são reenviados anualmente para o regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AgdA. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) AgdA efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas

estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 2.11. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Nota 2.12. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

Nota 2.13. Subsídios

Os subsídios de ativos são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

Nota 2.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AgdA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

Nota 2.15. Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Nota 2.16. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.5 a AgdA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela parceria. O rédito é reconhecido como segue:

Nota 2.16.1. Prestação de serviços

Na AgdA o rédito para recolha de efluentes é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população potencial servida que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de saneamento aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos (custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com caráter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

Nota 2.16.2. Venda de bens

Na AgdA o rédito para fornecimento de água é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população potencial servida que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de abastecimento de água aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos

(custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com caráter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita à venda de bens;

Nota 2.16.3. Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AgdA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

Nota 2.16.4. Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia Geral da subsidiária ou associada.

Nota 2.17. Trabalhos para a própria empresa

São reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem impacto na demonstração dos resultados através do reconhecimento direto na conta da respetiva natureza, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 2.18. Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Nota 2.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

Nota 3. Políticas de gestão do risco financeiro

Nota 3.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 3.2. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e tratamento de águas residuais). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 11 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AgdA – Águas Publicas do Alentejo, S.A. encontra-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o a celebração de acordos de pagamento.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2015, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

RISCO DE CREDITO

Ativos financeiros bancários	31.12.2015	31.12.2014
Novo Banco	(5.717.382)	(5.844.643)
Banco Santander Totta	74.709	19.523
Caixa Geral de Depósitos	428.579	364.513
Caixa de Crédito Agrícola	520.788	325.541
Banco Comercial Português	72.230	0
Depósitos à Ordem	**(4.621.077)**	**(5.135.066)**

RATING'S

Ratings	Moody's Longo prazo Ano 2015	Moody's Longo prazo Ano 2014
Novo Banco	Caa1	B2
Caixa Geral de Depósitos	B1	Baa3
Banco Santander Totta	Baa3	Baa1
Caixa de Crédito Agrícola	não disponível	não disponível
Banco Comercial Português	B1	B1

Rating (Moodys) - Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em Janeiro 2016

Nota 3.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AgdA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AgdA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido de alguma forma condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Pese embora o acima referido, o financiamento da AgdA é gerido centralmente pela AdP SGPS que assegura gestão do financiamento das participadas através de contratos grupados com as entidades bancárias que visam a obtenção de melhores condições financeiras por economias de escala. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

RISCO DE CREDITO

Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2015
Novo Banco	Descoberto Bancário	9.000.000	5.717.382	3.282.618
Novo Banco	Financiamento CP - Express Bill	9.000.000	0	9.000.000
Banco Santander Totta	Financiamento CP	4.000.000	4.000.000	0
Suprimentos AdP	Financiamento MLP	41.000.000	37.000.000	4.000.000
Total		**63.000.000**	**46.717.382**	**16.282.618**

RISCO DE CREDITO

Financiador	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	9.717.382	37.000.000	0
Fornecedores e outros Passivos Correntes	4.303.663	0	0
Total	**14.021.045**	**37.000.000**	**0**

A AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AgdA entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata. Adicionalmente, a AgdA encontra-se a contratualizar linhas de financiamento de MLP junto do Banco Europeu do Investimento como garantia dos investimentos contratualizados a realizar relativamente a candidaturas de subsídios ao investimento.

Nota 3.5. Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e parceria, e consequentemente o desvio tarifário.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2015	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros Suportados	1.181.874	1.596.998	764.069
Total	**1.181.874**	**1.596.998**	**764.069**

Nota 3.6. Risco de capital

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos não correntes	(37.000.000)	0
Empréstimos correntes	(9.717.382)	(36.326.350)
Disponibilidades	1.099.905	713.177
Dívida	**(45.617.477)**	**(35.613.173)**
Subsídios ao investimento	36.363.785	26.848.348
Total do capital próprio	3.158.071	1.563.056
Capital	**85.139.333**	**64.024.577**
Dívida/total do capital	**54%**	**56%**

O modelo de financiamento da AgdA assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto da banca comercial, suprimentos dos acionistas e BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Nota 3.7 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rendabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AgdA e pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a AgdA tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo° 2.°), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.°) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.°, 9.°, 10.° e 11.°). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expetativa da AgdA e do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Nota 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AgdA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Nota 4.1 Provisões e ajustamentos

A AgdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AgdA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Nota 4.2. Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da parceria).

Para cálculo das amortizações a AgdA utiliza as estimativas de investimento e caudais vertidas na revisão do EVEF do Aditamento ao Contrato de Gestão assinado em 22 de dezembro de 2015.

Nota 4.3. Passivos Financeiros

A AgdA reconhece a compensação pecuniária a liquidar aos Municípios pela integração de infraestruturas como um passivo financeiro atualizado ao valor presente.

Nos termos do Contrato de Gestão os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária sob a forma de retribuição, pela afetação das infraestruturas à atividade operacional. O valor foi calculado com base no EVEF, atualizando os valores à data de integração.

Decorrente da celebração do aditamento ao contrato de gestão, assinado entre os parceiros em 22 de dezembro de 2015, a remuneração a liquidar aos municípios pela integração do património assume um valor máximo de 3,5% do volume de negócio, assumindo-se ainda a obrigação de pagamento pelos respetivos periodos tarifários, ou seja quinqueanual. Neste contexto, em 2015 foi efetuado o ajustamento retroativo a 2010 resultando na correção das rubricas identificadas na Nota 5.

Nota 5. Comparabilidade

Para análise das demonstrações financeiras de 2015 deverá ser considerado o ajustamento efetuado no registo do património integrado que resulta do aditamento ao contrato celebrado entre os parceiros em 22 de dezembro de 2015.

Nota 5.1 Ajustamento ao valor do Património Integrado:

Para análise das demonstrações financeiras de 2015, importa expurgar o ajustamento efetuado no património integrado, com efeito retroativo a 2010.

O EVEF inicial da empresa pressupunha uma compensação pecuniária pela integração do património municipal para o exercício da atividade de exploração da AgdA, porém o valor apurado estava longe do efetivo valor das infraestruturas pelo que não havia concordância dos municípios no montante da retribuição. Não havendo uma melhor estimativa para o valor apurado, desde 2010 que a AgdA efetuava o registo do património nos termos do contrato celebrado ainda que reconhecendo a necessidade deste ser ajustado futuramente. Com a revisão do EVEF da empresa e subsequente aditamento ao contrato de gestão, assinado em 22 de dezembro de 2015 foi definido que o valor da retribuição pela utilização de infraestruturas municipais teria um valor máximo de 3,5% do volume de negócios da empresa pelo que este passou a ser o registo nas Demonstrações Financeiras da AgdA.

Pelo acima exposto, para que os exercícios sejam comparáveis, deverá ser efetuado a dedução do ajustamento nas respetivas rubricas das Demonstrações Financeiras de 2015.

O quadro seguinte procura evidenciar o valor registado na contabilidade antes da correção, a correção e o valor atual:

AJUSTAMENTO DO PATRIMONIO INTEGRADO

	Balanço			DR	
	447 - Act. Intagíveis	448 - Amort. Acumuladas	271 - Out. Dev. Gred.	64 - Amortizações	69 - Gastos Financeiros
Evef Inicial	3.978.391	(349.636)	(5.179.560)	349.636	1.201.169
Evef Revisto	1.724.393	(1.724.393)	(1.941.344)	1.724.393	216.951
Ajustamento	**(2.253.998)**	**(1.374.757)**	**3.238.216**	**1.374.757**	**(984.218)**

Nota 6. Instrumentos Financeiros por categoria

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2015
Ativos intangíveis	0	0	**0**	76.612.830	**76.612.830**
Investimentos financeiros	0	0	**0**	123	**123**
Impostos diferidos ativos	0	0	**0**	1.479.794	**1.479.794**
Desvio Tarifário Ativo	0	0	**0**	0	**0**
Clientes não Correntes	6.496.779	0	**6.496.779**	0	**6.496.779**
Inventários	0	0	**0**	76.568	**76.568**
Clientes Correntes	7.095.544	0	**7.095.544**	0	**7.095.544**
Estado e outros entes públicos	1.770.968	0	**1.770.968**	0	**1.770.968**
Outros ativos correntes	3.821.487	0	**3.821.487**	0	**3.821.487**
Caixa e seus equivalentes	1.099.905	0	**1.099.905**	0	**1.099.905**
Total do ativo	**20.284.684**	**0**	**20.284.684**	**78.169.315**	**98.453.999**
Impostos diferidos Passivos	0	0	**0**	726.239	**726.239**
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	37.000.000	**37.000.000**	0	**37.000.000**
Desvio Tarifário Passivo	0	0	**0**	943.055	**943.055**
Acréscimo de Gastos Investimento Contratual	0	0	**0**	573.385	**573.385**
Subsídios ao Investimento	0	0	**0**	36.363.785	**36.363.785**
Empréstimos correntes	0	9.717.382	**9.717.382**	0	**9.717.382**
Fornecedores	0	4.303.663	**4.303.663**	0	**4.303.663**
Outros passivos correntes	0	5.267.437	**5.267.437**	0	**5.267.437**
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	**0**	0	**0**
Estado e outros entes públicos	0	400.982	**400.982**	0	**400.982**
Total do passivo	**0**	**56.689.464**	**56.689.464**	**38.606.464**	**95.295.928**

Nota 7. Ativos intangíveis

ACTIVOS INTANGIVEIS		
	31.12.2015	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	485.217	496.509
Propriedade industrial e outros direitos	0	0
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	76.127.613	62.731.078
Total	76.612.830	63.227.587

MOVIMENTO DO PERIODO DO ATIVO							
Valor Bruto	31.12.2014	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2015
Despesas de desenvolvimento	566.667	0	0	0	0	0	566.667
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	64.905.222	20.498.151	(2.197.144)	0	0	0	83.206.230
Total Bruto	**65.471.889**	**20.498.151**	**(2.197.144)**	**0**	**0**	**0**	**83.772.897**
Amortizações acumuladas	31.12.2014	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2015
Despesas de desenvolvimento	(70.158)	(11.292)	0	0	0	0	(81.450)
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	(2.174.144)	(1.963.458)	0	0	(2.941.015)	0	(7.078.617)
Total de Amortizações	**(2.244.302)**	**(1.974.750)**	**0**	**0**	**(2.941.015)**	**0**	**(7.160.067)**
Total Liquido	**63.227.587**	**18.523.401**	**(2.197.144)**	**0**	**(2.941.015)**	**0**	**76.612.830**

O valor das diminuições corresponde ao ajustamento efetuado ao património integrado uma vez que este passou a ser registado tendo em consideração o Volume de Negócios do periodo tarifário, conforme exposição vertida na nota 5.

DUI - MOVIMENTO DO PERIODO							
Valor Bruto	31.12.2014	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2015
Terrenos	37.653	10.000	0	0	0	0	47.653
Edifícios e outras construções	20.767.610	40.697	(1.930.699)	0	0	21.724.468	40.602.076
Equipamento básico	6.156.664	382.879	(266.445)	0	0	36.597	6.309.694
Equipamento de transporte	5.441	0	0	0	0	0	5.441
Equipamento administrativo	249.145	21.139	0	0	0	0	270.285
Outros	357.931	2.795	0	0	0	0	360.727
Investimento em Curso	37.330.778	20.040.641	0	0	0	(21.761.065)	35.610.355
Total do Ativo DUI Bruto	64.905.222	20.498.151	(2.197.144)	0	0	0	83.206.230
Amortizações acumuladas	31.12.2014	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2015
Terrenos	0		0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	(702.520)	(1.882.425)	0	0	0	0	(2.584.945)
Equipamento básico	(912.594)	(463.770)	0	0	0	0	(1.376.364)
Equipamento de transporte	(2.656)	(698)	0	0	0	0	(3.355)
Equipamento administrativo	(188.157)	(19.886)	0	0	0	0	(208.043)
Outros	(179.336)	(63.567)	0	0	0	0	(242.904)
Correção das Amortizações Investimento Realizado	(188.880)	466.888	0	0	(2.941.015)	0	(2.663.007)
Total de Amortizações DUI	(2.174.144)	(1.963.458)	0	0	(2.941.015)	0	(7.078.617)
Total do Ativo DUI Liquido	62.731.078	18.534.693	(2.197.144)	0	(2.941.015)	0	76.127.613

O ano de 2015 assume particular importancia na medida em que foram realizados investimentos importantes para o SPPIAAlentejo. O valor global do investimento realizado ascende a 20,4 milhões de euros, no qual se destacam as empreitadas de Adução a Almodovar, Adução a Fornalhas Velhas, Foros do Locário e Bicos, Adução a Alcáçovas e Viana do Alentejo, Adução a Grandola, Adução a Ourique, Adução a Alcácer do Sal, Abastecimento a Vendas Novas e Aldeia dos Chãos, Reservatórios de Faro do Alentejo, Guiso e Alvito, Reservatórios do Enxoé e Remodelação da ETA do Monte da Rocha, ETAR da Vidigueira e Vila de Frades, ETAR de Alvalade, ETAR de Alcácer do Sal, ETAR de Vendas Novas, ETAR de Castro Verde e Ourique, ETAR de Almodovar e Aljustrel, Remodelação das ETAR de Alvito, Nossa Senhora de Aires e Cuba, Sistemas Intercetor de Beja e Sistema Intercetor de Alcácer do Sal.

Foram ainda concluídas algumas empreitadas Abastecimento de Água no montante de 21,7 milhões de euros, no qual se inclui a Remodelação da ETA do Monte da Rocha, Adução a Viana do Alentejo, Adução a Ourique, Adução a Almodovar, Adução a Alcácer do Sal, Abastecimento a Relvas Verdes e Aldeias do Chão, Reservatórios do Enxoé, Adução a Fornalhas Velhas, Foros do Locário e Bicos e Reservatório de Alvito e Adução a Viana do Alentejo.

Nota 8. Investimentos Financeiros

INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2015	31.12.2014
Fundo de Compensação do Trabalho	123	0
Total de Investimentos Financeiros	**123**	**0**

Nota 9. Impostos diferidos

Na sequencia da assinatura do Aditamento ao Contrato de Gestão foram distribuidos os desvios tarifários positivos acumulados a 2014, no montante total de 2.250.065 euros. Consequentemente foi utilizado o imposto diferido ativo acumulado no montante de 506.265 euros.

Pelo acima exposto, foram acrescidos e deduzidos à materia coletavel os desvios tarifários (défices de 2009 e 2010 e superavit de 2011, 2012, 2013 e 2014) no valor liquido da destribuição, tendo gerado prejuizo fiscal de 991.173.

Pela acumulação de prejuizo fiscal foi efetuado o registo de imposto diferido ativo no montante de 208.146 ao qual acresce o imposto diferido do desvio tarifário de 2015 e das amortizações não aceites fiscalmente, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

IMPOSTOS DIFERIDOS	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Ativos por Impostos Diferidos					
Prejuízos	0	0	991.173	0	991.173
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	4.121.509	0	587.204	0	4.708.713
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	0	0	0	0	0
Desvio tarifário	2.246.797	0	946.324	(2.250.065)	943.055
Base de incidência	6.368.306	0	2.524.700	(2.250.065)	6.642.941
IRC	1.337.344	0	530.187	(472.514)	1.395.018
Derrama	95.525	0	23.003	(33.751)	84.777
Imposto diferido ativo reconhecido	1.432.869	0	553.190	(506.265)	1.479.794

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

IMPOSTOS DIFERIDOS	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Passivos por impostos diferidos					
Outros					
Amortizações/subsídios - investimento contratual não realizado	2.839.219	0	388.509	0	3.227.728
Desvio tarifário	0	0	0	0	0
Base de incidência	2.839.219	0	388.509	0	3.227.728
IRC	596.236	0	81.587	0	677.823
Derrama	42.588	0	5.828	0	48.416
Imposto diferido passivo reconhecido	638.824	0	87.415	0	726.239

Nota 10. Desvios Tarifários

DESVIOS TARIFÁRIOS (SALDOS ACUMULADOS)

	31.12.2015	31.12.2014
Desvios Tarifários Ativos (Deficit)	0	0
Desvios Tarifários Passivos (Superavit)	943.055	2.246.797
Total Desvio Tarifário	(943.055)	(2.246.797)

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios tarifários. Entenda-se o desvio tarifário (neste caso Superavit) como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo

impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor dos rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

À data de 31 de dezembro de 2015 a AgdA apresenta um *superavit tarifário* acumulado de 943.055 euros que corresponde ao valor do desvio tarifário ocorrido em 2015 uma vez que na sequencia da assinatura do Aditamento ao Contrato de Gestão, em 2015 foram distribuídos os desvios tarifários acumulados a 2014.

Nota 11. Inventários

INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)

	31.12.2015	31.12.2014
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	76.568	82.288
Produtos acabados	0	0
	76.568	**82.288**

VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

	Mercadorias	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**0**	**82.288**	**82.288**
Compras	0	724.482	**724.482**
Regularização de Inventários	0	0	**0**
Custo das vendas/variação dos inventários	0	730.202	**730.202**
Total em Inventários a 31 de dezembro de 2015	**0**	**76.568**	**76.568**

As matérias-primas registadas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento

Nota 12. Clientes não Correntes e Correntes

CLIENTES

	31.12.2015	31.12.2014
Clientes Não Correntes		
Clientes Municípios	6.496.779	10.183.312
Total em Clientes Não Correntes	**6.496.779**	**10.183.312**
Clientes Correntes		
Clientes Nacionais	54.088	51.770
Clientes Grupo UNAPD	81.420	23.633
Clientes Municípios Correntes	6.095.191	8.471.082
Devedores por acréscimos de Rendimentos	864.846	729.713
Total em Clientes Correntes	**7.095.544**	**9.276.197**
Total em Clientes	**13.592.323**	**19.459.509**

No ano de 2015 a AgdA registou em Clientes Não Correntes (Médio Longo Prazo) o valor correspondente aos acordos de pagamento celebrados com os municípios de Grândola, Vendas Novas, Moura, Serpa, Ourique, Santiago do Cacém, Montemor-o-Novo e Aljustrel, conforme se poderá verificar nos quadros da nota 11.1.

No que concerne com a rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, foi efetuada a especialização da venda de água no mês de Dezembro no montante de 396.576 euros e a especialização dos rendimentos pelo débito das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2015 no montante de 468.270 euros.

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, a faturação da componente variável de abastecimento de água correspondente ao fornecimento de água no mês de Dezembro será efetuado a dia 15 de Janeiro de 2016 e o débito das despesas de Saneamento durante o mês de Fevereiro de 2016.

Nota 12.1. Clientes não Correntes

CLIENTES NÃO CORRENTES – MUNICÍPIOS – ACORDOS DE PAGAMENTO

	N+2	N+3	N+4 a N+5	Total em Não Correntes
Município de Grândola	521.553	521.553	521.553	**1.564.660**
Município de Vendas Novas	325.564	325.374	0	**650.938**
Município de Santiago do Cacém	314.943	314.943	0	**629.886**
Município de Montemor-o-Novo	16.657	19.074	0	**35.731**
Município de Moura	330.755	330.755	330.755	**992.264**
Município de Ourique	190.290	244.659	434.949	**869.899**
Município de Serpa	301.132	301.132	577.170	**1.179.434**
Município de Aljustrel	160.177	160.177	253.614	**573.968**
Total em Clientes Não Correntes	**2.161.071**	**2.217.667**	**2.118.041**	**6.496.779**

Nota 12.2. Clientes Correntes

CLIENTES CORRENTES

	31.12.2015	31.12.2014
Clientes c/c Nacionais	135.507	75.403
Clientes municípios	4.244.125	5.506.147
Clientes municípios Acordo	1.774.263	2.881.331
Clientes municípios TRH	76.804	83.604
Clientes municípios injunções	0	0
Clientes municípios juros de mora	0	0
Acréscimos de Rendimentos - Venda de Água	396.575	372.298
Acréscimos de Rendimentos - Saneamento	468.270	357.415
Total Clientes Correntes	**7.095.544**	**9.276.198**

Nota 12.3. Clientes Municípios - total da divida sem acordo de pagamento por vencimento

CLIENTES – MUNICÍPIOS – TOTAL DA DIVIDA POR VENCIMENTO s/ ACORDO DE PAGAMENTO

	mais de 120 dias	60 a 120 dias	Até 60 dias	Total Vencido	Não Vencido	Total	Total Faturado 2015
AdcA	0	0	0	0	0	0	100.051
AdLVT	0	21.044	35.138	56.181	27.312	83.494	108.219
Alcácer do Sal	940	0	0	940	75.848	76.787	681.421
Aljustrel	98.221	96.741	102.612	297.574	124.478	422.052	665.457
Almodôvar	0	0	0	0	(11.853)	(11.853)	290.631
Alvito	(114)	0	0	(114)	29.296	29.181	136.785
Arraiolos	0	0	0	0	8.605	8.605	286.835
Barrancos	(224)	0	0	(224)	15.768	15.544	81.839
Castro Verde	0	0	19.182	19.182	75.014	94.196	357.829
Cuba	0	0	0	0	51.148	51.148	237.204
EMAS	260.066	0	333.867	593.933	184.250	778.183	1.430.470
Grândola	78.290	38.042	134.855	251.187	28.775	279.963	708.429
Mértola	0	0	0	0	121	121	306.381
Montemor-o-Novo	0	0	0	0	62.438	62.438	551.153
Moura	215.566	186.443	165.555	567.563	(54.810)	512.753	736.739
Odemira	0	0	0	0	85.915	85.915	1.196.076
Ourique	20.414	52.900	45.849	119.163	5.461	124.624	202.340
Santiago do Cacém	194.962	6.102	5.915	206.979	46.231	253.210	1.059.309
Serpa	231.282	0	25.094	256.376	56.024	312.401	881.862
Vendas Novas	0	0	26.083	26.083	19.580	45.662	635.853
Viana do Alentejo	0	0	0	0	53.479	53.479	297.978
Vidigueira	971.496	32.504	60.287	1.064.287	60.158	1.124.445	299.101
Total em Divida por Antiguidade	2.070.897	433.777	954.437	3.459.111	943.237	4.402.348	11.251.963

Nota 12.4. Clientes Municípios - Acordos de Pagamento

CLIENTES – MUNICÍPIOS – ACORDOS DE PAGAMENTO

	N+1	Curto Prazo	N+2	N+3	N+4 a N+5	Total em Não Correntes	Acordo em Divida Vencida	Acordo em Divida
Município de Barrancos	3.554	3.554	0	0	0	0	0	3.554
Município de Alcácer do Sal	9.845	9.845	0	0	0	0	0	9.845
Município de Grândola	521.553	521.553	521.553	521.553	521.553	1.564.660	0	2.086.213
Município de Vendas Novas	292.442	292.442	325.564	325.374	0	650.938	0	943.380
Município de Santiago do Cacém	125.864	125.864	314.943	314.943	0	629.886	0	755.750
Município de Montemor-o-Novo	0	0	16.657	19.074	0	35.731	0	35.731
Município de Moura	223.773	223.773	330.755	330.755	330.755	992.264	0	1.216.037
Município de Ourique	135.922	135.922	190.290	244.659	434.949	869.899	0	1.005.821
Município de Serpa	301.132	301.132	301.132	301.132	577.170	1.179.434	0	1.480.566
Município de Aljustrel	160.177	160.177	160.177	160.177	253.614	573.968	0	734.145
Total em Clientes Não Correntes	1.774.263	1.774.263	2.161.071	2.217.667	2.118.041	6.496.779	0	8.271.042

Nota 13. Estado e Outros Entes Públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		
	31.12.2015	31.12.2014
IVA a receber	1.437.815	509.170
Outros	0	0
EOEP ativos	**1.437.815**	**509.170**
IVA a pagar		0
Retenções - IRS	76.191	26.700
Retenções - Segurança social	37.266	32.481
Retenções - Outros	11.923	13.456
Outras Tributações - TRH	275.602	260.021
EOEP passivos	**400.982**	**332.658**
Total em EOEP	**1.036.833**	**176.512**

Nota 14. Outros Devedores e Credores - Fundo Coesão

OUTROS DEVEDORES E CREDORES - FUNDO COESÃO		
	31.12.2015	31.12.2014
Pedidos de Pagamento Entregues AA 1ª Fase	23.516.089	15.889.702
Pedidos de Pagamento Entregues AR 1ª Fase	16.444.196	10.874.679
Pedidos de Pagamento Por Entregar AA 1ª Fase	0	2.069.330
Pedidos de Pagamento Por Entregar AR 1ª Fase	0	1.085.315
Reconhecimento do Direito ao Subsidio	**39.960.285**	**29.919.027**
Recebimentos AA 1ª Fase	25.104.503	19.099.250
Recebimentos AR 1ª Fase	17.492.359	13.663.522
Total de Recebimentos	**42.596.863**	**32.762.772**
Total a Receber	**-2.636.577**	**-2.843.745**
Ativo - Outros Devedores e Credores - Fundo Coesão	0	5.391.989
Passivo - Outros passivos correntes - Fundo Coesão	-2.636.577	-8.235.733
Saldo Fundo Coesão	**-2.636.577**	**-2.843.745**

Pela realização de investimento é reconhecido o direito ao fundo aprovado. Atendendo ao facto de que numa fase inicial o POVT efetuou o pagamento dos fundos correspondentes à despesa realizada acrescido de adiantamentos para o restante investimento e que consequentemente o POVT liquidou um valor superior ao que a AgdA teria efetivamente direito pelo investimento realizado, foi constituído um passivo no valor acima referido e que representa a verba que à data de encerramento do balanço a AgdA terá de devolver à entidade.

Nota 15. Outros Ativos Correntes

OUTROS ATIVOS CORRENTES		
	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos a fornecedores	9.536	2.361
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	2.756.329	1.999.588
Outros devedores	11.061	5.922
Acréscimos de rendimentos	985.915	836.887
Diferimentos de Encargos	58.647	50.164
Total de Outros Ativos Correntes	**3.821.487**	**2.894.923**

O valor registado na rubrica de acréscimo de rendimentos respeita à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento de faturas conforme disposto no Contrato de Gestão e legislação aplicável.

A rubrica com maior expressão corresponde aos adiantamentos a fornecedores de investimento que resulta dos adiantamentos efetuados aos municípios pela retribuição do património integrado. Atendendo ao facto de que na sequência do aditamento ao contrato de gestão foi definido o montante máximo da retribuição, considera-se que em 2016 a empresa estará em condições de propor aos municípios as retribuições por entidade e consequentemente regularizar este adiantamento.

Nota 16. Caixa e Bancos

CAIXA E BANCOS		
	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	3.600	3.600
Depósitos à ordem – Conta corrente	575.517	384.036
Depósitos à ordem – Retenção de Garantias Empreitadas	520.788	325.541
Depósitos a prazo	0	0
Total em Caixa e Bancos	**1.099.905**	**713.177**

Nota 17. Capital Social

CAPITAL SOCIAL					
Entidade	%	Capital subscrito 31.12.2015	Capital realizado 31.12.2015	Capital subscrito 31.12.2014	Capital realizado 31.12.2014
AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1.530.000	1.530.000	1.530.000	775.455
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	1.470.000	1.470.000	1.470.000	745.045
	100%	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.520.500

Em 2015 os acionistas da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. realizaram a totalidade do capital social subscrito em 2014.

Nota 17.1. Movimentos em Capital

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PROPRIO

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	**500.000**	**7.563**	**0**	**50.601**	**558.164**
Realização de Capital	1.020.500	0	0	0	**1.020.500**
Aplicação do res. líquido do exercício	0	2.530	48.071	0	**50.601**
Distribuição de Dividendos	0	0	(48.071)	0	**(48.071)**
Resultado líquido do período	0	0	0	32.463	**32.463**
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	**1.520.500**	**10.093**	**0**	**32.463**	**1.563.056**
Realização de Capital	1.479.500	0	0	0	**1.479.500**
Aplicação do res. líquido do exercício	0	1.623	30.840	0	**32.463**
Distribuição de Dividendos	0	0	(30.840)	0	**(30.840)**
Resultado líquido do período	0	0	0	146.355	**146.355**
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	**3.000.000**	**11.716**	**0**	**146.355**	**3.158.071**

Nota 17.2. Resultado por Ação

RESULTADO POR ACÇÃO

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido	146.355	32.463
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	600.000	100.000
Resultado por ação	**0,24**	**0,32**

Nota 18. Fornecedores e Outros Passivos não Correntes

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

	31.12.2015	31.12.2014
Pagamento de Renda de Infra-Estruturas	0	4.265.792
Total em Fornecedores e Outros Passivos não Correntes	**0**	**4.265.792**

A 31 de Dezembro de 2014 a rubrica compreendia o compromisso assumido pela integração de infraestruturas municipais. No ano de 2015 não há qualquer montante registado em virtude da alteração de critério na determinação do património integrado como explanado na nota 5 uma vez que o compromisso é assumido por períodos tarifários e revisto quinquenalmente. Em 2015 encerrou o 1º período tarifário pelo que a retribuição está totalmente reconhecida em passivo corrente.

Nota 19. Acréscimos de Gastos de Investimentos Contratual

ACRESCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

	31.12.2014	Aumento	Diminuições	Reclassificações	Transferências	31.12.2015
Acréscimos de gastos de investimento contratual	2.989.514	524.886	0	0	(2.941.015)	573.385
	2.989.514	524.886	0	0	(2.941.015)	573.385

Esta rubrica respeita a acréscimos de gastos para investimentos contratuais por realizar. Estes acréscimos permitem uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os gastos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual valor de € 37.309.065, conforme nota 2.5.3 a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água considerado na 1ª Fase da candidatura ao POVT.

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de depleção calculada em cada ano ao investimento da parceria previsto mas ainda não realizado.

Nota 20. Subsídios ao Investimento

SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2014	Pedidos de Pagamento	Reconhecimento de Proveitos	31.12.2015
Candidatura de Abastecimento de Água 1ª Fase	14.888.354	6.518.637	525.822	20.881.170
Candidatura de Abastecimento de Água 2ª Fase	0	0	0	0
Candidatura Águas Residuais 1ª Fase	11.959.994	3.522.621	0	15.482.615
Candidatura Águas Residuais 2ª Fase	0	0	0	0
Total em Subsídios ao Investimento	26.848.348	10.041.258	525.822	36.363.785

Como em exercícios anteriores, e atendendo ao facto de a AgdA apenas se encontrar a executar a atividade de abastecimento de água nos termos do Contrato de Gestão, apenas foram reconhecidos os proveitos da candidatura de abastecimento de água. Pese embora o referido, uma vez que a AgdA se encontra a executar investimentos em ambas as atividades, nomeadamente de Abastecimento de Água e de Saneamento, foram reconhecidos os pedidos de pagamento efetuados ao POVT em ambas as candidaturas.

No ano de 2015 o reconhecimento do direito de fundos comunitários ascendeu aos 10,041 milhões de euros a que acresce o reconhecimento acumulado líquido de 2014 no montante de 26,848 milhões de euros.

Nota 21. Empréstimos

EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos bancários BEI	0	0
Empréstimos bancários - banca comercial	0	0
Empréstimos - Locação financeira	0	0
Empréstimos - Empresa-mãe	37.000.000	0
Empréstimos Não correntes	**37.000.000**	**0**
Descobertos bancários	5.717.382	5.844.643
Empréstimos - Empresa-mãe	0	20.000.000
Empréstimos - Curto Prazo	4.000.000	10.481.708
Empréstimos Correntes	**9.717.382**	**36.326.350**
Total de empréstimos	**46.717.382**	**36.326.350**

Até 2014, por restrições legais e dificuldade de acesso a financiamento, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. financiou a atividade de investimento com recurso a empréstimos de curto prazo situação que desde cedo foi identificada como crítica na estrutura financeira da empresa. Consciente de que o endividamento foi contraído para suprir necessidades de tesouraria da atividade de investimento, cuja recuperação económica será através da tarifa, em 2015 foi celebrado com a AdP SGPS um contrato de suprimentos de médio prazo que estruturou e consolidou a situação financeira da empresa.

Com esta estratégia de financiamento será possível criar um equilíbrio financeiro entre o passivo e o ativo de curto prazo.

Pese embora o acima referido, a AgdA mantém alguns financiamentos de curto prazo, permitindo a gestão corrente da empresa. Importa ainda referir que as entidades financiadoras não efetuaram qualquer comunicação no sentido de a AgdA amortizar a divida no curto prazo.

Nota 21.1. Empréstimos por intervalos de maturidade

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2015	31.12.2014
Até 1 ano	9.717.382	36.326.350
De 1 a 2 anos	37.000.000	0
	46.717.382	**36.326.350**

Nota 21.2. Empréstimos por tipo de taxa de juro

EMPRESTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

Taxa de juro variável	31.12.2015	31.12.2014
Até 1 anos	9.717.382	36.326.350
De 1 a 2 anos	37.000.000	0
	46.717.382	**36.326.350**

Nota 21.3. Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS E NÃO UTILIZADAS

	31.12.2015	31.12.2014
Expira num ano (taxa variável)	16.282.618	3.173.650
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	0
	16.282.618	**3.173.650**

Nota 21.4. Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL

Entidade	Tipo de Financiamento	Valor	Garantia/Aval
Novo Banco	Descoberto Bancários	9.000.000	Ownership
Novo Banco	Express Bill	9.000.000	Ownership
Banco Santander Totta	Financiamento	4.000.000	Aval AdP
		22.000.000	

Nota 22. Fornecedores Correntes

FORNECEDORES CORRENTES

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores gerais	1.072.244	1.113.383
Fornecedores empresas do Grupo	770.749	743.441
Fornecedores faturas em receção e conferência	1.997	15.845
Fornecedores de investimentos	2.458.673	5.276.570
Total em Fornecedores Correntes	**4.303.663**	**7.149.239**

Nota 23. Outros Passivos Correntes

OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos Clientes	0	0
Acrésc. Custos-Férias e Subsídio de Férias (ano n)	0	0
Acrésc. Custos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1)	295.414	273.605
Pessoal - Out Oper.c/Pessoal-Desc.Judiciais	713	839
Sindicatos	204	301
Pessoal-Outras Operações	0	2.523
Accionistas / Sócios-Resultados Atribuídos	0	0
Credores Acréscimos Gastos-Seguros	0	2.017
Credores Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	138.607	125.892
Credores Acréscimos Gastos-Electricidade	365.545	431.258
Credores Acréscimos Gastos-Outros	778.091	474.001
Cauções Fornecedores	520.788	325.541
Outros Credores-Outros	18.442	64.184
Rendimentos Reconhecer-Outros	513.056	1.234.305
Total de Outros Passivos Correntes	**2.630.859**	**2.934.465**

A AgdA vindo a celebrar acordos de pagamento com os seus clientes para pagamento de divida de vencida. Os acordos de pagamento celebrados incluem juros de mora e juros financeiros que correspondem à taxa média de financiamento da empresa. Os juros financeiros são faturados no momento da celebração do acordo sendo o rendimento reconhecido em cada período. O valor mensurado em Rendimentos a Reconhecer corresponde na íntegra ao diferimento dos juros financeiros faturados e incluídos em acordo de transação.

Nota 24. Imposto do Exercício - Corrente e Diferido

IMPOSTO DO EXERCICIO

	TAXA	31.12.2015	31.12.2014
Lucro Tributável		0	1.585.532
Prejuízos fiscais		(991.173)	0
Matéria Coletável		(991.173)	1.585.532
Imposto a pagar	23,00%	0	364.672
Derrama	1,50%	0	23.783
Derrama estadual		0	2.566
Tributação Autónoma		13.168	10.861
IRC estimado no exercício		13.168	401.883
Regularização de imposto de anos anteriores		0	0
Provisão para imposto		0	0
Total do Imposto Corrente		**13.168**	**401.883**
Imposto Diferido		40.489	(313.679)
Total do Imposto Diferido		**40.489**	**(313.679)**
Total do Imposto do Exercício		**53.658**	**88.204**

Nota 24.1. Imposto do Exercício - Imposto Corrente

IMPOSTO DO EXERCICIO - IMPOSTO CORRENTE

	31.12.2015	31.12.2014
Estimativa de imposto a pagar	13.168	401.883
Pagamento Especial por Conta	0	0
Pagamento por Conta	(346.321)	(221.024)
Retenção de Capitais	0	(124)
Passivo - Total do Imposto a Pagar	**0**	**180.735**
Ativo - Total do Imposto a Receber	**(333.152)**	**0**

Nota 24.2. Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado antes de Imposto	**200.013**	**120.666**
A acrescer		
Amortizações de Investimento realizado não aceites fiscalmente	587.204	749.797
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	20.352	1.275
Indemnizações por eventos seguráveis	4.624	304
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	6.738	3.882
Prémios de seguros e Contribuições	0	1.104
Correções de exercícios anteriores	0	0
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.°18.°, n.°12)	2.500	0
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.°s 62.° e 62.°-A do EBF)	1.000	0
Dedução de Défices Tarifários devolvido à tarifa 2009 e 2010	682.660	0
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios Tarifários - Superavit)	946.324	1.276.289
A acrescer	**2.251.401**	**2.032.650**
A deduzir		
Proveitos de reconhecimento de subsídios QREN não aceites fiscalmente	388.509	457.424
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios Tarifários - Superavit) - Devolvido Tarifa	2.932.726	0
Benefícios fiscais	121.353	110.360
A deduzir	**3.442.587**	**567.784**
Lucro Tributável	0	1.585.532
Prejuízos fiscais	(991.173)	0
Matéria Coletável	**(991.173)**	**1.585.532**
Imposto à taxa de 23%	0	364.672
Derrama à taxa de 1,5%	0	23.783
Derrama estadual (art 87.° - A) 3% se lucro tributável> 1.500.000	0	2.566
Tributação Autónoma	13.168	10.861
Retenções na Fonte	0	(124)
Pagamento especial por conta	0	0
Pagamento por Conta	(346.321)	(221.024)
Passivo - Total do Imposto a Pagar	**0**	**180.735**
Ativo - Total do Imposto a Receber	**(333.152)**	**0**
Taxa efetiva de imposto	**1,33%**	**11,40%**

Nota 24.3. Cálculo do Resultado Fiscal

CÁLCULO DO RESULTADO FISCAL		
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado Contabilístico	200.013	120.666
Despesas Não Aceites Fiscalmente	35.214	6.814
Outros Custos não aceites fiscalmente - IFRIC 12 Amortização do Investimento contratual	587.204	749.797
Outros Custos não aceites fiscalmente - Desvios Tarifários	1.628.984	1.276.039
Rendimentos Não Aceites Fiscalmente	0	0
Outros Proveitos não aceites fiscalmente (Reconhecimento QREN)	(388.509)	(457.424)
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios Tarifários - Superavit) - Devolvido Tarifa	(2.932.726)	0
Benefícios Fiscais	(121.353)	(110.360)
Cálculo do Resultado Fiscal	**(991.173)**	**1.585.532**

Nota 25. Vendas, Prestações de Serviços e Desvios Tarifários

VOLUME DE NEGÓCIOS		
	31.12.2015	31.12.2014
Vendas	11.305.680	10.722.751
Prestações de Serviços	0	0
Rendimentos de construção em ativos concessionados	20.498.151	25.191.750
Desvios Tarifários	(946.324)	(1.276.039)
Volume de Negócios	**30.857.507**	**34.638.461**

No que diz respeito à rubrica de Vendas, comparativamente com exercício de 2014, em 2015 verifica-se um aumento do valor que resulta dos volumes fornecidos. O ano de 2015 foi marcado por fraca pluviosidade e consequentemente com um aumento das necessidades de recurso à água fornecida pela AgdA pelo que em 2015 foram fornecidos mais 6,3% do volume de água fornecido em 2014.

A rubrica de Prestações de Serviços considera os montantes referente ao tratamento e rejeição de efluentes, no entanto, no exercício de 2015 a AgdA apenas se encontrou a prestar o serviço de abastecimento de água aos municípios refletindo o valor de vendas. No que concerne com a atividade de Saneamento, a AgdA apenas irá proceder ao débito da prestação de serviços efetuada a partir do exercício de 2016 com a entrada do novo período tarifário.

Na sequência do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios tarifários. Entenda-se o desvio tarifário como a diferença entre o volume de proveitos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2015 a empresa gerou um *superavit tarifário* de 946.324 euros.

Nota 25.1. Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR TIPO DE CLIENTE

	Empresa Mãe	Associadas	Municípios	Outros	Total
Vendas	0	0	11.113.260	192.419	11.305.680
Prestações de Serviços	0	0	0	0	0
Desvios Tarifários	0	0	(946.324)	0	(946.324)
Volume de Negócios	**0**	**0**	**10.166.936**	**192.419**	**10.359.356**

Nota 25.2. Vendas e prestações de serviços por mercado

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADO

	Nacional	Internacional	Total
Vendas	11.305.680	0	11.305.680
Prestações de Serviços	0	0	0
Desvios Tarifários	(946.324)	0	(946.324)
Total por Mercado	**10.359.356**	**0**	**10.359.356**

Nota 25.3. Vendas e prestações de serviços por área de negócios

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ÁREA DE NEGOCIO

	Distribuição	Produção	Saneamento	Serviços	Total
Vendas	0	11.305.680	0	0	11.305.680
Prestações de Serviços	0	0	0	0	0
Desvios Tarifários	0	(946.324)	0	0	(946.324)
Total por Área de Negócios	**0**	**10.359.356**	**0**	0	**10.359.356**

Nota 26. Custo das Vendas

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS

	31.12.2015	31.12.2014
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	730.202	662.735
Gastos de construção em ativos concessionados	20.498.151	25.191.750
Total de gastos de CMVMC	**21.228.353**	**25.854.485**

Conforme já referido anteriormente, o ano de 2015 foi marcado por fraca pluviosidade o que também originou a diminuição dos volumes de água armazenada nas albufeiras. Consequentemente foi necessário a AgdA adotar novos métodos de

tratamento de água tendo-se em alguns casos, sido necessário alterar os reagentes utilizados no processo produtivo para reagente mais dispendiosos. Acresce ao referido que o aumento do volume fornecido releva também para a quantidade de reagentes químicos utilizados e consequentemente no custo suportado.

Esta situação resultou num aumento do custo suportado com a aquisição de reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de água para consumo humanos.

Nota 27. Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
	31.12.2015	31.12.2014
Subcontratos	717.095	670.171
Trabalhos Especializados	2.587.891	2.414.055
Materiais	28.593	41.246
Energia e Fluidos	2.726.650	2.566.914
Deslocações, Estadas e Transportes	356.191	159.798
Serviços Diversos	1.052.250	1.023.390
Fee's de Gestão	302.000	312.466
	7.770.670	7.188.040
FSE's capitalizados	(475.847)	(513.550)
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	7.294.823	6.674.490

A variação da rubrica em análise resulta, em parte, da conclusão dos investimentos executados pela empresa que por forma a garantir o serviço em qualidade e quantidade, representam também um aumento dos custos por adoção de tecnologias mais avançadas e soluções mais adequadas aos tratamentos, representando um aumento do custo com energia.

Acresce ao referido que por necessidade de contratação de pessoal, foi necessário a AgdA recorrer a prestações de serviço em outsourcing e de trabalho temporário. Relativamente a deslocações estadas e transporte, é registado na rubrica o recurso a transporte de água por autotanque tendo em 2015 existido a necessidade de reforçar o abastecimento a algumas localidades por perda de produtividade de algumas captações, bem como por aumento dos consumos dessas localidades.

A rubrica de serviços diversos compreende os gastos registados com rendas e alugueres, comunicações, seguros, limpeza higiene e conforto, trabalho temporário e outros.

Nota 28. Gastos com pessoal

GASTOS COM PESSOAL		
	31.12.2015	31.12.2014
Remunerações Órgãos Sociais	91.131	105.598
Remunerações	1.765.477	1.768.351
Indemnizações	2.500	0
Pensões	54	2.349
Encargos sociais sobre remunerações	398.832	406.288
Gastos de Ação Social	14.181	10.573
Outros custos com pessoal	138.961	116.000
	2.411.136	2.409.159
Capitalização custos c/ Pessoal	(236.865)	(234.845)
Total de Gastos com Pessoal	2.174.271	2.174.314

Nota 28.1. Quadro de Pessoal

QUADRO DE PESSOAL		
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2015	31.12.2014
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	111	112
	120	121
Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2015	31.12.2014
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	121	108
	130	117

Nota 29. Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício

DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCICIO		
	31.12.2015	31.12.2014
Amortizações de activos intangíveis	1.974.750	440.717
Acréscimos de custos do investimento contratual	524.885	716.079
Total de Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício	2.499.636	1.156.796

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registas de acordo com o método da depleção, ou seja, de acordo com os caudais do exercício.

Para base deste cálculo a AgdA considera todo o investimento contratual da 1ª fase da Candidatura de Abastecimento de Água acrescido do Património Integrado e ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de cálculo um investimento total líquido de 48.751.961 euros a uma taxa de depleção de 2,5718%.

Para análise à rubrica importa ter em consideração o exposto na nota 5, na medida em que o aumento das amortizações do exercício resulta do registo efetuado pela correção do valor do património integrado.

Nota 30. Subsídios ao Investimento

RECONHECIMENTO DE SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2015	31.12.2014
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AA 1ª Fase	525.822	586.392
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AA 2ª Fase	0	0
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AR 1ª Fase	0	0
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AA 2ª Fase	0	0
Total de Subsídios ao Investimento	**525.822**	**586.392**

Alinhado com os pressupostos da nota 29, a AgdA reconhece o subsídio ao investimento da 1ª fase da Candidatura de Abastecimento de Água de acordo com o método da depleção.

Para base de cálculo do reconhecimento do subsídio no exercício foi considerada a comparticipação comunitária da 1ª fase da candidatura de Abastecimento de Água, deduzida dos reconhecimentos acumulados, no montante líquido de 23.516.089 euros a uma taxa de reconhecimento pela depleção de 2,5718%.

Importa ainda referir que a rubrica apresenta uma redução comparativamente a 2014 que decorre da redução do investimento financiado no valor de 4 milhões de euros. Consequentemente o subsídio aprovado reduziu em 3,5 milhões de euros.

Nota 31. Outros Gastos e Perdas Operacionais

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

	31.12.2015	31.12.2014
Impostos	154.392	212.740
Multas e Penalidades	20.352	1.275
Donativos	1.000	750
Quotizações	6.099	10.450
Correções de Exercícios Anteriores	0	0
Outros gastos operacionais	4.663	632
Total de Outros Gastos e Perdas Operacionais	**186.506**	**225.846**

Nota 32. Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS		
	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos suplementares (Cadernos de Encargos)	46.850	45.196
Outros rendimentos e ganhos operacionais (Saneamento)	1.373.185	1.259.903
Outros rendimentos e ganhos operacionais	14.404	4.298
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	**1.434.439**	**1.309.397**

Como já referido na nota 25, a AgdA encontra-se a exercer a atividade de Saneamento substituindo-se aos Municípios.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, são debitados aos municípios sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais pela atividade de Saneamento o valor de 1.373.185 euros.

Nota 33. Gastos Financeiros

GASTOS FINANCEIROS		
	31.12.2015	31.12.2014
Juros suportados	1.182.963	1.666.747
Juros Locação Financeira (Património)	(765.235)	232.130
Comissões bancárias	91.656	122.816
Outros gastos financeiros	230	26.076
	509.614	2.047.768
Gastos financeiros capitalizados	(655.694)	(830.635)
Total de Gastos Financeiros	**(146.080)**	**1.217.134**

O total de gastos financeiros suportados em 2015 apresenta grandes variações quando comparados com o exercício de 2014, motivado essencialmente pela rubrica de Juros Suportado e Juros de Locação Financeira. Dado o contexto europeu de taxas de referência próximas de zero os juros suportados tiveram um grande decréscimo apesar do aumento do endividamento.

Acresce que os juros de locação financeira que refletem os encargos financeiros do património integrado, registaram uma grande variação por via da alteração do critério adotado no registo do património como referido na nota 5; dado que a taxa de atualização passou do período total da concessão para o primeiro período tarifário (2010-2015).

Nota 34. Rendimentos Financeiros

RENDIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2015	31.12.2014
Juros de Atualização de Divida de Clientes	0	0
Juros de Mora	254.430	607.211
Juros Financeiros de Acordos de Pagamento	365.326	281.772
Outros Juros		496
Total de Rendimentos Financeiros	**619.756**	**889.479**

Os Rendimentos Financeiros são o reflexo do atraso de pagamento de clientes, tendo os mesmos reduzido substancialmente quando comparados com o ano de 2014. Importa referir que em 2015 foi notório o esforço do municípios na recuperação da divida vencida tendo-se recuperado 153% da faturação emitida em 2015, ou seja, quando comparado o montante de recebimentos (17,2 Milhões de euros) com o valor faturado em 2015 (11,2 milhões de euros).

Foram também celebrados acordos de pagamento com alguns clientes, nomeadamente com o município de Aljustrel e Serpa, tendo sido reconhecido os juros financeiros à taxa média de financiamento da AgdA.

Nota 35. Transações com Entidades Relacionadas

TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Empresa	2015				2014			
	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos
AdP SGPS, S.A.	0	37.518.276	0	1.002.403	0	20.433.742	0	1.191.881
AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Publicas do Alentejo	0	139.317	0	113.057	0	26.260	0	119.183
AdP Serviços Ambientais, S.A.	0	200.722	0	380.495	0	186.805	0	367.964
AdA - Águas do Algarve, S.A.	0	136.129	0	130.627	0	125.926	0	193.487
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	0	32.167	0	124.643	0	34.058	0	156.084
Simarsul, S.A.	0	0	0	0	0	24.855	0	62.690
AdCA - Águas do Centro Alentejo, S.A.	0	0	0	0	23.633	2.158	191.563	5.005
Epal, SA	0	10.757	0	12.126	0	0	0	0
Aquasis	0	0	0	4.500	0	0	0	0
Valnor, S.A.	0	0	0	0	0	0	0	138
AdLVT - Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	79.912	21.817	99.557	15.044	0	0	0	0
TOTAL	**79.912**	**38.059.185**	**99.557**	**1.782.894**	**23.633**	**20.833.804**	**191.563**	**2.096.431**

Nota 36. Compromissos

A empresa tem assumido os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Gestão

De acordo com o Contrato de Gestão consideram-se como compromissos assumidos os investimentos reversíveis da 1ª fase da candidatura de Abastecimento de Água e de Saneamento sendo 64,8 milhões de euros a concretizar até final de 2015. Do investimento total previsto em candidaturas, a 31 de dezembro de 2015 já se encontravam realizados cerca de 62,264 milhões de euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, em 2015 foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Fornecedor	Data	Valor Adjudicado	Serviço / Projeto
ALEXANDRE GUERREIRO FIGUEIREDO	01-12-2015	12.000	Prestação de serviços de apoio jurídico
ARTOP-AERO TOPOGRÁFICA, LDA	10-03-2014	123.500	Expropriação e Servidão - 1º Grupo de Empreitadas
RITA TEIXEIRA D'AZEVEDO CONSULTORIA UNIPESSOAL, LDA	01-04-2014	7.920	Prestação de Serviços para a organização de base de dados de legislação e análise de requisitos e conformidades (SRE-SRE/CV01/2014)
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	04-06-2014	323.908	Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA) - Lote 2
SISÁQUA - SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO, SA	05-06-2014	158.368	Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA) - Lote 3
SISÁQUA - SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO, SA	05-06-2014	179.633	Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA) - Lote 1
ENVIESTUDOS - CONSULTORIA AMBIENTAL, LDA.	01-07-2014	45.000	Prestação de Serviços Externos no âmbito da Segurança, Higiene e Saude no Trabalho do SPPIAA
AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	14-07-2014	13.875	Renovação da Manutenção do Software de Base e dos Módulos Aplicacionais da Solução G/Interaqua
AMBIÁGUA - Gestão de Equipamentos de Água, S.A.	15-09-2014	1.398.230	Empreitada de Conceção - Construção da ETAR de Alvalade
Espina & Delfin S.L. /// FACTOR AMBIENTE	10-11-2014	1.574.168	Empreitada de Conceção/Construção da ETAR da Vidigueira/Vila de Frades
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, Lda	17-11-2014	32.000	Prestação de Serviços de Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 3
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, Lda	17-11-2014	15.000	Prestação de Serviços de Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 1
VHM - COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	14-01-2015	73.922	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Alvalade
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, Lda	21-01-2015	48.000	Prestação de Serviços de Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 2
CONSULGAL - CONSULTORES DE ENGENHARIA E GESTÃO, SA	16-03-2015	80.330	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Vidigueira/Vila de Frades
AFAPLAN - Planeamento e Gestão de Projectos, S.A.	15-05-2015	49.700	Fiscalização da Empreitada de Expansão em Santiago do Cacém e ligação ao Município de Odemira - Adutora Fornalhas Velhas, Foros do Locário e Bicos
H2OREGRA - CONSULTORIA, PROJECTO E AFINS, UNIPESSOAL,	29-05-2015	42.000	Telegestão, Automação, Instrumentação e Eletricidade

LDA

GR4PT, S.A.	04-06-2015	885.024	Empreitada de Remodelação da ETA de Santa Clara
RITA TEIXEIRA D'AZEVEDO CONSULTORIA UNIPESSOAL, LDA	28-07-2015	53.400	Consultoria Técnica - Consolidação do SGQ (norma ISO 9001) e Conceção e Implementação da Norma ISO 14001
LALA - LABORATÓRIO DE ÁGUAS DO LITORAL ALENTEJANO	10-08-2015	9.593	Análises de água para Consumo Humano - Lote 2
LPQ - Laboratório Pró-Qualidade, Lda.	10-08-2015	16.500	Análises de Água para Consumo Humano - Lores 1 e 3
PENGEST- PLANEAMENTO, ENGENHARIA E GESTÃO S.A.	22-09-2015	37.069	Fiscalização dos Sistemas Intercetores de Alcácer do Sal-Fase 3 e Beja - 1º Adicional
SISÁQUA - SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO, SA	01-10-2015	350.000	Operação e Manutenção dos Sistemas Autónomos de Abastecimento - Lote 1
AFAPLAN - Planeamento e Gestão de Projectos, S.A.	01-10-2015	50.400	Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Expansão em Castro Verde (Sete)
SISÁQUA - SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO, SA	01-10-2015	188.919	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA, Fase 2 - Lote 3
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	01-10-2015	164.500	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA, Fase 2 - Lote 2
SISÁQUA - SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO, SA	01-10-2015	202.007	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA, Fase 2 - Lote 1
JOÃO CARLOS CONCEIÇÃO PIRES	17-10-2015	13.980	Apoio à Área de Manutenção
HIDROCONSTANTE, LDA	21-10-2015	10.500	Fiscalização Telegestão 1ª Fase - Sistema de Minutos
GR4PT, S.A.	23-10-2015	388.182	Empreitada de Execução da ETAR de Lavre
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	16-11-2015	154.000	Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento - Lote 2
FERREIRA DE MACEDO, S.A.	30-11-2015	45.000	CONTRATO DE CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELAS DE TERRENO (HERDADES DOS MOINHOS E DO ESTEVALINHO)
ESPAÇO TRANQUILO, LDA	21-12-2015	14.220	Fiscalização e Compatibilização de Soluções de Projetos - 6ª Prestação
TOMÁS DE OLIVEIRA,S.A.	28-12-2015	193.778	SI Alcacer Sal 3ª Fase - 2ºAdicional
CONSDEP - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A. /// HELSUNTEC, SA	28-12-2015	50.022	Adução a Relvas Verdes e Aldeia de Chãos 1ºAdicional
Total de Compromissos Assumidos		**7.004.647**	

Nota 37. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 37.1 Garantias prestadas

i. Garantia bancária nº 363351, sobre o Novo Banco, no valor de 5.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

ii. Garantia bancária nº 375956, sobre o Novo Banco, no valor de 534.602 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

iii. Garantia bancária nº 379525, sobre o Novo Banco, no valor de 13.508 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

iv. Garantia bancária nº 381685, sobre o Novo Banco, no valor de 5.116 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

v. Garantia bancária nº 381687, sobre o Novo Banco, no valor de 11.319 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

vi. Garantia bancária nº 381686, sobre o Novo Banco, no valor de 4.696 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

vii. Garantia bancária nº 382793, sobre o Novo Banco, no valor de 15.630 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

viii. Garantia bancária nº 382515, sobre o Novo Banco, no valor de 232.210 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

ix. Garantia bancária nº 384951, sobre o Novo Banco, no valor de 5.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

x. Garantia bancária nº 385309, sobre o Novo Banco, no valor de 36.302 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xi. Garantia bancária nº 385580, sobre o Novo Banco, no valor de 3.155 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xii. Garantia bancária nº 385579, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xiii. Garantia bancária nº 387602, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xiv. Garantia bancária nº 390293, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xv. Garantia bancária nº 388657, sobre o Novo Banco, no valor de 5.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xvi. Garantia bancária nº 388883, sobre o Novo Banco, no valor de 10.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xvii. Garantia bancária nº 389042, sobre o Novo Banco, no valor de 186.115 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

xviii. Garantia bancária nº 391020, sobre o Novo Banco, no valor de 94.071 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

xix. Garantia bancária nº 394759, sobre o Novo Banco, no valor de 177.247 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

xx. Garantia bancária nº 395032, sobre o Novo Banco, no valor de 83.283 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

xxi. Garantia bancária nº 395637, sobre o Novo Banco, no valor de 29.893 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

xxii. Garantia bancária nº 391389, sobre o Novo Banco, no valor de 2.100 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxiii. Garantia bancária nº 393971, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxiv. Garantia bancária nº 394601, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxv. Garantia bancária nº 394853, sobre o Novo Banco, no valor de 10.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxvi. Garantia bancária nº 396254, sobre o Novo Banco, no valor de 10.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxvii. Garantia bancária nº 396223, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxviii. Garantia bancária nº 396353, sobre o Novo Banco, no valor de 1.090 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxix. Garantia bancária nº 396931, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxx. Garantia bancária nº 396932, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxxi. Garantia bancária nº 397458, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

xxxii. Garantia bancária nº 397812, sobre o Novo Banco, no valor de 25.187 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

xxxiii. Garantia bancária nº 962300484018339, sobre o Santander Totta, no valor de 268.675 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

xxxiv. Garantia bancária nº 396464, sobre o Novo Banco, no valor de 27.488 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

Nota 37.2. Processos judiciais

1. APA – EEAR Alcáçovas / Viana do Alentejo

Processo n.º 00576.2014-DJUR.DCCO, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA. Foi apresentada defesa escrita em 26 de fevereiro de 2015. Aguarda decisão

2. IGAMAOT - ETAR da Bacia do Sado - Beja

Processo n.º CO/000130/15, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Foi apresentada defesa escrita em 27 de março de 2015. Aguarda decisão

3. CCDR Alentejo – E.E. de Odemira

Processo n.º 36/14.EPNA, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo. Aguarda notificação de contraordenação.

4. CCDR Alentejo – Fossa de S. Teotónio

Processo n.º 68/15, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo. Aguarda notificação de contraordenação.

5. IGAMAOT – ETAR de Odemira

Processo n.º CO/001192/14, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Aguarda notificação de contraordenação.

6. ERSAR, I.P.-2

Processo n.º 20395/2013, contraordenação ambiental, a correr os termos na Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, despacho de 14 de março de 2013 - Aguarda decisão.

7. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 97.12.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Aguarda decisão final;

8. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 280.12.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo – Aguarda decisão final;

9. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 328.12.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado - Aguarda decisão final;

11. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 47.13.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Aguarda decisão final;

12. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 246.13.1BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo – Aguarda decisão final;

13. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 452.13.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Aguarda decisão final;

14. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 457.13.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Aguarda decisão final;

15. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 396.14.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Aguarda despacho saneador e eventual agendamento de audiência;

16. Associação de Regantes do Roxo

Processo n.º 297.14.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – Aguarda decisão final;

17. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 361.14.4BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Aguarda decisão final;

18. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 362.14.2BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – Aguarda decisão final;

19. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 462.14.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo - Aguarda despacho saneador e eventual agendamento de audiência;

20. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 76.15.6BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado - Aguarda despacho saneador e eventual agendamento de audiência;

21. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 77.15.4BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo - Aguarda despacho saneador e eventual agendamento de audiência;

22. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 135.15.5BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado - Aguarda despacho saneador e eventual agendamento de audiência;

23. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 169.15.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo - Aguarda despacho saneador e eventual agendamento de audiência;

24. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 375.15.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – A impugnada já foi citada, encontrando-se a correr o prazo para contestação;

25. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 384.15.6BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – A impugnada já foi citada, encontrando-se a correr o prazo para contestação;

Nota 38. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2015, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 39. Rendimento garantido

RENDIMENTO GARANTIDO		
	31.12.2015	31.12.2014
Capital social realizado	3.000.000	1.520.500
Reserva legal	11.716	10.093
Base de incidência	**3.011.716**	**1.530.593**
Taxa de juro OT	2,42%	3,78%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Total de Taxa de Remuneração	**5,42%**	**6,78%**
Remuneração acionista do ano	**146.355**	**32.463**

Nota 40. Eventos Subsequentes

À data de assinatura do Relatório & Contas de 2015 não existem Eventos Subsequentes a identificar.

3. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EY
Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, e do n.º 2 do artº. 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras, a proposta de aplicação de resultados, e o relato sobre as práticas de governo societário, apresentados pelo Conselho de Administração de Águas Públicas do Alentejo, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Verificámos a adequacidade das divulgações efetuadas no relatório de governo societário do exercício de 2015, em consonância com o disposto no n.º 1 do artº. 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

Sociedade Anónima - Capital Social: 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 986 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com duas ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

EY
Building a better working world

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas Públicas do Alentejo, S.A., nos termos do artº. 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

(a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(b) O Relatório de Gestão do exercício de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;

(c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;

(d) O relatório do governo societário do exercício de 2015 satisfaz os requisitos de divulgação previstos no n.º 1 do artº. 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;

(e) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão merece a nossa concordância.

Lisboa, 15 de março de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

EY
Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas Públicas do Alentejo, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 98.453.999 Euros e um total de capital próprio de 3.158.071 Euros, incluindo um resultado líquido de 146.355 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição nº 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição nº 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte nº 505 986 283 - C.R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas Públicas do Alentejo, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

   8.1 Conforme divulgado na nota 5.1 das notas às demonstrações financeiras, no decurso do exercício de 2015 foi concluída a revisão do estudo de viabilidade económico e financeiro da Empresa e assinado o aditamento ao contrato de gestão, o qual veio introduzir alterações na mensuração do passivo financeiro associado às rendas de infraestruturas cedidas pelos Municípios. Adicionalmente, em conformidade com o critério adotado em anos anteriores, o Conselho de Administração entendeu não incluir, para efeitos de cálculo das amortizações, a totalidade dos investimentos do contrato de parceria, nomeadamente os relativos à 2ª fase, por considerar que atualmente não estão reunidas todas as condições que asseguram a sua realização futura, em particular a garantia de comparticipação comunitária; e

EY
Building a better working world

8.2 Conforme divulgado na Nota 2.1.1. das Notas às Demonstrações Financeiras, a Empresa passou a discriminar na Demonstração de Resultados o rédito da atividade de construção de acordo a IFRIC 12 - Contratos de concessão e com a IAS 11 - Contratos de construção, tendo procedido à reexpressão dos comparativos referentes ao exercício de 2014.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Beja, 04 de março de 2016

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Técnico Oficial de Contas n.º67655)

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel da Silva Costa
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Paulo Jorge Lusitano de França Andrade
(Vogal do Conselho de Administração)